

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**INTEGRAÇÃO REGIONAL E O SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO
DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO**

CRISTHIAM ROLANDO ALARCÓN PIZZORNO

Florianópolis, 2002

CRISTHIAM ROLANDO ALARCÓN PIZZORNO

**INTEGRAÇÃO REGIONAL E O SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO
DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel.

FLORIANÓPOLIS (SC)

2002

**INTEGRAÇÃO REGIONAL E O SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO
DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO**

CRISTHIAM ROLANDO ALARCÓN PIZZORNO

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada pelos membros da banca examinadora do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de outubro de 2002.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel (Presidente/UFSC)_____

Prof. Dr. Welber de Oliveira Barral (Membro/UFSC)_____

Prof. Dra. Valesca Raizer Borges (Membro/UVV)_____

COORDENADORA DO CURSO DE PÓSGRADUAÇÃO EM DIREITO:

Profa. Dra. Olga Maria B. Aguiar de Oliveria_____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, por proporcionar-me saúde, serenidade e paz espiritual no desenvolvimento desta tarefa.

Aos meus pais no Peru, Carlos Benjamín e Betty, por apoiar-me sempre nas minhas escolhas; aos meus irmãos Carlos, Adolfo e Isabel; a Méri e a Sophia pelo apoio moral e espiritual.

A meu orientador, Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel pela força, pela paciência e por ajudar a realizar esta dissertação.

Ao Prof. Dr. Welber Barral e Profa. Dra. Valesca Borges pelo apoio acadêmico nesta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Christian Guy Caubet, ao Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar, e a todos os professores do CPGD pelos conhecimentos adquiridos.

A Marcos Antônio Martins pela força nos momentos cruciais para a concretização de um sonho e aos funcionários do Centro de Ciências Jurídicas da USFC.

Ao meus amigos Dr. Jorge Freyre, Dra. Yolanda Hirashi e Franklin Gutiérrez do PNUD que sempre me apoiaram nas minhas escolhas. A William Kaku, pela força.

E a todos os participantes desta pesquisa, que direta ou indiretamente, com sabedoria, paciência e bom-humor, ajudaram a elaborá-la.

A CAPES por ter proporcionado uma bolsa de estudos para a realização do mestrado no Brasil.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar se os blocos econômicos (regionalismo) são uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio (GATT/OMC).

O presente trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro abarca a conformação de blocos regionais através do processo de integração econômica, começando com os seus antecedentes históricos e suas formas de integração e os benefícios que este traz para os países que conformam um bloco econômico regional.

O segundo capítulo aborda o Sistema Multilateral de Comércio, através de seus antecedentes históricos, o princípio de não-discriminação ou de nação mais favorecida que está regulamentada pelo artigo I do GATT 47/GATT 94 e a sua exceção que é o artigo XXIV do mesmo corpo de leis, assim como também a Cláusula de Habilitação.

O terceiro e último capítulo, concentra-se na análise do Regionalismo e do Sistema Multilateral de Comércio, colocando em questão se os blocos econômicos são uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio.

RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo, analizar si los bloques económicos regionales (regionalismo) son una amenaza al Sistema Multilateral de Comercio (GATT/OMC).

El presente trabajo está dividido en tres capítulos: el primero de ellos abarca la conformación de bloques regionales a través del proceso de integración económica, comenzando con sus antecedentes históricos, sus formas de integración y sus beneficios, que este trae para los países que conforman un bloque económico regional.

El segundo capítulo, aborda el Sistema Multilateral de Comercio, a través de sus antecedentes históricos, como también el principio de no discriminación o de nación mas favorecida que está regulada por el artículo I del GATT 47/GATT 94 y su excepción regulado por el artículo XXIV del mismo cuerpo de leyes, así como también la Cláusula de Habilitación.

El tercero y último capítulo, se concentra en el análisis del Regionalismo y del Sistema Multilateral de Comercio, poniendo en cuestión si el regionalismo es o no una amenaza al Sistema Multilateral de Comercio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: REGIONALISMO: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	12
1.1 Antecedentes Históricos da Integração Econômica na América Latina.....	12
1.1.1 As Conferências Latino-americanas.....	17
1.1.2 As Conferências Centro-americanas.....	18
1.1.3 As Conferências Pan-americanas.....	20
1.2 Da ALALC a ALADI.....	24
1.3 CAN.....	26
1.4 NAFTA.....	28
1.5 ALCA.....	31
1.6 MERCOSUL.....	33
1.6.1 O Conselho do Mercado Comum (CMC).....	38
1.6.2 O Grupo do Mercado Comum (GMC).....	39
1.6.3 A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM).....	40
1.6.4 Comissão Parlamentar Conjunta (CPC).....	41
1.6.5 O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES).....	42
1.6.6 Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).....	43
1.7 Modelos de Integração Econômica.....	44
1.7.1 Zona de Livre Comércio.....	44
1.7.2 União Aduaneira.....	45

1.7.3	Mercado Comum.....	46
1.7.4	União Econômica	46
1.7.5	União Econômica e Política (Total).....	47
1.8	Benefícios da Integração Regional.....	47
CAPÍTULO II: O SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO GATT/OMC...		49
2.1	Antecedentes Históricos do GATT/OMC.....	49
2.2	A Estrutura da OMC.....	58
2.2.1	A Conferência Ministerial.....	58
2.2.2	O Conselho Geral.....	59
2.2.3	O Conselho de Bens, de Serviços e de Propriedade Intelectual.....	60
2.2.4	A Secretaria.....	60
2.2.5	O Processo Decisório.....	61
2.3	Princípio de Não-Discriminação.....	61
2.4	Artigo XXIV do GATT 94.....	64
2.5	Parte IV e a Cláusula de Habilitação.....	75
2.6	Entendimento Relativo à interpretação do artigo XXIV.....	77
2.7	O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS).....	81
CAPÍTULO III: REGIONALISMO e MULTILATERALISMO.....		85
3.1	Teoria das Uniões Aduaneiras.....	86
3.1.1	Exemplo Empírico de uma União Aduaneira.....	89
3.2	Criação de Comércio.....	94
3.3	Desvio de Comércio.....	95
3.4	Efeitos da Integração Regional no Comércio e nos Investimentos.....	96
3.4.1	Efeitos da Integração Regional no Comércio.....	97
3.4.2	Efeitos da Integração Regional nos Investimentos.....	98
3.5	A liberalização através dos Acordos Regionais e através da OMC.....	99
3.6	O Regionalismo e o Multilateralismo.....	101
3.6.1	Posicionamentos sobre o Regionalismo e o Sistema Multilateral de Comércio...104	
3.6.2	Os Acordos Regionais são uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio?..111	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		121

INTRODUÇÃO

A relevância deste trabalho está centrada na análise das conseqüências do processo de integração regional entre países pertencentes à OMC, no que diz respeito à ampliação do mercado internacional.

O artigo XXIV do GATT é uma exceção ao princípio de não-discriminação, que permite que os países pertencentes às Zona de Livre Comércio e às Uniões Aduaneiras poder eliminar as barreiras ao comércio sem estender o benefício à terceiros países.

Tratam-se de avanços parciais na liberalização comercial, que atingem um grupo de países, uma vez que a eliminação de impostos alfandegários e outras barreiras só beneficiam os aliados do acordo regional.

Pode-se dizer que, nos anos cinquenta e sessenta, produziu-se a primeira onda de regionalismo econômico sem muito êxito, com exceção da Comunidade Econômica Européia (hoje União Européia – UE). No entanto, recentemente a tendência à regionalização do comércio mundial deu um salto qualitativo, não só pelo êxito da UE (praticamente conformando uma união econômica e monetária), senão pela própria conversão efetiva dos Estados Unidos que abandonou o seu posicionamento contrário ao regionalismo e à idéia de conformar um bloco econômico, conforme se pode verificar no acordo com Canadá e México, em vigor desde 1989 e reiterado em 1994, criando a Área de Livre Comércio na América do Norte (NAFTA); da mesma forma, a integração de alguns países da América do Sul, através do Tratado de Assunção formaram o

MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, tendo Chile e Bolívia como aliados) com significativo êxito.

Os referidos acordos baseiam-se, a princípio, nos ganhos do comércio intra-bloco, nos termos de criação de comércio, maior concorrência, aproveitamento das economias de escala e em geral a racionalização da produção (ainda que os custos dos reajustes internos possam ser dolorosos).

Uma economia mundial regionalizada acaba gerando poder e cada um dos blocos é responsável em explorar o seu “*plus*” comercial frente a outros mercados mais vulneráveis, verificando assim, possíveis ameaças ao Sistema Multilateral de Comércio. Melhor dito, se os blocos econômicos se fecharem e criarem fortalezas para proteger o seu mercado seria uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio.

Neste sentido, o surgimento de fortalezas no mundo interno através dos blocos econômicos fechados evidenciaria a ameaça ao multilateralismo e por conseguinte levaria ao sistema multilateral a seu fim. Na verdade o regionalismo serve como um estágio de liberalização comercial parcial entre os países que conformam o bloco regional, para logo ser uma liberalização multilateral.

Como aspectos positivos da integração econômica, deve-se considerar a liberalização do comércio no interior das áreas comerciais, além de negociar as tarifas como um todo a nível mundial, como é o caso da União Européia.

O Sistema Multilateral de Comércio através de várias rodadas de negociações tem reduzido as tarifas alfandegárias.

Pode-se dizer que, na Rodada Uruguai se criou a Organização Mundial de Comércio, que começou a funcionar em 1º de janeiro de 1995. Esta organização pertence ao grupo econômico das Nações Unidas, criada para encarregar-se do comércio multilateral, onde, legisla e resolve controvérsias, além de fazer reuniões para discutir os temas comerciais, com a finalidade de eliminar os obstáculos ao comércio.

Atualmente, a Organização Mundial de Comércio conta com Comitês de Acordos Comerciais Regionais, que analisam a compatibilidade dos blocos econômicos ao Sistema Multilateral de Comércio.

O princípio de não-discriminação (NMF) não permite que nenhum Estado possa conceder vantagem ou privilégio a outro Estado, sem que este se estenda aos demais membros, ou seja, no caso de conceder uma vantagem a um país membro este benefício se

aplicará automaticamente as demais partes contratantes. No entanto, o artigo XXIV é uma exceção a este princípio estipulado no artigo I do mesmo corpo legal, ou seja, esta exceção outorga privilégios aos blocos econômicos.

No primeiro capítulo, abordamos as formas de integração¹, para conhecer os antecedentes históricos, as finalidades, a zona de livre comércio (onde se eliminam os obstáculos à livre circulação de bens), união aduaneira (que além da eliminação dos impostos alfandegários na livre circulação de bens, cria uma tarifa externa comum para os países que não pertencem ao bloco), um mercado comum, (onde libera a circulação de fatores produtivos, trabalho e capital), e a união econômica e monetária (quando adotam critérios unificadores de políticas micro e macroeconômicas, assim como também a adoção de uma moeda única).

No Segundo Capítulo, trataremos sobre a Organização Mundial de Comércio, começando pelos seus antecedentes históricos, desenvolvendo o princípio de não-discriminação ou de nação mais favorecida e analisaremos o artigo XXIV do GATT 94, que permite vantagens ou privilégios aos que conformam um bloco econômico regional.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa, analisaremos os efeitos dos blocos econômicos regionais no comércio e nos investimentos, mercadorias e serviços e se determinará se a integração regional é ou não uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio.

¹ Entenda-se como Processos de Integração Econômica (PIE).

CAPÍTULO I: REGIONALISMO : INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Neste capítulo abordaremos o regionalismo², começando com os antecedentes históricos, especificamente da América Latina, e os modelos de integração econômica, assim como também de alguns blocos regionais da América³ e as vantagens que oferece a integração.

Assim, ressaltamos que o regionalismo tem várias acepções conceituais (política, econômica, cultural, militar, religiosa, etc.), mas para o presente trabalho é usado como a conformação de blocos econômicos regionais.

1.1 Antecedentes históricos da integração econômica

Na história das relações internacionais vários países queriam eliminar barreiras tarifárias através de formas de integração para a liberalização do comércio em uma determinada região, na verdade, a maioria das integrações obedecem a questões de localização geográfica, como política e econômica.

² Cabe-se salientar, que o regionalismo tem várias acepções, isto é, não se restringe unicamente à conformação de blocos econômicos regionais.

³ Entenda-se América como América do Sul, América Central e América do Norte.

No acordo comercial ao que diz respeito da redução das barreiras comerciais remonta-se à proposta de unificação da Grã Bretanha e da Escócia em 1603, mas mediante uma lei de 1703 da União, estabeleceu-se uma união política e econômica⁴.

Na França, através do plano de Jean-Baptiste Colbert de 1664, queria a unificação de todas as províncias do Reino em uma união aduaneira com liberdade de comércio interno, onde terminou em fracasso, somente em 1780-1790 o Governo Revolucionário suprimiu todas as barreiras internas⁵.

Em 1850, Nova Escócia, Nova Brunswick, Ontario e Quebec, províncias do Canadá, acordaram o livre comércio dos produtos alimentícios e matérias primas. Em 1854, o Canadá e os Estados Unidos acordaram um tratado de reciprocidade que constituiu uma união que suprimia todos os impostos alfandegários sobre os produtos naturais de ambas nações. Somente em 1867, a Confederação do Canadá estabeleceu a liberdade de comércio interno⁶.

Nos Estados Unidos, antes da sua Constituição de 1789, mantiveram sistemas alfandegários separados com direitos limitados, onde importavam impostos alfandegários entre os Estados, após a aprovação da citada Carta Magna proibiu-se impostos sobre o comércio nos demais Estados⁷.

Na Prússia, Frederico Guilherme III previu uma união aduaneira dos Estados Alemães separados (1813-1815), onde importavam direitos aduaneiros em 38 fronteiras; depois suprimiu os impostos alfandegários internos em 1818, através de Tratados Bilaterais e Multilaterais estabelecendo no ano de 1828 três uniões aduaneiras e, em 1833 mediante um tratado estabeleceu uma única união aduaneira denominada Zollverein⁸ alemã, que durou de 1834 a 1871.

A Áustria junto com cinco países vizinhos, estabeleceram uma união aduaneira em 1775 e 1879. Em 1848 ficou estabelecido a Confederação Suíça, como uma união

⁴ Organización Mundial de Comércio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p.8.

⁵ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p.8.

⁶ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p.8.

⁷ Note-se que antigamente os Estados Unidos impunham barreiras ao comércio entre Estados, isso foi suprimido com a aprovação da sua constituição em 1789.

⁸ A idéia do Zollverein foi proposta por List no jornal *Volksfreund aus Schwaben*. List, 1841, trata da política comercial do Zollverein. Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p.8.

econômica. Em 1860 a 1866 os Estados italianos ficaram unidos por uma união aduaneira. Em 1874 a 1875 ficou estabelecido uma união aduaneira entre Suécia e Noruega⁹.

Em 1921, a Bélgica e o Luxemburgo criaram uma união aduaneira. Em 1944 a Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos estabeleceram o Benelux, concretizada no ano de 1947¹⁰.

O Pacto da Sociedade de Nações proibia através do Artigo 21, os Acordos Regionais. Naquela época existiam o Pacto de Renano e a Entente Balcânica, que eram tipos de alianças de agrupamentos regionais, denominada como a “Pequena Entente”, integrada por Checoslováquia, Romênia e Iugoslávia, criada por três tratados bilaterais em 1920 e 1921, recebendo a sua estrutura definitiva com o Pacto de Genebra em 1933; tinha um conselho permanente que defendia a sua política comum. A “Pequena Entente” dissociou-se no ano de 1938, por consequência do acordo de Munique, onde a Romênia se aliou a Alemanha. A Checoslováquia terminou aderindo-se também ao referido acordo¹¹.

Por outro lado, a Entente Balcânica, integrada por Grécia, Romênia, Turquia e Iugoslávia, foi estabelecida pelo Pacto de Atenas de 9 de fevereiro de 1934 tinha a finalidade de preservar o *status quo* territorial.

Posteriormente, este caráter atenuou-se com a colaboração da Bulgária, que logrou pelo Acordo de Salônica de 31 de junho de 1938. No dia 28 de novembro de 1940 com a agressão da Itália contra à Grécia, , houve o fim do sistema debilitado.

A Entente Balcânica constituída entre Estônia, Letônia e Lituânia foi fundada através do Tratado de Amizade e Colaboração assinado em Genebra no ano de 1934. Teve pouco dinamismo e desapareceu em 1940 quando o governo de Moscou obrigou a Estônia e a Letônia a denunciá-la¹².

Em 1945, na Conferência de São Francisco, ao redigir a Carta das Nações Unidas abordaram este problema, pois os estados americanos exigiam a concessão de um lugar para o regionalismo dentro do novo sistema universal. A URSS discordou, para não

⁹ Organización Mundial de Comércio. *El regionalismo y el sistema mundial de comércio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p.8.

¹⁰ Organización Mundial de Comércio. *El regionalismo y el sistema mundial de comércio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p.8.

¹¹ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e em tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

¹² HALAJCZUK, Bohdan T. e MOYA DOMINGUEZ, María Teresa Del R. *Derecho internacional público*. Buenos Aires: Editar, 1978. P. 411-433.

admitir a institucionalização do sistema americano, que considerava como uma órbita da hegemonia por parte dos Estados Unidos¹³.

Foi assim que incorporou-se à Carta das Nações Unidas, os chamados acordos regionais¹⁴, que teve como objetivo o acordo pacífico das controvérsias de caráter local e a execução das medidas coercitivas por autorização do Conselho de Segurança, porém, idealizados como órgãos executivos do Conselho de Segurança foram utilizá-los na execução de medidas, as quais deviam mantê-los totalmente informados das atividades empreendidas e projetadas.¹⁵

Na América Latina, vários foram os países que tiveram idéias de integração continental, mas infelizmente foi superado pela Europa Ocidental, uma vez que, as nações européias tinham chegado à mesma forma de organização política, ou seja, uma democracia social com a exceção da Espanha, Grécia e Portugal. Ao contrário da América Latina que prosseguiu enfatizando a soberania nacional devido ao desequilíbrio político, econômico e, a gama de orientações de direita e esquerda.

Ressalta-se que, foram vários os personagens latino-americanos com idéias de integração, Francisco de Miranda, que ansiava a união americana desde Mississipi até a Patagônia em 1791, depois em 1810 o Fiscal de Lima, Pedro Vicente Cañete propôs a formação de uma regência soberana que abrangeria os quatro vice-reinados, onde Dom Fernando VII iria governar¹⁶.

Ao mesmo tempo seu compatriota peruano Juan Egaña apresentou um projeto análogo ao governo de Chile, com a intenção de formar um só grupo político hispano-americano, se a Espanha ficasse submetida por Napoleão.

Neste sentido, em 1810-1811 a mesma idéia surgiu do povo chileno, onde considerava-se fundamental a América unida, sejam os dois continentes ou somente o Sul, mas não teve o apoio da Junta de Buenos Aires, Mário Moreno (Secretário da Junta), considerava que era impossível fazer tal integração por motivos de comunicação,

¹³ HALAJCZUK, Bohdan T. e MOYA DOMINGUEZ, María Teresa Del R. *Derecho internacional público*. Buenos Aires: Editar, 1978. P. 411-433.

¹⁴ Regulamentado pelos artigos 52, 53 e 54 do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas.

¹⁵ HALAJCZUK, Bohdan T. e MOYA DOMÍNGUEZ, María Teresa Del R. *Derecho internacional público*. Buenos Aires: EDITAR, 1978. p 411-443.

¹⁶ HALAJCZUK, Bohdan T. e MOYA DOMINGUEZ, María Teresa Dek R. *Derecho internacional público*. Buenos Aires: Editar, 1978. P. 411-433.

localização e que as províncias poderiam manter-se por si só, criando a sua própria constituição de acordo com as suas necessidades¹⁷.

O Chileno Juan Martinez de Rozas propôs um projeto para criar uma federação de ex-colônias, cujo embasamento era a confraternização americana. Além disso, contestou à Junta Geral de Buenos Aires através de um documento formal onde manifestava que a cooperação comum dos antigos dirigentes poderiam aproximar os povos Latinos Americanos¹⁸.

A idéia de constituir uma integração latino-americana surgiu de Simón Bolívar, materializando-se através da Carta de Jamaica em 1815, onde buscava uma América Hispânica e Portuguesa independente dos Estados Unidos, mas as origens culturais, poder econômico e ambições expansionistas os distanciavam deste projeto. Os ideais dos democráticos e republicanos na revolução americana tiveram grande influência no movimento da independência latino-americano¹⁹.

Em 1924, Bernardo Monteagudo, produziu um ensaio sobre a Confederação Continental, onde expressa a independência como primeiro interesse do Novo Mundo, ressaltando o perigo que representava o Gabinete Imperial no Rio de Janeiro, servindo a Santa Aliança²⁰.

Pode-se dizer, que os esforços das Nações latino-americanas para organizar uma comunidade internacional levaram a criação de três movimentos americanistas: o Latinoamericanismo, o Centro-americanismo e o Pan-americanismo, os quais, organizaram conferências internacionais.

As Conferências Latino-americanas foram de caráter político e jurídico²¹, as primeiras tiveram como objetivo a constituição de uma Confederação, ou criar uma Aliança entre as Repúblicas Espanholas, as seguintes conferências tiveram como objetivo harmonizar a legislação das repúblicas por meio de soluções uniformes.

¹⁷ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e en tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

¹⁸ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e en tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938, p.315-320.

¹⁹ SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. *MERCOSUL e arbitragem internacional comercial*: aspectos gerais e algumas possibilidades. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p.20-26.

²⁰ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e en tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938, p.315-320.

²¹ Reuniram-se sucessivamente em Panamá (1826), Lima (1847-1848; 1864-1865). ANTOKOLET, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e en tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p.332-333.

As Conferências Pan-americanas tiveram como objetivo estabelecer vínculos mais estreitos entre os países do continente em matéria comercial e econômica, como também manter a paz, onde realizaram uma série de conferências como por exemplo: conciliação e arbitragem, aduaneiro, sanitárias, científicos entre outras.

As Conferências Centro-americanas aspiraram estabelecer uma *entente* internacional dos países de Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, cujo objetivo era a consolidação de ordem político²².

1.1.1 As Conferências Latino-americanas

Simón Bolívar teve a iniciativa de integrar a América Latina como única alternativa de obter a liberdade das nações²³. Sua idéia inicial era a unidade política das novas repúblicas e a criação de um organismo para a mediação dos grandes conflitos como uma única nação. Esta idéia foi materializada através da Carta de Jamaica de 1815²⁴. Foi então que, convocou um congresso para reunirem-se no Panamá em 1826, onde compareceram os representantes de Colômbia, Centro América, México e Peru.

O governo dos Estados Unidos enviou dois representantes²⁵ com a finalidade de propor a construção de um canal inter-oceânico, auspiciar a liberdade dos cultos, respeito pela propriedade privada, a liberdade dos mares e cooperar, em geral, com a pacificação do Continente.

A Conferência de Panamá começou suas sessões no dia 22 de junho de 1826 e fechou os debates no dia 15 de julho do mesmo ano, onde obtiveram os seguintes resultados: um tratado de união, liga e confederação, estabeleceu-se uma aliança defensiva contra os inimigos, assim como também, antes de iniciar uma guerra deveriam ir à Assembléia para tentar uma conciliação e o não cumprimento significava a sua exclusão da mencionada Assembléia.

²² Reunira-se em Lima (1877-1878) e Montevideu (1888-1889). ANTOKOLET, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público: en tiempo de paz e em tiempo de guerra*. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p.332-333.

²³ SANTOS, Ricardo Stersi dos. *Mercosul e a arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p.23-24

²⁴ BELLOTTO, Manoel Lelo (et al.). *Simón Bolívar*. São Paulo: Ática, 1983, p.74.

²⁵ O governo estadunidense delegou a Ricardo C. Anderson e Juan Sergeant, onde Henry Clay instruiu para que não assinarem nenhum tipo de contrato que alterasse a política neutral dos Estados Unidos, mas Anderson faleceu no caminho e Searget chegou tarde à Conferência. ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público: en tiempo de paz e em tiempo de guerra*. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

Em 1847 reuniram-se em Lima²⁶, onde outros países assinaram o Tratado de Confederação em 08 de fevereiro de 1848 que tinha como finalidade: proteção da soberania, e independência da integridade territorial das partes contratantes.

Em 1856 celebrou-se um Tratado Continental, onde existiam estipulações de comércio, navegação, extradição, exorção e a criação de um Conselho de Plenipotenciários a título de mediador, mas não foi ratificado.

O Segundo Congresso de Lima (1864-1865) sucedeu-se em função dos acontecimentos alarmantes como a intervenção Européia no México, a incorporação de Santo Domingo a Espanha (1861), a ocupação das ilhas de Chinha pela Espanha, motivo pelo qual levou o Congresso a celebrar um Tratado de União e Aliança e um Tratado sobre conservação da Paz, onde os Estados signatários (Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Peru, Salvador e Venezuela) comprometiam-se garantir a independência e a integridade territorial contra qualquer agressão e que todo tipo de conflito entre as partes contratantes seriam resolvidos de maneira pacífica, e possivelmente mediante arbitragem. Esses Tratados não foram ratificados e com isso terminaram as tentativas de uma Confederação das Repúblicas Latino-americanas, enquanto que na América Central os esforços repetiram-se²⁷.

1.1.2 As Conferências Centro-americanas

Cinco repúblicas da América Central²⁸ esforçaram-se para formar uma Comunidade Internacional Centro-americano, os quais reuniram-se em 1824 onde estabeleceu-se a República Federal Centro-americana, que durou até 1828.

Foram várias tentativas de unificação da América Central em 1876, 1887, 1895, e somente em 1896, conseguiram conformar a República Maior da América Central entre os países de El Salvador, Nicarágua e Honduras.

²⁶ Pode-se dizer que o Governo Peruano teve a iniciativa de convocar uma Congresso latino-americano, onde se reuniram o 11 de dezembro de 1947 em Lima com a participação dos Plenipotenciários de Bolívia, Chile, Equador, Nova Granada e Peru, isto se deveu por a guerra entre México e os Estados Unidos (1846) e os Espanhóis aproveitaram a conjuntura para tentar o restabelecimento da monarquia em algumas ex-colônias americanas. ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público: en tiempo de paz e en tiempo de guerra*. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

²⁷ O Governo Argentino enviou a Domingo Faustino Sarmiento a assistir com espectador e não teve poderes para assinar tratados. ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público: en tiempo de paz e en tiempo de guerra*. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

²⁸ Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e o Salvador.

Em 1906 reuniram-se na Costa Rica, onde El Salvador, Costa Rica, Honduras, e Guatemala assinaram um Tratado de Paz e Amizade e duas convenções, uma relativa ao estabelecimento de um Escritório Internacional Centro-americano e outra sobre a criação de um Instituto Pedagógico Centro-americano.

Em 1907 reuniram-se em Washington²⁹, as nações da América Central. Firmaram um Tratado de Paz e Amizade, sete Convenções³⁰ e um Protocolo³¹, onde concordaram conviver em perfeita harmonia e qualquer diferença que surgisse seriam submetidas à Corte Centro Americana de Justiça, como também se comprometeram a não fomentar revolução entre as repúblicas.

Posteriormente, reuniram-se outra vez em Washington dia 4 de dezembro de 1922 até fevereiro de 1923, nesta Conferência adotaram um Tratado de Paz e Amizade, doze Convenções³² e três protocolos³³.

Lembrando que, a Corte de 1907 atendia toda classe de conflitos, ao contrário do Tribunal de 1923 que não possuía competência em resolver conflitos que afetavam a soberania e independência. A primeira dissolveu-se em 1918 devido a não aceitação da Nicarágua de todas as sentenças³⁴.

²⁹ Havendo surgido dificuldade entre eles, os governos de México e Estados Unidos tiveram a iniciativa de convocar a uma Conferência Centro-americana a realizar-se o 02 de novembro de 1907 em Washington.

³⁰ 1) Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade pela qual não reconheceriam aos governos vindos de golpes de Estado; 2) Convenção relativa à criação de uma Corte de Justiça Centro-americano; 3) Convenção sobre Extradição; 4) Convenção sobre Escritório Internacional Centro-americano; 5) Convenção sobre o Instituto Pedagógico Centro-americano; 6) Convenção sobre reuniões durante 5 anos para tomar medidas para a união das cinco repúblicas; e 7) Convenção relativa às vias de comunicação. ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público: en tiempo de paz e en tiempo de guerra*. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

³¹ O protocolo estipulou algumas cláusulas adicionais ao estatuto da Corte.

³² As convenções foram as seguintes: 1) Convenção sobre a renovação do Tratado de Paz e Amizade; 2) Convenção para o estabelecimento de um Tribunal de Justiça Centro Americano; 3) Convenção para o estabelecimento de uma comissão internacional de investigações; 4) Convenção sobre livre comércio; 5) Convenção sobre Unificação de legislação em proteção dos obreiros e trabalhadores; 6) Convenção sobre o exercício das profissões liberais; 7) Convenção sobre projetos de legislação eleitoral; 8) Convenção sobre criação de estações experimentais de agricultura e industriais e animais; 9) Convenção de intercâmbio de estudantes de Centro América; 10) Convenção de extradição; 11) Convenção sobre estabelecimento de comissões permanentes de Centro América; e 12) Convenção sobre limitação de armamento bélico. ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público: en tiempo de paz e en tiempo de guerra*. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

³³ 1) Da designação de 15 cidadãos norte-americanos para formar parte do Tribunal Centro-americano; 2) A autenticidade do texto em língua Castelhana dos Tratados; 3) Um protocolo Adicional para a Criação do Tribunal Internacional Centro-americano. ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público: en tiempo de paz e en tiempo de guerra*. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

³⁴ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público: en tiempo de paz e en tiempo de guerra*. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

A Costa Rica e a Nicarágua denunciaram o Tratado de Paz e Amizade de 07 de fevereiro de 1923 e foi dissolvida. Em 1934, reuniram-se na cidade de Guatemala para a realização da Conferência Centro-americana, onde celebraram um Tratado de Confraternização que admite a solução pacífica de futuras diferenças e reconhece o princípio da não intervenção nos acontecimentos dos outros e a restrita neutralidade em cada governo em suas relações com os demais, recorrer à arbitragem para dirimir conflitos que pudessem surgir entre eles de forma pacífica, assim como também se outorgaram descontos aduaneiros e outras facilidades exclusivas para produtos regionais, e tentar a unificação das legislações civis, penais, comerciais, administrativas e econômicas, obrigando-se a coordenar seus esforços para obter esse resultado³⁵.

Pode-se dizer que, os cinco países da América Central tiveram vontade para a conformação de uma comunidade internacional solidária econômico, cultural e político onde, nas posteriores conferências atuaram como se fossem uma *entente* centro-americano.

Porém, em 1951 criaram uma Organização dos Estados Centro-americanos (ODECA) cuja finalidade é promover os laços políticos, econômicos, sociais e culturais entre os países de Centro América.

Em dezembro de 1960, foi assinado o Tratado Geral da Integração Econômica Centro-americano quando cinco governos Centro-americanos decidiram a estrutura institucional do Mercado Comum Centro-americano é composta por O Conselho Econômico Centro-americano que é integrado pelos ministros de economia dos países membros, que está encarregado do processo integracionista. O Conselho Executivo está composto por representantes de cada país que garantia a aplicação dos dispositivos do ato constitutivo e da execução das decisões do Conselho Econômico. A Secretaria é conduzida pelo Secretário Geral, eleito com um mandato de três anos que cumpre a função de técnico administrativo cuja sede fica em Guatemala.

1.1.3 As Conferências Pan-americanas

Historicamente os Estados Unidos não participou das Conferências latino-americanas para estabelecer uma Comunidade Internacional, somente tentam de participar

³⁵ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e em tiempo de guerra.

na Conferência do Panamá em 1826. No entanto, o Secretário norte-americano James G Blaine ao perceber essa política integracionista teve a iniciativa de convocar uma Conferência Internacional que realizar-se-ia em Washington (1882), cuja finalidade era observar os mecanismos para evitar a guerra entre os Estados Americanos. Esta convocação teve coincidência com o convite da Colômbia para realizar uma Conferência no Panamá, mas nenhuma das duas Conferências chegaram a realizar-se por consequência da Guerra do Pacífico³⁶.

Pode-se dizer que, por razões políticas norte-americanas o secretário Blaine foi destituído de seu cargo pelo Vice-presidente Chester Arthur, onde a Conferência Pan-americana foi anulada e quando Grover Cleveland assumiu a presidência, retomou as idéias e enviou novos convites para a Conferência, onde mais tarde reuniram-se, no final de 1889, sob a presidência de William Harrison, renomeado a James G. Blaine como Secretário de Estado, onde através da Lei de 24 de maio de 1888, o autoriza a convocar uma Conferência Pan-americana em Washington, onde reuniram-se em 2 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890, assistiram as delegações de Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai, e Venezuela. A referida Conferência não teve caráter diplomático, embora tenha se limitado à votação de recomendações, onde os Norte-americanos fizeram reservas sobre a igualdade dos cidadãos nacionais e estrangeiros. Nicaragüenses e venezuelanos se recusaram a firmar o princípio da livre navegação dos rios³⁷.

Cabe-se assinalar as seguintes recomendações: escritório das repúblicas americanas; banco internacional interamericano; arbitragem, formalidades entre aduaneiras e portuárias, marcas de fábrica e patentes de invenção, comunicações, terrestres e marítimas, ferrovia pan-americano, igualdade dos estrangeiros com os nacionais e Conferências Sanitárias, as quais foram simples declarações por não requerer

Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

³⁶ A Guerra do Pacífico foi um conflito entre Chile, Peru e Bolívia de 1879/1883, onde o governo estadunidense ofereceu seus bons ofícios como arbitro, sendo rejeitado pelo governo de Chile que, fortemente vinculado com à Inglaterra, saiu da guerra como primeira potência do pacífico de sul-americanos.

³⁷ SANTOS, Ricardo Stersi dos. *Mercosul e a arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p.23-24

a ratificação dos governos participantes. No entanto, em Washington criou-se o escritório das repúblicas americanas³⁸.

Na Segunda Conferência (1901-1902) realizada na Cidade de México, incluíram-se novos assuntos como: Reclamações pecuniárias; propriedade literária e artística; Código de Direito Internacional Americano; profissões liberais; Congresso Geográfico; Extradicação e Estatísticas³⁹.

Na Terceira Conferência (1906) realizada no Rio de Janeiro, analisaram a cobrança compulsiva das dívidas públicas, naturalização, Relações Comerciais e criou-se através de um tratado a Junta de Jurisconsulto para fazer a codificação do Código Internacional Pan-americano⁴⁰.

Na Quarta Conferência (1910) realizada na cidade de Buenos Aires, além dos temas analisados nas anteriores conferências, comemorou-se a abertura do Canal de Panamá, o intercâmbio de professores e alunos, documentos consulares, censos, escritórios bibliográficos nacionais⁴¹.

Na Quinta Conferência (1923) realizada na cidade de Santiago de Chile, começaram a publicar leis, documentos sobre Embarque, nomenclatura uniforme de mercadorias, comissões de investigações, reforma da união pan-americana, marinha mercante, interamericana, transporte terrestre, aviação comercial, comunicações elétricas, Corte permanente de justiça americana, uma associação que estreita as relações dos governos latino-americanos, redução de armamentos bélicos, luta contra o alcoolismo, situação do estrangeiros, Cruz Vermelha e o Direito Internacional Americano⁴².

Na Sexta Conferência (1928) realizada na Havana, assinaram o Tratado sobre da Codificação do Direito Internacional Privado, regulamentação dos tratados, funcionários diplomáticos e consulares, neutralidade marítima, asilo político, direitos e deveres dos Estados nas lutas civis, além disso, fizeram recomendações sobre o jornalismo, conferências pan-americanas, condições dos trabalhadores, bibliografia continental,

³⁸ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e en tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

³⁹ SANTOS, Ricardo Stersi dos. *Mercosul e a arbitragem internacional comercial*: aspectos gerais e algumas possibilidades. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p.23-24

⁴⁰ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e en tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

⁴¹ ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e en tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

⁴² ANTOKOLETZ, Daniel. *Tratado de Derecho Internacional Público*: en tiempo de paz e en tiempo de guerra. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. p. 292-315.

Congressos pedagógicos, Direitos da Mulher, utilização dos rios internacionais, conexão entre rios navegáveis, estrada interamericana, movimento migratório, tráfego de fronteiras, aviação civil, simplificação de calendário, letras de câmbio, sociedades anônimas, câmaras de comércio e arbitragem comercial, filmes cinematográficos, cooperação intelectual, aposentadoria de jornalistas, declaração sobre condenação da guerra como instrumento de política nacional, convocação de uma conferência especial de conciliação e arbitragem e repúdio contra a guerra de agressão⁴³.

Na Sétima Conferência (1933) realizada em Montevidéu, dividiram os assuntos em diversas seções: organização da paz, problemas de direito internacional, problemas econômicos e financeiros, projetos de legislação uniforme, problemas sociais, cooperação intelectual, e comunicações. Assinaram convenções sobre nacionalidade da mulher, asilo político, direitos e deveres dos Estados, adesões sobre tratados pacifistas, protocolo adicional interamericano de conciliação de 1929, convenções sobre extradição, sobre o ensino da história. Fizeram recomendações relativas de direitos civis e políticos da mulher⁴⁴.

Na Oitava Conferência (1938), realizada em Lima, participaram 21 Estados membros, tendo principal tema o desenvolvimento da cooperação interamericana mais efetiva frente à ameaça externas ao continente⁴⁵.

Para tal fim emitiu-se a declaração de Lima ou declaração à solidariedade interamericana, na qual reafirmava-se a solidariedade continental contra toda intervenção ou atividade que pudesse ameaçar o princípio da não intervenção estabelecendo um procedimento de consulta e atuando nos Estados Americanos de forma independente da sua capacidade individual, reconhecendo desta forma a igualdade jurídica com Estados soberanos.

Nesta Conferência, recomendou-se ao Comitê de Especialistas, que continuaria o estudo sobre reclamações pecuniárias e intervenção diplomática, tema especialmente controvertido, uma vez que, naquela época houveram as expropriações petrolíferas no México e Bolívia contra companhias norte-americanas.

⁴³ SANTOS, Ricardo Stersi dos. *Mercosul e a arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p.23-24

⁴⁴ SANTOS, Ricardo Stersi dos. *Mercosul e a arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p.23-24

⁴⁵ SANTOS, Ricardo Stersi dos. *Mercosul e a arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p.23-24

A Nona Conferência (1948) foi realizada em Bogotá. Finalizaram o período da união interamericana ou Sistema Interamericano para dar início ao surgimento da Organização dos Estados Americanos e tinham os seguintes temas: cooperação econômica interamericana, fortalecimento do Sistema Interamericano mediante a conclusão do Pacto orgânico, informativo do Conselho Diretivo à União Pan-americana, problemas jurídicos e políticos, problemas sociais e culturais, o Pacto de Bogotá e, o Tratado Americano de Soluções Pacíficas⁴⁶.

A décima Conferência (1954) realizada em Caracas, em pleno período da Guerra Fria, onde os problemas do comunismo foram o objetivo principal dos Estados Unidos. Nesta Conferência participaram todos os Estados que tinham participado nas anteriores reuniões com a exceção de Costa Rica, a diferença dos norte-americanos e dos latino-americanos era o tratamento dos problemas econômicos, nesta conferência adotaram três instrumentos jurídicos: asilo diplomático, asilo territorial e sobre Relações Culturais Interamericanas.

Cabe-se assinalar que, frente à doutrina de Simón Bolívar e a de Monroe, a primeira visava à integração da América hispânica e portuguesa por extensão, e a segunda queria a hegemonia dos Estados Unidos sobre os países das três Américas além de que os Estados Unidos não estava de acordo com a unificação Latino-americana e por tal motivo não participou das primeiras conferências latino-americanas, a exceção da primeira que o Secretário de Estado Henry Clay tinha instruído dois representantes para estar de observadores, mas por motivos desconhecidos uns deles faleceu e o outro chegou tarde à mencionada Conferência⁴⁷.

1.2 Da ALALC a ALADI

Os resultados atingidos pelos países centro-americanos ao criarem o Mercado Comum Centro-americano (MCC) constituíram um alicerce para que o resto dos países latino-americanos percebessem a necessidade de estabelecer vínculos para facilitar o fluxo

⁴⁶ SANTOS, Ricardo Stersi dos. *Mercosul e a arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998, p.23-24

⁴⁷ STUART, Ana Maria. *Precedentes históricos da integração hemisférica*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Ghilhon. *Relações internacionais e sua construção jurídica: aspectos históricos, jurídicos e sociais*. São Paulo: FTD, 1998. 40-43.

do comércio, com o objetivo de alcançar uma integração e à eventual criação de um mercado comum⁴⁸.

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)⁴⁹ foi o organismo que desempenhou um papel relevante como promotor e defensor das idéias integracionistas, como gestor, ator intelectual, e como motivador das negociações que conduziram a assinatura do Tratado de Montevidéu de 1960 criando a Associação Latino-americana de Livre Comércio⁵⁰, cujo objetivo principal era diminuir entre os parceiros e criar uma Área de Livre Comércio, ressaltando o período transitório onde os países signatários podiam negociar livremente, produto por produto, a diminuição da sua proteção tarifária.

Este Tratado baseava-se no princípio de reciprocidade estabelecido pelo artigo 10 e 13, e na concessão de nação mais favorecida estabelecido no artigo 18, cuja aspiração era ajustar-se às regras do GATT. Contudo, a liberdade concedida aos Estados e a ausência de um ajustamento formal para que os prazos fossem cumpridos, levaram a ALALC ao aviltamento.

A ALALC para alcançar a liberalização comercial pretendida tinha os seguintes mecanismos: as listas nacionais de concessões, negociadas anualmente e revogáveis, que seriam reduzidas à razão de 8% ao ano em relação às tarifas praticadas com outros Estados; as listas comuns, negociadas a cada três anos, em caráter irrevogável e incorporando um quarto do comércio recíproco entre os países signatários em cada negociação; os acordos de complementação negociados bilateralmente, de caráter setorial, que depois seriam incluídos nas listas nacionais, para estender os benefícios a todos os Estado-Partes⁵¹.

Os países signatários ao verem o fracasso do ALALC, resolveram criar um novo Tratado, que foi igualmente firmado em Montevidéu, em 12 de agosto de 1980, criando a ALADI. Neste novo Tratado, propõem-se uma pauta mais modesta, objetiva e pragmática,

⁴⁸ ABREU BONILLA, Sergio. *Mercosul e integração*: Montevideo: FCU. 1991. P.19-20.

⁴⁹ CEPAL, órgão técnico-econômico das Nações Unidas, destinado a elaborar estudos e projetos cujo escopo era ensinar o desenvolvimento das nações da América Latina. In: CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes, CHIARELLI, Matteo Rota. *Integração: direito e dever*. São Paulo: Ltr, 1992, p.89.

⁵⁰ Pode-se dizer, que os resultados atingidos pelos países centro-americanos constituíram um estímulo para os demais países Latino-americanos para estabelecer laços mais estreitos no comércio, com objetivo ao logro da integração e à eventual criação de um mercado comum. BONILLA, Sergio Ernesto Abreu, *Mercosur e integración*. 2ed. Montevideo: FCU. 1991. p.17-21.

⁵¹ SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. *MERCOSUL e arbitragem internacional comercial: aspectos gerais e algumas possibilidades*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p.20-26.

para a formação de uma associação, e não uma área que pretende transformar-se em Zona de Livre Comércio⁵².

Os países integrantes desta nova organização são os mesmos membros da ALALC, ou seja, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Esta área de preferência econômica compreendera três áreas: 1) preferência alfandegária regional: esse mecanismo de caráter multilateral está constituído por uma preferência alfandegária aplicável ao nível que se fixe aos terceiros países; 2) acordos de alcance regional são aqueles em que participam todos os países membros, onde os acordos tem uma extensa abrangências (comercial, de complementação econômica, agropecuária, de incentivo ao comércio, de cooperação científica e tecnológica); 3) acordos de alcance parcial, entende-se como aquele mecanismo no qual, apenas participam alguns dos países membros, ainda que, admite adesão de outros, mas no qual a extensão dos benefícios não se fará de modo automático ao resto, como acontecia no ALALC por a aplicação de Nação Mais Favorecida⁵³.

1.3 A CAN

A Comunidade Andina de Nações (CAN) teve sua origem no Pacto Andino (Grupo Andino) e como objetivo melhorar a cooperação entre os países da região andina, estabelecendo critérios comuns para o tratamento de capitais e remessas de lucros para o exterior. Na primeira década de existência, conseguiu multiplicar por dez o comércio entre os países signatários. Em 1973, a Venezuela aderiu ao grupo e em 1977 o Chile se desligou da organização. Em 1975, pelo Acordo de Cartagena, os países do pacto criaram um plano de desenvolvimento integrado da indústria petroquímica. A sede funciona em Lima, Peru⁵⁴.

Frente às dificuldades da ALALC, no final da década de 1960, alguns dos países se convenceram da necessidade de integrar grupos subregionais de integração, assim, em 20 de maio de 1969, cinco países andinos assinaram o Acordo de Cartagena com o

⁵² CASELLA, Paulo Borba. *Mercosul: exigências e perspectivas: integração e consolidação de espaço econômico* (1995-2001-2006). São Paulo: LTr, 1996, p.125-128. ISBN: 85-7322-098-8.

⁵³ ABREU BONILLA, Sergio. *Mercosul e integração*: Montevideo: FCU. 1991. P.19-20.

⁵⁴ MUNDO LATINO, *Acuerdo de Catagena (Pacto Andino)*: Acuerdo de integración subregional. Disponível em: <<http://www.mundolatino.org/i/politica/Tratados/pacandin.htm>>. Acesso em 20 marz 2001.

objetivo de promover o desenvolvimento equilibrado e harmonioso dos países membros, acelerando seu crescimento mediante a integração econômica, facilitar sua participação no processo de integração previsto no Tratado de Montevideu e estabelecer condições favoráveis para a conversão da ALALC em um mercado Comum⁵⁵.

Pode-se dizer que, no Pacto Andino estabeleceram-se normas mais agressivas para avançar no processo de eliminação das barreiras tarifárias, tanto no estabelecimento de uma tarifa alfandegária comum e na implantação de princípios e compromissos de planificação conjunta⁵⁶.

Para o funcionamento do Pacto Andino dispuseram três órgãos:

- 1) A Comissão: que é a autoridade máxima do grupo, integrada por representantes dos países membros, com reuniões três vezes por ano com os seguintes objetivos: formular as políticas gerais do acordo e adotar as medidas necessárias para atingir os objetivos, aprovar normas para a coordenação dos planos de desenvolvimento dos países membros, assistir pelo cumprimento harmonioso das obrigações do Acordo e as derivadas do Tratado de Montevideu, aprovar o orçamento anual e estabelecer contribuições dos países membros.
- 2) A Junta do Acordo de Cartagena (JUNAC): órgão administrativo que está integrado por três membros os quais são nomeados por três anos e tem como função cumprir os mandatos da Comissão, realizar estudos e propor as medidas necessárias para a aplicação correta dos tratamentos especiais para Bolívia e Equador, assistir pelo cumprimento correto do acordo.
- 3) Mediante o Acordo Original ficou contemplado a criação de dois comitês, um de caráter consultivo, conformado pelos representantes de cada país, tendo como função principal aconselhar à Junta quando for necessário para que analise suas propostas antes de serem apresentadas à Comissão, e o

⁵⁵ MUNDO LATINO, *Acuerdo de Cartagena (Pacto Andino)*: Acuerdo de integración subregional. Disponível em: <<http://www.mundolatino.org/i/politica/Tratados/pacandin.htm>>. Acesso em 20 marz 2001.

⁵⁶ MUNDO LATINO, *Acuerdo de Cartagena (Pacto Andino)* : Acuerdo de integración subregional. Disponível em: <<http://www.mundolatino.org/i/politica/Tratados/pacandin.htm>>. Acesso em 20 marz 2001.

Comitê Econômico e Social, integrado por representantes empresariais e dos trabalhadores dos países membros⁵⁷.

Cabe-se assinalar que, em 1985 foi criado o tribunal do Pacto Andino conformado por cinco magistrados dos Estados membros. Em 27 de outubro de 1979, foi criado o Parlamento Andino com objetivo de legitimar o processo de integração, cuja conformação é através de cinco representantes de cada Estado.

No entanto, as dificuldades políticas entre os parceiros, com o golpe contra o Presidente Allende e através da Lei 600 da Junta Militar Chilena que foi contra a ideologia da Decisão 24 e a retirada (posterior do Chile), as dificuldades de relacionamento entre Peru e Equador foram causas de longos prazos para alcançar os objetivos estabelecidos nos Atos Constitutivos⁵⁸.

A intromissão norte-americana foi um dos principais motivos para a crise do Grupo Andino, uma vez que, as transnacionais exerceram pressão formando uma série de medidas de reivindicação do capital estrangeiro no Chile. Além disso, outros países haviam manifestado discrepância com a Decisão 24⁵⁹.

Mas, em agosto de 1976, na declaração de Boyacá, conheceram-se os fundamentos e modificações introduzidas pela Decisão 103 ao regime dos investimentos estrangeiros.

Na atualidade existe uma série de preocupações dos países sul-americanos, onde procuram aprofundar os seus laços subregionais e constituir uma zona sul-americana ou integrar-se aos EUA na perspectiva de criar uma Área de Livre Comércio nas Américas (ALCA). O Peru por ter déficit no balanço comercial anunciou a sua retirada em abril de 1997 e reiterou a sua saída definitiva em junho de 1998⁶⁰.

1.4 A Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)

As primeiras negociações foram entre Canadá e EUA começaram em 1985 com o objetivo de estabelecer uma área de livre comércio. O acordo (Free Trade Agreement) foi

⁵⁷ MUNDO LATINO, *Acuerdo de Catagena (Pacto Andino)* : Acuerdo de integración subregional. Disponível em: <<http://www.mundolatino.org/i/politica/Tratados/pacandin.htm>>. Acesso em 20 marz 2001.

⁵⁸ SCHAPOSNIK, Eduardo C. *As teorias da integração e o mercosul: estratégias*. Florianópolis: ED. Da UFSC, 1997, p25-30.

⁵⁹ SCHAPOSNIK, Eduardo C. *As teorias da integração e o mercosul: estratégias*. Florianópolis: ED. Da UFSC, 1997, p25-30.

⁶⁰ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 208-210.

assinado em 1988 com início marcado para o ano de 1989. Dito acordo elimina as barreiras ao comércio e cria um mecanismo de solução de controvérsias⁶¹.

No entanto, o México definiu uma política de aproximação com os EUA em 1984 através de uma série de acordos para reduzir as barreiras ao comércio, como também negociou acordos para um melhor controle da imigração clandestina⁶².

As possibilidades de estabelecer uma zona de livre comércio entre México e EUA eram remotas. Mas, em junho de 1990, abriram formalmente com o objetivo de criar uma zona de livre comércio⁶³.

Em 1991 o Canadá entrou nas negociações e foi anunciada a intenção de criar o NAFTA, cujo objetivo era de se eliminar progressivamente os obstáculos do comércio e dos investimentos e prever a proteção da propriedade intelectual. As negociações em 1992 com a assinatura do Tratado pelo presidente Bush e ratificado pelo Congresso Norte-americano em 1993 e passando a vigorar em 1º de janeiro de 1994, unindo o Canadá, EUA e México.

Os objetivos, segundo o acordo do NAFTA são; princípio da não-discriminação, transparência, eliminação das barreiras ao comércio e a livre circulação de bens e serviços entre os países membros, política de concorrência, criação de procedimentos eficazes para a aplicação e cumprimento do Tratado, administração conjunta e a solução de controvérsias baseado na arbitragem internacional, aumento das oportunidades de investimentos entre os países partes, estabelecimento de bases para uma ulterior cooperação regional ou multilateral, regras antidumping e anti-subsídios e proteção à propriedade intelectual⁶⁴.

Pode-se dizer que o NAFTA determina através de seu Tratado de Constituição, a formação de um área de livre comércio englobando livre circulação de bens, serviços e capitais, com períodos de transição por até 15 anos. Na verdade não se trata de uma união aduaneira, pois não haverá uma tarifa externa comum⁶⁵.

⁶¹ GONÇALVES, Reinaldo. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira...*[et al]. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p.91-96. ISBN: 85-352-0257-9.

⁶² THORSTENSEN, VERA... [et al]. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte. 1994 ISBN 85-213-0817-5. p.138-139.

⁶³ THORSTENSEN, VERA... [et al]. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte. 1994 ISBN 85-213-0817-5. p.138-139.

⁶⁴ GONÇALVES, Reinaldo. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira...*[et al]. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p.91-96. ISBN: 85-352-0257-9.

⁶⁵ GONÇALVES, Reinaldo. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira...*[et al]. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p.91-96. ISBN: 85-352-0257-9.

Neste sentido, o NAFTA é um tratado de grande amplitude temática, regulando vários aspectos da relação comercial entre os países membros. Essas regulamentações estão baseadas em três ordens: 1) aquelas que atendem às preocupações dos setores sindicais dos EUA, e em menor medida do Canadá, ou seja, as que procuram impedir o que esses setores chamam de dumping social e dumping ecológico; 2) aquelas que protegem investimentos de setores financeiros, industriais e agrícolas norte-americanos e canadenses contra a concorrência dos salários mais baixos mexicanos, quer dizer, as salvaguardas, as regras de origem e as cotas para exportações agrícolas⁶⁶.

O NAFTA não trata sobre temas relativos como liberdade de circulação de mão-de-obra, ou de tarifa externa comum, e dificilmente haverá condições políticas de fazê-lo no futuro previsível. Portanto, apesar de esse tratado se restringir a uma área de livre comércio, ele trata de um grande número de questões como a coordenação de políticas de investimento, meio ambiente, propriedade intelectual e alguns aspectos limitados da legislação trabalhista⁶⁷.

Para Isaac Cohen, o Nafta representa o regionalismo aberto, no sentido que tem a cláusula de adesão, a qual foi deixada aberta, ou seja, qualquer país pode integrar, sem fechá-la geograficamente a fim de incluir apenas os países do hemisfério ocidental, dizem que se deva a uma iniciativa da legislação mexicana⁶⁸.

O alvo do NAFTA é a promoção de empregos e o crescimento econômico de cada área através da expansão das oportunidades de comércio e investimento na área de livre comércio e reforçar a competitividade das empresas nos mercados globais, de uma forma que proteja o ambiente⁶⁹.

No âmbito comercial, o NAFTA dentro de um prazo de 15 anos eliminará totalmente as barreiras tarifárias e não tarifárias entre os países integrantes da zona de livre comércio. Neste sentido, na maior parte dos casos, a eliminação das barreiras

⁶⁶ THORSTENSEN, VERA... [et al]. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte. 1994 ISBN 85-213-0817-5. p.138-153.

⁶⁷ THORSTENSEN, VERA... [et al]. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte. 1994 ISBN 85-213-0817-5. p.138-139.

⁶⁸ COHEN, Isac. Após o NAFTA: implementação da cláusula de adesão. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Mercosul e Nafta: o Brasil e a integração hemisférica*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1995. p.268-278.

⁶⁹ THORSTENSEN, VERA... [et al]. *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte. 1994 ISBN 85-213-0817-5. p.140-141.

acontecerá em um prazo de cinco a dez anos, para produtos sensíveis, o período de transição é de 15 nos⁷⁰.

1.5 A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)

A primeira iniciativa para a integração das Américas, foi contemplada em duas propostas a primeira foi em 1990, onde o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, anuncio a intenção da integração das Américas, que visava o aprofundamento das relações daquele país com os países de América Latina, como prioridade da política externa estadunidense, a Segunda foi feita durante a Cúpula das Américas, realizada em Miami, em dezembro de 1994⁷¹.

Para Henry Kissinger, a ALCA é o melhor lance de política externa dos Estados Unidos para América Latina, apoiava-se em três pilares fundamentais: 1) comércio para uma ampliação da cooperação entre os países do Hemisfério; 2) investimentos através da adoção de medidas de estímulo aos fluxos de investimentos para América Latina e do Caribe: tratava-se de reduzir a excessiva regulamentação estatal, que, na perspectiva estadunidense, estrangulava a iniciativa empresarial tanto nacional como estrangeira e 3) redução da dívida externa da América Latina e Caribe com bancos internacionais privados, na condição que os países promovessem reformas econômicas liberais, redução significativa da dívida oficial dos países latino-americanos com os Estados Unidos e a conversão da dívida comercial com os Estados Unidos em ações⁷².

Na Reunião de Cúpulas das Américas de Miami, em dezembro de 1994, envolvendo 34 países, com o objetivo de harmonizar, integrar e analisar diversas matérias que são de interesse desses países e o processo de preparação para a formação da ALCA, estendido até 2005. Previsto reuniões anuais dos Ministros responsáveis pelo comércio, o cumprimento de uma agenda especializada, a cargo de onze Grupos de Trabalho, sete deles criados na Primeira reunião de Ministros, ocorrida em Denver, em 1995 e os demais

⁷⁰ ABREU, Marcelo de Paiva. O Nafta e as relações econômicas Brasil-Estados Unidos: implementação da cláusula de adesão. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Mercosul e Nafta: o Brasil e a integração hemisférica*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1995. p.268-278.

⁷¹ Aput OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de. Da iniciativa para as Américas à cúpula de Belo Horizonte. In: ALBUQUERQUE, José Augusto G.; OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Relações Internacionais e sua construção jurídica: aspectos históricos, jurídicos e sociais*. São Paulo: FTD, 1998. Série ALCA. v.1. p. 56-59.

⁷² Aput OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de. Da iniciativa para as Américas à cúpula de Belo Horizonte. In: ALBUQUERQUE, José Augusto G.; OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Relações Internacionais e sua construção jurídica: aspectos históricos, jurídicos e sociais*. São Paulo: FTD, 1998. Série ALCA. v.1. p. 56-59.

constituídos a partir da Segunda reunião, em Cartagena. Esses Grupos de Trabalho (GT) que atuaram na fase preparatória da ALCA foram:

- 1) Acesso aos Mercados (GT.1)
- 2) Procedimentos Alfandegários e Regras de Origem (GT.2)
- 3) Investimentos (GT.3)
- 4) Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio (GT.4)
- 5) Medidas Sanitárias e Fitosanitárias (GT.5)
- 6) Subsídios, "Antidumping" e Direitos Compensatórios (GT.6)
- 7) Economias Menores (GT.7)
- 8) Compras Governamentais (GT.8)
- 9) Direitos de Propriedade Intelectual (GT.9)
- 10) Serviços (GT.10)
- 11) Política de Concorrência (GT.11)⁷³.

Na Reunião Ministerial de Belo Horizonte, em maio de 1997, presidida no Brasil, adotou-se um conjunto de princípios negociadores fundamentais: Processo decisório por consenso; coexistência da ALCA com acordos bilaterais e subregionais de integração e de livre comércio mais amplos ou profundos e a compatibilidade da ALCA com os acordos da OMC⁷⁴.

Mas, nesta reunião não estabeleceu as condições políticas para uma integração continental, cuja complexidade é evidente por assimetrias econômicas, política e social dos países envolvidos, além da ausência de liderança simultaneamente capaz e disposta a enviar os esforços necessários à integração das Américas⁷⁵.

A Reunião Ministerial de Toronto, em novembro de 1999 marcou o início de uma nova fase da negociação, onde se tentou buscar o acordo sobre temas controversos, principalmente nos grupos de acesso a mercados, em função da definição de métodos, modalidades e cronograma de desgravação, e agricultura, pela questão dos subsídios agrícolas, picos e escalada tarifária. Isto será feito através de um esforço de redação de

⁷³ ALCA. *Reunión de las cúpulas de Miami*. Dezembro de 1994. Disponível em: <www.ftaa-alca.org> . Acesso em: 12 marz. 2002.

⁷⁴ ALCA. *Reunião de Belo Horizonte*. Novembro de 1999. Disponível em: <<http://www.ftaa-alca.org>>. Acesso em 20 out. 2002.

⁷⁵ OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de. Da iniciativa para as Américas à cúpula de Belo Horizonte. In: ALBUQUERQUE, José Augusto G.; OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Relações Internacionais e sua construção jurídica: aspectos históricos, jurídicos e sociais*. São Paulo: FTD, 1998. Série ALCA. v.1. p. 70.

esboços de Acordo para os diversos temas da ALCA que serão remetidos para análise dos Ministros de Comércio até o final de 2000⁷⁶.

Na reunião de Quito, houve dificuldades para chegar a um consenso sobre assuntos importantes para a formação de um bloco regional, entre os principais temas que sofrem forte oposição de alguns países são:

- 1) Modalidade de Negociação, através de listas negativas ou positivas; as primeiras são para aqueles produtos que não são liberados e deverão ser listados e o restante estará no acordo e as segundas, onde se oferta tudo o que pode ser liberado e resto ficam excluídos.
- 2) Tratamento especial e diferenciado para economias menores, este ponto é controvertido, no sentido de que não tem-se definidos quais são os critérios para definir a um país de economia menor, nem tampouco tem se definido qual vai ser o tratamento diferenciado dado a esses países.
- 3) Abrangência das negociações, ainda não há propostas concretas para as negociações tarifárias, no sentido de quais serão eliminadas e quais não⁷⁷.

Pode-se dizer que, para chegar à cooperação econômica, os Estados trabalham em dois tempos: no primeiro, há formação da preferência dos participantes, sendo a burocracia do Estado ou parte dela um fator decisivo; no segundo, ocorre a interação entre os participantes de dois ou mais Estados, que tem por resultado a integração econômica⁷⁸. Neste sentido, corresponde ao Estado adequar as demandas internas às pressões internacionais, conciliando-as com seus próprios objetivos. Parece ser este o caso do debate no Brasil no momento: reivindicações e proposições empresariais e sindicais tenderiam a ser parcialmente incorporadas como forma de ampliar a base de sustentação à proposta de negociação apresentada à ALCA.

1.6 O Mercosul

A primeira aproximação entre Argentina e Brasil começou em meados da década de 80, onde se propõe reverter várias décadas de desconfiança mútua, onde naquela fase

⁷⁶ ALCA. *Reunión Ministerial de Toronto*. Maio de 1997. Disponível em: <<http://www.ftaa-alca.org>>. Acesso em 20 out. 2002.

⁷⁷ ALCA. *Reunión de Quito*. 31 de outubro de 2002. Disponível em: <http://www.amcham.com.br/update/update2002-10-31e_dtml>. Acesso em: 6 out. 2002.

tinha regido a política exterior dos países latino-americanos. Mediante a subscrição de 24 protocolos bilaterais em diversas áreas no período 1984 a 1989 procuraram aprofundar o relacionamento entre eles.⁷⁹

Pode-se dizer que, as aproximações entre os dois países começaram com os governos de José Sarney do Brasil e Raúl Alfonsín da Argentina, onde os mandatários conseguiram avançar significativamente no processo, além disso, o que influenciou nas negociações foi a queda do Muro de Berlim –em novembro de 1989- a aparição de uma nova realidade política e econômica mundial, onde os dois países estavam prontos para iniciar uma relação de um novo ponto, mais aprofundada⁸⁰.

Além disso, em agosto de 1990, os presidentes do Paraguai, Andrés Rodríguez, e do Uruguai, Luis Alberto Lacalle, solicitaram a incorporação dos seus países ao acordo em gestão entre os dois colossos sul-americanos⁸¹.

As negociações concluíram com um acordo referendado em Assunção do Paraguai em 26 de março de 1991, que sob a denominação de Tratado de Assunção (TA), pôs em funcionamento o Mercado Comum do Sul. O Tratado de Assunção, assinado pelos presidentes Carlos Menen, da Argentina; Fernando Collor de Mello, do Brasil; Andrés Rodríguez do Paraguai; e Luís Alberto Lacalle do Uruguai, estabeleceu a decisão de constituir um mercado comum que deveria estar conformado para o 31 de dezembro de 1994.⁸²

Cabe-se assinalar que, o mercado comum implicaria na livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros países e coordenação de posições em foros econômicos, comerciais, regionais e internacionais⁸³.

Pode-se dizer, que o Tratado de Assunção também estabelece: a coordenação de

⁷⁸ LEGRO, Jeffrey W. *Culture and preferences in the international cooperation two-step*. American Political Science Review, vol. 90, n.º 1, 1996. p. 118.

⁷⁹ MAIA, Jayme De Mariz, *Economia Internacional e Comércio Exterior*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p.167-203. ISBN 85-224-1854-3.

⁸⁰ Tanto Alfonsín e Sarney, são dois regimes democráticos vindos de uma recente experiência militar autoritária, e que viam nesse estreitamento de cooperação entre os dois países Argentina e Brasil, a possibilidade da democracia no novo contexto. Albuquerque, José Augusto G. e OLIVEIRA, Henrique Altemani De. (Org.) *Relações internacionais e sua construção jurídica: aspectos históricos, jurídicos e sociais*. São Paulo:FTD, 1998. (coleção juristas da atualidade. Série ALCA; v. 1), p.7. ISBN 85-322-4192-1.

⁸¹ MAIA, Jayme De Mariz, *Economia Internacional e Comércio Exterior*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p.167-203. ISBN 85-224-1854-3.

⁸² ABREU BONILLA, Sergio. *MERCOSUL e integração*. 2.ed.Montevideo:FCU, 1991 p39-78.

políticas macroeconômicas e setoriais; de comércio exterior; agrícola; industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que acordaram, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre as partes; e o compromisso das partes contratantes em harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração⁸⁴.

No entanto, no período de transição entre o nascimento do mercado comum até o 31 de dezembro de 1994, estabeleceu-se que os Estados Partes adotassem um regime geral de origem, um sistema de solução de controvérsias e cláusulas de salvaguarda; e também se acordou uma coordenação para fazer frente às práticas de dumping ou políticas desleais de terceiros Estados⁸⁵.

Os instrumentos usados para a construção do mercado comum ficaram definidas em vários instrumentos: um programa de liberação comercial que permitisse chegar em 31 de dezembro de 1994 com uma tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário, a coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias indicados na letra anterior, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, que incentive a competitividade externa dos Estados Partes, e a adoção de acordos setoriais, com o objetivo de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes⁸⁶.

Para a administração do Tratado foram estabelecidos dois órgãos, um de caráter político (Conselho do Mercado Comum – art. 9 do TA-) e outro de caráter executivo (Grupo Mercado Comum – art.13 do TA-)⁸⁷.

O Conselho, é o órgão superior do Mercado Comum do Sul, que está integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos quatro países. Este é a favor da condução e tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos. A presidência do Conselho é exercida por rotação dos

⁸³ MERCOSUL. Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção). Assunção, 26 de março de 1991. Disponível em <<http://www.mercosul.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

⁸⁴ CASELLA, Paulo Borba, Mercosul: exigências e perspectivas: integração e consolidação de espaço econômico (1995-2001-2006). São Paulo: Ltr, 1996. p.33-71. ISBN 85-7322-098-8.

⁸⁵ CASELLA, Paulo Borba, Mercosul: exigências e perspectivas: integração e consolidação de espaço econômico (1995-2001-2006). São Paulo: Ltr, 1996. p.33-71. ISBN 85-7322-098-8.

⁸⁶ (TA, art. 9 a 19). MAIA, Jayme de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. ISBN 85-224-2144-7. p. 211-212.

⁸⁷ ABREU BONILLA, Sergio Ernesto. *Mercosur e integración*. 2. ed. Montevideo: FCU, 1991. p. 10-20.

Estados Partes e por ordem alfabética, em períodos de seis meses (TA, art.9 a 12)⁸⁸.

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum do Sul e está coordenado pelos Ministros das Relações Exteriores. As funções seriam: vigiar pelo cumprimento das decisões do Tratado; tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho, propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de políticas macroeconômicas e à negociação de Acordos frente a terceiros e a fixação do programa de trabalho que assegure avanços para o estabelecimento do Mercado Comum (TA, art. 13 a 16)⁸⁹.

No entanto, o Grupo Mercado Comum ficou integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternados por outros países, representantes dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores; Ministérios de Economia ou seus equivalentes (áreas de Indústria, Comércio Exterior e/ou Coordenação Econômica) e Bancos Centrais⁹⁰.

Por outro lado, o Protocolo de Ouro Preto de dezembro de 1994, modificou o calendário e estabeleceu a vigência de uma união aduaneira prévia à constituição do mercado comum. O Mercosul é união aduaneira imperfeita que supôs a eliminação de todas as barreiras tarifárias ao comércio recíproco e a adoção de uma tarifa externa comum frente a terceiros países. Esta figura não está vigente em sua plenitude na atualidade, já os quatro Estados Partes negociaram o chamado regime de adequação, pelo qual alguns produtos no comércio intra-bloco continuarão pagando tarifas por um tempo⁹¹.

Da mesma maneira, estabeleceram-se as listas de exceções à tarifa externa comum para um grupo de produtos específicos. O que está previsto é uma união aduaneira para os quatro países a partir do ano 2000; entretanto, as listas de exceções à tarifa externa comum e o regime de adequação irão reduzir-se em uma forma automática. Paralelamente, desde janeiro de 1995 está funcionando um mecanismo de redução anual de tributos à importação entre os quatro países. A Argentina e o Brasil outorgaram uma diminuição inicial de 25% em 1996, de 50% em janeiro de 1997, de 75% em janeiro de 1998 e

⁸⁸ MERCOSUL. Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção). Assunção, 26 de março de 1991. Disponível em <<http://www.mercosul.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

⁸⁹ MAIA, Jayme de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 215. ISBN 85-224-2144-7.

⁹⁰ MAIA, Jayme de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 216. ISBN 85-224-2144-7.

⁹¹ MAIA, Jayme de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 216. ISBN 85-224-2144-7.

chegará ao 100% em 1º de janeiro de 1999. Paraguai e Uruguai têm um ano de graça em respeito aos sócios maiores para reduzir os tributos: 25% em 1997; 50% em 1998; 75% em 1999; e 100% no ano 2000⁹².

O programa do Mercado Comum do Sul ficou completo com o acréscimo de uma Comissão de Comércio, cujo objetivo é realizar por uma parte, o acompanhamento em tempo real de todos os problemas comerciais que estão se apresentando e por outro lado, propender à busca de soluções. Sua importância e efetividade se cumpriram a tal ponto que se fez necessário o uso do mecanismo de solução das controvérsias assinado em Brasília; que recarregou os governos com negociações acerca de problemas que precisaram de decisões políticas para serem resolvidos. Da mesma forma, foi criada uma Secretaria Administrativa sediada permanentemente em Montevidéu⁹³.

Cabe-se assinalar que, os acordos bilaterais e inter-blocos do Mercado Comum do Sul tem firmado um acordo marco de associação inter-regional, cooperação e coordenação política com a União Européia subscrito em 15 de dezembro de 1995; um acordo de livre comércio com o Chile que começou a reger em 1º de outubro de 1996; um acordo de livre comércio com a Bolívia que se pôs em funcionamento em março de 1997; um acordo marco com a Comunidade Andina para negociar uma região de livre comércio; e um acordo marco de comércio e investimento com o Mercado Comum Centro-americano (MCCA), subscrito em 18 de abril de 1998. Atualmente, Mercado Comum do Sul negocia com outros 30 países, a constituição de uma área de livre comércio das Américas (ALCA) que regerá até o ano 2005⁹⁴.

A través do artigo 1 do Protocolo de Ouro Preto (POP), de 1994, estabelece a

⁹² MAIA, Jayme de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.213-214. ISBN 85-224-2144-7.

⁹³ MAIA, Jayme de Mariz. *Economia internacional e comércio exterior*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 214. ISBN 85-224-2144-7.

⁹⁴ O Mercosul tem os seguintes Tratados e Acordos: Tratado de Assunção (03/91) Constituição do Mercado Comum do Sul; Mercado Comum do Sul - EEUU (06/91) Acordo relativo a um conselho sobre comércio e Investimento; Protocolo de Brasília (12/91) Para a solução de controvérsias; Protocolo de integração educativa e reconhecimento de certificados (08/94) Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico; Protocolo de Ouro Preto (12/94) Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercado Comum do Sul; Protocolo de Medidas Cautelares (12/94); Mercado Comum do Sul - UE (12/95); Acordo marco interregional de cooperação com o Chile (06/96); Acordo de Complementação econômica com a Bolívia (02/97); Acordo de Complementação econômica com a Comunidade Andina (04/98); Acordo Marco para a criação de uma região de livre comércio como o MCCA (Mercado Comum Centro-americano) (04/98); Acordo marco de comércio e investimento com o Canadá (06/98) e; Entendimento de cooperação em matéria de comércio e investimentos e plano de ação Órgãos. MERCOSUL. *Tratados y acuerdos*. Disponível em <<http://www.mercosur.org.ar>>. Acesso em: 10 fev.2001.

estrutura institucional do MERCOSUL com os seguintes órgãos⁹⁵:

- O Conselho do Mercado Comum (CMC).
- O Grupo Mercado Comum (GMC)
- A Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM)
- A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC)
- O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)
- A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM)

Ficou estabelecido que, nos termos do citado Protocolo, poderão ser criados os órgãos auxiliares que fossem necessários para a consecução dos objetivos no processo de integração.

Por outra parte, em relação aos Órgãos que integram a estrutura base, o Artigo 2 do Protocolo de Ouro Preto estabelece que o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL, são Órgãos com capacidade decisória, de natureza inter-governamental.⁹⁶

1.6.1 O Conselho do Mercado Comum⁹⁷ (CMC)

O Conselho do Mercado Comum está previsto nos artigos 10 a 12 do Tratado de Assunção e 3 a 9 do Protocolo de Ouro Preto. Ele é definido como o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe-se a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum (TA, art.10 e POP, art.3)⁹⁸.

Dito Conselho está integrado pelos Ministros das Relações Exteriores, Ministros de Economia ou seus equivalentes (POP, art.4), reúnem-se pelo menos uma vez por semestre e quantas vezes julgar necessário, com a participação dos presidentes dos Estados-Partes (POP, art.6). As reuniões serão coordenadas pelos Ministros das Relações Exteriores e poderão ser convidados para participar outros Ministros ou autoridades de nível

⁹⁵ Lima, Sérgio Mourão Corrêa. *Tratados internacionais no Brasil e integração*. São Paulo: Ltr, 1998. p.187-225. ISBN 85-7322-510-6.

⁹⁶ Lima, Sérgio Mourão Corrêa. *Tratados internacionais no Brasil e integração*. São Paulo: Ltr, 1998. p.187-225. ISBN 85-7322-510-6.

⁹⁷ ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. *Código do Mercosul: tratados e legislação*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

⁹⁸ MERCOSUL. Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção). Assunção, 26 de março de 1991. Disponível em <<http://www.mercosul.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

ministerial⁹⁹.

A presidência do CMC é rotativa, alternada em ordem alfabética, a cada seis meses (POP, art. 5). O CMC foi inspirado na Comissão de Execução do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento firmado por Brasil e Argentina em 1988. Dita Comissão possuía quatro ministros por país, era coordenada pelos chanceleres e aberta à participação de autoridades competentes em assuntos específicos¹⁰⁰.

O Conselho tem como funções: assistir pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito, formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum, ser titular da personalidade jurídica do Mercosul, negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais (POP, art. 8). Ditas funções podem ser delegadas também ao Grupo Mercado Comum, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14¹⁰¹.

Este órgão manifesta-se através de Decisões, de caráter obrigatório para os Estados-Partes (POP, art. 9), ditas Decisões é feita por consenso e com a presença de todos os Estados-Partes (TA, art.16, POP, art. 37)¹⁰².

1.6.2 O Grupo Mercado Comum do Sul¹⁰³ (GMC)

O órgão executivo do Mercado Comum do Sul está integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem indicar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios de Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. Poderá convocar quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da administração pública ou da estrutura institucional do Mercado Comum do Sul (POP, art.

⁹⁹ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹⁰⁰ ABREU BONILLA, Sergio de. *Mercosul no contexto latino-americano*. 2. ed. Montevideo: FCU, 1991, p.42.

¹⁰¹ O Conselho do Mercado Comum está contido nos artigos 10 a 12 do Tratado de Assunção e 3 a 9 do Protocolo de Ouro Preto. ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. *Código do Mercosul: tratados e legislação*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

¹⁰² MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹⁰³ ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. *Código do Mercosul: tratados e legislação*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

10)¹⁰⁴.

O GMC assiste pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito, propõe projetos de decisão ao Conselho do Mercado Comum, toma as medidas necessárias sobre o cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum, fixa os programas de trabalho que assegurem avanços ao estabelecimento do mercado comum; cria, modifica ou extingue órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas (TA, art. 13)¹⁰⁵.

Para o cumprimento de seus objetivos: manifesta-se através de Resoluções, tomadas por consenso sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do Mercosul no âmbito de suas competências, negocia, com a participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para esse fim, acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais (POP, art.15)¹⁰⁶.

O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá com o ato de assinatura dos mencionados acordos. O Grupo Mercado Comum, quando autorizado pelo seu Conselho, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do Mercosul; aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do Mercosul; adota resoluções financeira e orçamentária, com base nas orientações emitidas do Conselho do Mercado Comum, Tc (POP, art. 14).

1.6.3 A Comissão de Comércio do Mercosul¹⁰⁷ (CCM)

Mediante Decisão 13/93 do CMC criou a Comissão de Comércio do Mercosul, órgão encarregado de assistir ao Grupo Mercado Comum ao qual compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes

¹⁰⁴ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹⁰⁵ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹⁰⁶ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. *Código do Mercosul: tratados e legislação*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-bloco e com terceiros países (POP, art. 19)¹⁰⁸.

A Comissão está integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estado Parte, coordenada pelos Ministros das Relações Exteriores e dos Bancos Centrais (POP, art. 17). A Comissão de Comércio do Mercosul reunir-se-á pelo menos uma vez por mês ou sempre que solicitado pelo Grupo Mercado Comum ou por qualquer dos Estados Partes. No primeiro caso se tratará de reuniões ordinárias e no segundo de reuniões extraordinárias (POP, art. 18)¹⁰⁹.

A Comissão deve velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-bloco com terceiros países, organismos internacionais e outros acordos de comércio. Esta Comissão pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes a respeito da aplicação e do cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum, toma decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes, informa ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum, entre outras faculdades (POP, art. 19)¹¹⁰.

1.6.4 Comissão Parlamentar Conjunta¹¹¹ (CPC)

Órgão representativo dos Paramentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul. Está integrado por igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes. Serão designados pelos respectivos Paramentos nacionais, de acordo com seus

¹⁰⁸ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹⁰⁹ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹¹⁰ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹¹¹ ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. *Código do Mercosul: tratados e legislação*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

procedimentos internos¹¹².

A Comissão deve acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas do Conselho do Mercado Comum, Grupo Mercado Comum e Comissão de Comércio do Mercosul, Coadjuvar na harmonização de legislações, requeridos pelo avanço do processo de integração, examinar temas prioritários que definam o Conselho do Mercado Comum, Adotar seu Regimento Interno (POP, art.25 e art. 26)¹¹³.

O Regimento Interno foi aprovado em dezembro de 1991, e prevê a participação de 64 parlamentares, sendo 16 o número máximo por país (art. 2 do Regimento Interno). O mandato mínimo é de dois anos. Cada Estado tem um presidente e um vice-presidente e um secretário, alterando-se em conjunto com as delegações dos outros países na Chefia da Comissão Parlamentar Conjunta e na secretaria geral do órgão. Dita Comissão tem caráter consultivo, deliberativo e de formulação de propostas (art. 3 do Regimento Interno).

A Comissão Manifestar-se-á mediante recomendações, emitidas com direção ao Conselho do Mercado Comum; declarações, reservadas a questões fundamentais e por disposições, que tratem de matérias relativas ao seu funcionamento interno (POP, art. 26).

1.6.5 O Foro Consultivo Econômico-Social¹¹⁴ (FCES)

Órgão de representação dos setores econômicos e sociais. Composto pelos representantes de cada Estado Parte (POP, art. 28). Consultiva para temas pertinentes a sua representação, Adotar seu Regimento Interno, que deverá ser homologado pelo Grupo Mercado Comum. Manifestasse mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum (POP, art. 29)¹¹⁵.

¹¹² A Comissão Parlamentar Conjunta foi criada para facilitar o processo da conformação do mercado comum, esta estava prevista inicialmente no artigo 24 do Tratado de Assunção e posteriormente nos artigos 22 e seguintes do Protocolo de Ouro Preto

¹¹³ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹¹⁴ ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. *Código do Mercosul: tratados e legislação*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

¹¹⁵ ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. *Código do Mercosul: tratados e legislação*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

1.6.6 A Secretaria Administrativa do Mercosul¹¹⁶ (SAM)

Secretaria Administrativa do Mercosul Órgão de apoio operacional. A Secretaria Administrativa do Mercosul será responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do Mercosul¹¹⁷.

Sediada em Montevideu, esta a cargo de um diretor, a nível nacional em cada Estado Partes, e será eleito pelo Grupo Mercado Comum, em bases rotativas, com prévia consulta aos Estados Partes e designado pelo Conselho do Mercado Comum. Terá mandato de dois anos, vedada a reeleição.

As atividades que realizam: servir como arquivo oficial da documentação do Mercosul, realizar a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do Mercosul, realizar as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do Mercosul, editar o boletim oficial do Mercosul, organizar os aspectos logísticos das reuniões em todos os âmbitos do Mercosul, quando as mesmas forem realizadas em sua sede permanente (POP, art.39)¹¹⁸.

No que se refere às reuniões realizadas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa do Mercosul fornecerá apoio ao Estado anfitrião o evento. Também, Informa regularmente os Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas do Conselho Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do Mercosul, Registra as listas nacionais dos árbitros e especialistas (art. 33 do Regimento Interno).

O protocolo de Olivos, de 18 de fevereiro de 2002 designa à Secretaria Administrativa do Mercosul de encarregar-se das gestões administrativas que lhe sejam requeridas para o desenvolvimento do processo de solução de controvérsias (art. 9.3 do Protocolo de Olivos)¹¹⁹.

¹¹⁶ ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. Código do Mercosul: tratados e legislação. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

¹¹⁷ A Secretaria foi criada pelo artigo 15 do Tratado de Assunção e posteriormente mantida pelo Protocolo de Ouro Preto.

¹¹⁸ MERCOSUL. *Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto)*. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

¹¹⁹ MERCOSUL. *Protocolo de Olivos*. Olivos, 18 de fevereiro de 2002. Disponível em <<http://www.ftaa-mercosur.org>>. Acesso em: 20 out. 2002.

1.7 Modelos de Integração Econômica:

A integração econômica¹²⁰ tem vários processos, os quais se manifestam de acordo com o seu enfoque¹²¹, seja comercial, econômico, financeiro, administrativo, político, etc.

De qualquer forma a integração econômica requer a vontade política dos Estados, com a finalidade de obter vantagens econômicas sob a forma de um aumento de nível econômico ou tarifa de crescimento da produção ou alguns de seus componentes, ou seja, aumento da produção em virtude da especialização através das vantagens comparativas sobre um melhor aproveitamento das economias de escala, estimulando o melhoramento da produção pelo aumento de concorrência interna e melhoramento dos termos de troca do bloco com terceiros países.¹²²

1.7.1 A Zona de Livre Comércio

A zona de livre comércio é a primeira fase para a fusão comercial, onde tangem-se bens e produtos para circular livremente. Para tal passo foi necessário eliminar alguns obstáculos do comércio¹²³, neste caso são duas restrições: a primeira são as restrições tarifárias e a segunda são as restrições não tarifárias, esta última tem três divisões que são: qualitativas; quantitativas; e medidas de efeito equivalente.¹²⁴

A Zona de Livre Comércio é um agrupamento de dois ou mais países onde tiveram como objetivo eliminar as suas barreiras tarifárias aos pertencentes da zona, mantendo suas tarifas com os demais países do exterior.¹²⁵ Um problema que apresenta a Zona de Livre Comércio são os bens que ingressam para certificados de origem os quais são importantes para verificar a procedência das mercadorias. O problema de policiamento

¹²⁰ O termo integração econômica não era muito usual, mas o artigo XXIV do GATT mencionava duas formas de integração econômica, que são zona de livre comércio e a união aduaneira. A primeira compreende o espaço de dois ou mais países que eliminam substancialmente todos os direitos alfandegários e outras formas de restrição comercial para a circulação de produtos originários da mesma região, e a segunda compreende, além da zona de livre comércio, aplicar tarifas a produtos provenientes de outra região. FARIA, José Ângelo Estrella. *O mercosul: princípios, finalidades e alcance do Tratado de Assunção*. Brasília: MRE/SGIE/NAT, 1993. p.15-20.

¹²¹ FIGUERAS, Marcos Simão. *Mercosul no contexto latino-americano*. 2.ed. São Paulo: ATLAS, 1996. p. 15-30.

¹²² ANDIC, Suphan e TEITEL, Simons. *Integración económica*. trad. Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. p. 7-10.

¹²³ ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Mercosul no contexto regional e internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

¹²⁴ LIMA, Sérgio Mourão Corrêa. *Tratados Internacionais no Brasil e integração*. São Paulo: LTR, 1998. 231p.

¹²⁵ TUGORES QUES, Juan. *Economía internacional e integración económica*. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1997. p. 57-60.

não teria tantas dificuldades se os países que formam a área de comércio livre não tivessem fronteiras conjuntas, sendo assim uma área mais fácil de ser controlada¹²⁶.

Como exemplos podemos citar à NAFTA (Tratado de Livre Comércio de Norte-americano), EFTA (Associação Européia de Livre Comércio) e ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comércio).

A Zona de Livre Comércio abrange todo o território dos países que as integram, isto é a consequência de um acordo bilateral, multilateral regional ou sub-regional. Desenvolvendo um processo evolutivo de redução tarifária, negociada entre as partes. Tais reduções tarifárias podem ocorrer igualmente em todos os países integrantes ou fazer-se assimetricamente, de maneira que permite um prazo maior as nações menos desenvolvidas para que alcancem ou possam alcançar, com o decorrer do processo, condições igualitárias de competitividade. A regra abrange todos os produtos para aqueles que não alcançam condições de competição que lhes permita encarar com igualdade o mercado aberto, isto é, permite funcionar através de uma exceção temporária, através de tratados estabelecendo proteção especial, onde se formulam planos e programas, com prazos previamente estipulados de investimentos especiais visando à conversão produtiva, e após finalizar o prazo, extingue-se os tratamentos especiais para que possam competir com os demais integrantes¹²⁷.

1.7.2 A União Aduaneira

Nesta fase de integração econômica dos países que estabelecem uma tarifa alfandegária comum para o resto do mundo, não pode ser superior aos impostos dos países que pertencem à união aduaneira.

A união aduaneira é uma fase mais complexa que a Zona de Livre Comércio, que surgiu para fixar comportamentos intra-comunidade e a união aduaneira estipula-se para fixar comportamentos extra-comunitária ao fixar uma tarifa alfandegária comum¹²⁸.

¹²⁶ Um exemplo de área de livre comércio é EFTA (Área Européia de Comércio Livre), os quais estão constituídos por Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, e Reino Unido. TUGORES QUES, Juan. *Economia internacional e integración econômica*. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1997. p. 57-60.

¹²⁷ TUGORES QUES, Juan. *Economia internacional e integración econômica*. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1997. p. 57-60.

¹²⁸ TUGORES QUES, Juan. *Economia internacional e integración econômica*. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1997. p. 57-60.

Este estágio é mais desenvolvido, onde irão unificar gradativamente as fronteiras e regras referidas ao comércio exterior.

Cabe-se assinalar que, através deste estágio de integração regional, os países participantes, eliminam as barreiras à entrada de mercadorias provenientes dos demais países membros e estabelecem um sistema de tarifas externas ao resto do mundo, ou seja, os países da união perdem o poder de condução de sua política comercial com terceiros países¹²⁹.

Podemos citar os seguintes exemplos à União Aduaneira da Turquia e a Comunidade Européia da África Ocidental e o MERCOSUL¹³⁰.

1.7.3 O Mercado Comum

O mercado comum não só permite o livre movimento de produtos como a área de comércio livre e a união aduaneira, permitindo o livre movimento de todos os fatores de produção.

Estabelece a livre circulação de bens entre países, que além da união aduaneira com a livre circulação de bens entre seus membros, exige a livre circulação de pessoas serviços e capitais. Para tal fim é necessário a criação de instituições supranacionais que determinam a legislação do mercado comum, além de políticas comuns acima das políticas nacionais. Mais ainda, implica a coordenação e harmonização de legislação fiscal, trabalhista e de sociedades. Assim como também, exige a criação de um orçamento comunitário para servir como instrumento de implantação das políticas comuns¹³¹.

Podemos mencionar alguns exemplos neste estágio da integração econômica; Pacto Andino (1969); CARICOM, entre outros mercados comuns¹³².

1.7.4 A União Econômica

A União Econômica além de ser um mercado comum e ter coordenado as políticas comuns exige uma coordenação muito estreita das políticas econômicas, principalmente

¹²⁹ OLIVEIRA, Odete Maria De. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p.37. ISBN 85-7394-238-X.

¹³⁰ OLIVEIRA, Odete Maria De. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p.39. ISBN 85-7394-238-X.

¹³¹ TUGORES QUES, Juan. *Economia internacional e integración económica*. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1997. p. 57-60.

em níveis compatíveis de tarifa baixas de inflação e políticas compatíveis de taxa de juros, taxas baixas de inflação e políticas monetárias de acordo com os índices estabelecidos no déficit público. Exige também passar por um processo de ajustamento e convergência das tarifas de câmbio para faixas compatíveis de flutuação, para tal fim é necessário criar: um sistema de bancos centrais independentes, um balanço central da união e finalmente uma moeda única¹³³.

1.7.5 A União Econômica e Política (total)

A união econômica e política além de ser uma união econômica é o último estágio do processo de integração econômica, a qual exige a criação de uma Política Comum de Relações Externas de Defesa e de Segurança e de Justiça. Os Estados Unidos de América é um exemplo de união econômica e política (União Total)¹³⁴.

1.8 Benefícios da Integração Regional.

Cada vez mais os países fortalecem-se através do regionalismo para obter uma melhor participação no cenário mundial, onde os benefícios da integração podem ser estáticos e dinâmicos. Os primeiros surgem quando é eliminado as barreiras tarifárias para incrementar o comércio, oferecendo um mercado mais abrangente e positivo aos países membros como:

- Aumento no nível da produção devido ao aproveitamento das economias de escala com o acesso a um mercado mais amplo;
- Aumento de eficiência na produção, devido ao aumento na especialização e utilização de produtos e bens de capital especializados;
- Mudanças que afetam o volume e a qualidade dos fatores de produção devido ao progresso tecnológico;
- Melhoria no poder de negociação internacional devido ao tamanho maior do mercado, levando aos melhores termos de troca;

¹³² OLIVEIRA, Odete Maria De. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p.39. ISBN 85-7394-238-X.

¹³³ OLIVEIRA, Odete Maria De. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p.37. ISBN 85-7394-238-X.

- Mudanças econômicas forçadas para uma competição maior¹³⁵.

Os efeitos dinâmicos são os que produzem a redução das barreiras do comércio entre os sócios e o aumento da economia são:

- Efeito da polarização, devido à concentração do efeito de criação de comércio ou desenvolvimento da tendência atraindo fatores de produção de outras regiões;
- Melhoramento das economias de escala tornadas possíveis pelo acesso a mercados mais amplos;
- Efeito de eficiência econômica e da confiança devido ao aumento de competição e redução de incertezas¹³⁶.

A Regionalização permite proteger as economias dos países membros, como fortalecer o mercado interno e o comércio com os seus parceiros, por meio do aproveitamento das vantagens comparativas. Na verdade, no regionalismo os países buscam a livre circulação de mercadorias intra-bloco, bem como a inserção de seus produtos no mercado mundial, através da unificação das barreiras e proteção do mercado interno¹³⁷.

¹³⁴ OLIVEIRA, Odete Maria De. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999. p.39. ISBN 85-7394-238-X.

¹³⁵ EL-AGRAA, A. International Economic Integration. In: David Greenaway (ed.), *current issues in international trade*, London: MacMillan, 1985, p. 184-185.

¹³⁶ EL-AGRAA, A. *International Economic Integration*. In: David Greenaway (ed.), *current issues in international trade*, London: MacMillan, 1985, p. 192.

¹³⁷ PEREIRA, Adriano José. Liberalismo econômico e processo de integração na América Latina. In: VENTURA, Deisy de Freitas Lima; ILHA, Adair da Silva (Org.). *O mercosul em movimento II*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p.99-100.

CAPÍTULO II: MULTILATERALISMO: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

Neste capítulo, analisaremos o Sistema Multilateral do Comércio (GATT/OMC), iniciando pelos antecedentes históricos da Organização Mundial do Comércio, seguido do princípio da não-discriminação ou nação mais favorecida¹³⁸ e a sua exceção que está destinado aos países que integram a zona de livre comércio, união aduaneira, o mercado comum ou um outro tipo de integração.

2.1 Antecedentes Históricos do GATT/OMC

Após da Segunda Guerra Mundial¹³⁹, os Estados Unidos tornou-se a maior potência econômica do mundo, ao contrário dos países Europeus encontravam-se com seus meios de produção destruídos, o seu comércio estagnado e a inflação era um fenômeno generalizado, porém os países aliados estavam preocupados em criar condições para o desenvolvimento da Economia Internacional. Assim, em 1944, foi realizada a Conferência de Bretton Woods¹⁴⁰, cujo objetivo era de montar a arquitetura de cooperação econômica e financeira pós-guerra.

¹³⁸ Entende-se este princípio como de nação mais favorecida, adiante utilizarei NMF. Este princípio está consagrado no artigo I do GATT 47.

¹³⁹ A Segunda Guerra Mundial (1939-1944).

¹⁴⁰ Esta Conferência foi realizado no estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, onde reuniram-se 45 países.

Esta Conferência foi eminentemente de caráter financeiro, não comercial. Entretanto, foi registrada a necessidade de criar-se uma organização para tratar de assuntos relativos ao comércio internacional, que por sua vez seriam complementares entre si.

O conjunto de medidas acordadas nesta Conferência se denominou o sistema de Bretton Woods, que compreende medidas para tratar com os desequilíbrios externos dos diferentes países participantes. Assim, foi criado dois organismos internacionais independentes das Nações Unidas: O Fundo Monetário Internacional¹⁴¹ e o Banco Mundial¹⁴².

Neste sentido, a criação de um terceiro Organismo Internacional, seria portanto, o terceiro pilar da nova ordem econômica internacional, a qual se encarregaria de construir um sistema de comércio multilateral com regras definidas para a redução gradualmente das restrições ao comércio¹⁴³.

Foi então que, no ano de 1948 que finalizaram os trabalhos da Conferência Internacional sobre Comércio e Emprego (CICE), convocada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, alcançando pela primeira vez na história contemporânea a comunidade internacional, finalizando a negociação de um tratado internacional através do qual criou um organismo internacional especializado¹⁴⁴ que estaria integrado ao sistema da Organização das Nações Unidas. O tratado em questão foi denominado “Carta da Havana” cuja finalidade foi criar uma Organização Internacional de Comércio (OIC)¹⁴⁵.

A Organização Internacional de Comércio (OIC), tinha os seguintes objetivos:

- Fomentar o crescimento da renda real e da demanda efetiva em uma escala mundial;
- Fomentar o desenvolvimento econômico, particularmente dos países não industrializados;

¹⁴¹ Foi criado para viabilizar um Sistema Multilateral de Comércio e pagamentos que fosse compatível com elevados níveis de emprego e renda, e , ainda, impedisse as práticas de depreciação competitivas que tinham gerado tanta instabilidade no período das duas guerras, com a finalidade de evitar novos conflitos.

¹⁴² Conhecido também como BIRD ou BID, cuja finalidade era dar condições aos países devastados pela Guerra para reconstrução e para seu desenvolvimento.

¹⁴³ TALAVERA DÉNIZ, Pedro. La regulación del comercio internacional. In: VIDAL VILLA, José María; MARTÍNEZ PEINADO, Javier (Coord.). *Economía mundial*. Madrid: McGraw-Hill, 1995. p. 423. ISBN 84-481-1684-4.

¹⁴⁴ Entende-se como organismo especializado das Nações Unidas.

¹⁴⁵ Reunidos em Havana, de novembro de 1947 até janeiro de 1948, cinquenta e seis países redigiram um projeto de convenção propondo a criação da Organização Internacional de Comércio (OIC). SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 155.

- Responsabilizar-se pela igualdade de acesso aos produtos e mercados para todos os países, levando-se em conta as necessidades de promover o desenvolvimento econômico;
- Fomentar a redução de barreiras tarifárias e outras barreiras ao comércio;
- Proibir ações prejudiciais ao comércio internacional dos Estados Nacionais mediante a criação de alternativas, ou seja, conveniência crescente ao comércio e para o desenvolvimento econômico;
- Possibilitar as negociações quando existir problemas no campo do comércio internacional relativos a emprego, desenvolvimento econômico, política comercial, práticas empresariais e política de *commodities*¹⁴⁶.

Para que a Carta da Havana entrasse em vigor, os países signatários tinham que ratificá-la, mas como o texto diferia com as propostas estadunidense iniciais, que eram mais liberais, o congresso estadunidense não ratificou a Carta de Havana condenando à OIC a um fim prematuro¹⁴⁷.

Todo esforço estaria perdido e talvez a liberação do comércio mundial houvesse retrocedido, caso a decisão de um pequeno grupo de países (23), que participaram dos trabalhos da CICE, salvaram as negociações tarifárias multilaterais. Foi assim que parte comercial da Carta de Havana entrou em vigor provisoriamente, onde nasceu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)¹⁴⁸ cujo funcionamento é através de rodadas de negociações ou Conferências Alfandegárias, discutindo e se decidindo distintas concessões que cada país outorga aos restantes e sobre os países que se apoiam na complexa trama dos acordos comerciais multilaterais.¹⁴⁹

¹⁴⁶ GONÇALVES, Reinaldo. [et. al.] A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p.57.

¹⁴⁷ O governo estadunidense tentou institucionalizar de acordo com o seus interesses o comércio internacional, mediante o estabelecimento rápido de um livre comércio multilateral com a eliminação de todos os obstáculos ao comércio internacional, ao contrário dos países europeus, debilitados pela guerra, mantinham seus posicionamentos mais protecionista, porém ficaram impossibilitados de encarar as propostas liberais dos Estados Unidos. TALAVERA DÉNIZ, Pedro. La regulación del comercio internacional. In: VIDAL VILLA, José María; MARTÍNEZ PEINADO, Javier (Coord.). *Economía mundial*. Madrid: McGraw-Hill, 1995. p. 423. ISBN 84-481-1684-4.

¹⁴⁸ Em 1946, o Conselho Econômico e Social da recém criada Organização das Nações Unidas, em sua primeira reunião, aprovou uma resolução para realizar uma conferência com o fim de preparar os estatutos da ITO (OIC). Depois da reunião de um comitê preparatório em outubro de 1946, em Londres, realizou-se uma primeira assembléia em Genebra, entre os meses de abril e novembro de 1947, quando foi discutida e aprovada a realização de uma conferência mundial; esta conferência aconteceu em Havana, em março de 1948, quando se criou a ITO. GONÇALVES, Reinaldo.[et al]. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 56-57.

¹⁴⁹ THORSTENSEN, Vera. *O papel da organização mundial de comércio na nova ordem econômica internacional*. Debates. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998. n.15. p31-36.

O GATT¹⁵⁰ é um acordo multilateral cujos artigos constituem um código de conduta para o comércio internacional e uma base para a negociação multilateral nos acordos comerciais. A finalidade é a redução das tarifas alfandegárias e outras barreiras ao comércio e dar a todos os países igualdade em suas relações comerciais¹⁵¹.

Pode-se dizer que, o princípio de não-discriminação no comércio é crucial para o Acordo Geral. No seu primeiro artigo incorpora a cláusula incondicional de nação mais favorecida onde as partes contratantes estão obrigadas a se outorgar entre si um tratamento igualmente favorável¹⁵².

Por outro lado, são duas as exceções importantes: a primeira, quando um grupo de países formam uma união aduaneira ou um área de livre comércio e podem eliminar tarifas alfandegárias entre si, mas conservando os seus impostos alfandegários em respeito a terceiros países (Art. XXIV AC). A segunda foi autorizada em 1971, uma exceção em resposta as solicitações que fizeram países em desenvolvimento obter tratamento preferencial em suas exportações. Foi feito uma modificação para permitir que alguns países, pudessem aplicar tarifas alfandegárias menores às importações provenientes dos países em desenvolvimento, provenientes de outros países (cláusula de Habilitação: Art. V AC).

A atividade mais importante do GATT tem sido o patrocínio de uma série de negociações alfandegárias as quais os países membros têm negociado para reduzir suas tarifas alfandegárias e outras barreiras ao comércio. O procedimento consiste em que cada país prepare listas de concessões que está disposto a oferecer e de concessões que deseja obter de outros países. Ainda que, estas ofertas e solicitações são inicialmente bilaterais, adquirem um aspecto multilateral porque circulam entre todos os demais países participantes. Através da operação da cláusula de nação mais favorecida, uma concessão que um país faz é uma concessão para todos. Ao fazer que todos os países negociem

¹⁵⁰ (...) conjunto de normas direcionadas inicialmente para a redução das tarifas alfandegárias no comércio internacional. Sem que se houvesse constituído uma organização internacional, o GATT servia como um amplo foro de negociações, cujos pilares eram a cláusula da nação mais favorecida e o princípio do tratamento nacional. BARRAL, Welber. De Bretton Woods a Seattle. In: BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. p. 23-24.

¹⁵¹ RÉGO, Elba Cristina Lima. Do GATT à OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o Sistema Multilateral de Comércio. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6, jun. 1994. ISSN 0104-5849.

¹⁵² RÉGO, Elba Cristina Lima. Do GATT à OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o Sistema Multilateral de Comércio. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 13, jun. 1994. ISSN 0104-5849.

simultaneamente, cada país está possibilitando avaliar os benefícios que podem obter pelas concessões fazem entre os grupo de países¹⁵³.

No entanto, o processo de negociação é complexo e prolongado, uma vez que algumas rodadas de negociações tem requerido pelo menos quatro ou cinco anos para sua culminação. Possuem vantagens distintas nas negociações bilaterais tradicionais.

O GATT tem feito concessões em seus princípios gerais de não-discriminação e de oposição às restrições quantitativas, tem mantido uma ênfase primária nestes dois princípios. O impulso de sua influência e suas políticas tem sido o sentido da igualdade no tratamento dos países, da simplificação e redução às barreiras comerciais, da análise e negociações abertas. Quanto menos tem constituído o começo da conduta e um foro para a análise de conflitos no âmbito das políticas comerciais¹⁵⁴.

Desde a criação do GATT em 1947 até a atualidade, foram celebradas oito rodadas de negociações ou Conferências Alfandegárias. Pode-se dizer, que nas cinco primeiras rodadas, atingiram baixas tarifas alfandegárias onde negociavam produto por produto e país por país, mas na sexta rodada de negociações modificou-se o procedimento da negociação, aplicaram um novo sistema de baixas tarifas alfandegárias de caráter global, cujas negociações multilaterais foram convertidas na principal atividade das partes contratantes.

Para a eliminação do obstáculos ao comércio através de reduções tarifárias, foram realizadas rodadas de negociações periódicas, as quais envolveram progressivamente um número maior de países e temas. Neste sentido foram realizadas oito rodadas de negociações:

- Rodada Genebra, Suíça, 1947;
- Rodada Annecy, França, 1949;
- Rodada Torquay, Inglaterra, 1951;
- Rodada Genebra, Suíça, 1956;
- Rodada Dillon, 1960-1961;
- Rodada Kennedy, 1964-1967;
- Rodada Tóquio, Japão, 1973-1979;

¹⁵³ LACARTE MURÓ, Julio. *Ronda Uruguay del Gatt: la globalización del comercio mundial*. Montevideo: FCU. 1994, p.203-229.

¹⁵⁴ LACARTE MURÓ, Julio. *Ronda Uruguay del Gatt: la globalización del comercio mundial*. Montevideo: FCU. 1994, p.203-229.

- Rodada Uruguai, Punta del Este, 1986-1994¹⁵⁵.

Na rodada Kennedy (1964-1967) surgiram importantes negociações sobre os produtos agrícolas. Neste sentido, o GATT reconheceu que em todos os países as políticas agrícolas eram específicas e por tanto, tolerou, com certas limitações, as restrições à importação de produtos agrícolas admitindo em casos concretos subsídios à exportação de alguns tipos de produtos¹⁵⁶.

É importante ressaltar que, nos anos de negociações da Rodada Kennedy, agravou a balança comercial dos EE.UU. e estimulou autoridades a propor uma maior liberalização nas trocas. A redução em até 35% aproximadamente dos impostos alfandegários entre EE.UU. e a CEE sobre produtos industriais foi fruto da Rodada Kennedy, aumentando assim os níveis de concorrência entre estas duas áreas comerciais¹⁵⁷.

Em junho de 1971 atingiu uma outra exceção na Cláusula da Nação mais Favorecida em favor dos países periféricos, mediante a criação do Sistema de Preferência Generalizada (SPG), que consiste na possibilidade de estabelecer acordos com baixas tarifas alfandegárias sobre os produtos industriais procedentes dos países periféricos, por parte dos países centrais, sem exigir o princípio de reciprocidade para economias periféricas. Este sistema tentou facilitar o acesso de alguns produtos com caráter preferencial dentro dos mercados nos países centrais¹⁵⁸.

Pode-se dizer que a Rodada Tóquio (1973-1979) foi uma importante rodada de negociações, uma vez que, nos anos de crise econômica prosseguiu redução das tarifas alfandegárias que alcançaram uma média entre os 4 e 5% correspondentes ao comércio de produtos industriais. Mas, nesta rodada também se tratou sobre medidas não alfandegárias, onde concluíram seis acordos¹⁵⁹ sobre diversos produtos¹⁶⁰.

Neste sentido, podemos dizer que, as rodadas deram os seguintes resultados:

¹⁵⁵ COSTA, Ligia Maura. *OMC: manual prático da Rodada do Uruguai*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 1.

¹⁵⁶ TALAVERA DÉNIZ, Pedro. La regulación del comercio internacional. In: VIDAL VILLA, José María; MARTÍNEZ PEINADO, Javier (Coord.). *Economía mundial*. Madrid: McGraw-Hill, 1995. p. 430. ISBN 84-481-1684-4.

¹⁵⁷ TALAVERA DÉNIZ, Pedro. La regulación del comercio internacional. In: VIDAL VILLA, José María; MARTÍNEZ PEINADO, Javier (Coord.). *Economía mundial*. Madrid: McGraw-Hill, 1995. p. 430. ISBN 84-481-1684-4.

¹⁵⁸ TALAVERA DÉNIZ, Pedro. La regulación del comercio internacional. In: VIDAL VILLA, José María; MARTÍNEZ PEINADO, Javier (Coord.). *Economía mundial*. Madrid: McGraw-Hill, 1995. p. 430. ISBN 84-481-1684-4.

¹⁵⁹ Subsídios e medidas não alfandegárias, obstáculos técnicos ao comércio, compras do setor público, valorização em aduanas revisão do código de antidumping e procedimento para o tramite de licencias de importação.

¹⁶⁰ VIDAL VILLA, José e MARTÍNEZ PEINADO, Javier. *Economía mundial*. Madrid: McGraw-hill, 1995. p.221-224.

1) Baixos níveis das tarifas alfandegárias, pelo menos nos países centrais e nos produtos agrícolas e a eliminação das restrições quantitativas em um número significativo desses setores.

2) Uma série de códigos induziu o uso de medidas não alfandegárias aceitas principalmente pelos países centrais.

3) A consolidação do GATT como fórum principal para o debate da política comercial e da conformidade com as disputas.¹⁶¹

Cabe dizer que, na Rodada Uruguai e com a assinatura dos Acordos em Marraqueche em abril de 1994 concluíram oito anos de árduas negociações da Rodada Uruguai¹⁶² sobre o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Um dos maiores êxitos dessa Rodada foi a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC)¹⁶³ como resposta aos novos desafios do comércio internacional.¹⁶⁴ Os desafios enfrentados foram os efeitos do progresso tecnológico e o comércio de serviços nos fluxos comerciais; o papel da empresa transacional no processo da globalização do comércio e da produção, o surgimento dos países em desenvolvimento como motores do comércio internacional; a proliferação de acordos regionais e suas repercussões nas negociações multilaterais e recentemente os problemas ecológicos e de trabalho associados ao comércio¹⁶⁵.

Neste sentido, a criação da Organização Mundial de Comércio pretende alcançar os seguintes objetivos enunciados no seu preâmbulo do seu Acordo Constitutivo: 1) a

¹⁶¹ VIDAL VILLA, José e MARTÍNEZ PEINADO, Javier. *Economia mundial*. Madrid: McGraw-hill, 1995. p.221-224.

¹⁶² A oitava rodada de negociações multilaterais começou em 1986 em Punta del Este, Uruguai. Os países participantes depois visitaram Genebra, onde se envolveram em sete anos de ofertas e contra-ofertas, ameaçadas e contra-ameaçadas e, acima de tudo, a rodada foi planejada para acabar em 1990, mas incorreu em sérias dificuldades políticas. Pode-se dizer que só a finais de 1993, os negociadores finalmente produziram um documento básico que consistia em 400 páginas de acordos, juntamente com documentos e produtos específicos (Cerca de 22.000 páginas ao todo). O Acordo foi assinado em Marraquekeh, Marrocos, em abril de 1994 e ratificado pelas principais nações. KRUMAN, Paul. R.; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional – Teoria e Política*. 5. ed. Trad. Celina Martins. São Paulo: MAKRON Books, 2001, p.256. ISBN: 85.346.1228-5.

¹⁶³ SACERDOTI, Giorgi. A transformação do GATT na Organização Mundial de Comércio. In: CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coord.). *Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio? A OMC e o Brasil*. São Paulo: LTr, 1998, p.50-69.

¹⁶⁴ LEVI, Maurice D. *Finanzas internacionales*. trad. Jaime Gómez Mont. México: McGraw-HILL, 1997. p.623-645. ISBN: 0-07-037687-5.

¹⁶⁵ A conclusão positiva da Rodada do Uruguai representa, antes de mais de nada, garantia de preservação e fortalecimento do Sistema Multilateral de Comércio, ao afastar o risco da fragmentação das trocas internacionais em blocos estanques. Seu alcance trará novo e necessário impulso à atividade econômica internacional, ao possibilitar – pelo aumento das trocas e pelo estímulo aos investimentos – a retomada do crescimento, com melhoria dos níveis de emprego. JOHANNPETER, Guilherme Gerdau. *Antidumping: Prática desleal no comércio internacional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1996. p. 32.

elevação dos níveis de vida; 2) pleno emprego; 3) o desenvolvimento sustentável; 4) a prevenção da proteção do meio ambiente¹⁶⁶.

Os principais acordos negociados na Rodada Uruguai¹⁶⁷ são os seguintes:

Ata Final dos Resultados da Rodada Uruguai

Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio

Anexo I

- Anexo 1 A - Acordos Multilaterais sobre Comércio de Bens (13 acordos, 7 entendimentos e o Protocolo de Marraqueche
 - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994 (define o que é o GATT 1994)
 Entendimento sobre a Interpretação do Artigo II.1.b (consolidação tarifária e outros direitos)
 Entendimento sobre a Interpretação do Artigo XVII (empresas estatais)
 Entendimento sobre Disposições Relativas ao Balanço de Pagamentos
Entendimento sobre a Interpretação do Artigo XXIV (zonas de livre comércio e uniões aduaneiras)
 Entendimento sobre Derrogações (*waivers*) das Obrigações do GATT 1994
 Entendimento sobre a Interpretação do Artigo XXVIII (modificações tarifárias)
 Entendimento sobre a Interpretação do Artigo XXXV (não aplicação dos acordos a certos membros)
 Protocolo de Marraqueche (estabelece as fases de implantação das reduções tarifárias)
 - Acordo sobre Agricultura
 - Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitosanitárias
 - Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio
 - Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio
 - Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do GATT 1994 (valoração Aduaneira)
 - Acordo sobre Inspeção Pré-Embarque
 - Acordo sobre Regras de Origem
 - Acordo sobre Procedimentos de Licença de Importação
 - Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias
 - Acordo sobre Salvaguardas
- Anexo 1 B - Acordo Geral sobre Comércio de Serviços – GATS
- Anexo 1 C - Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio de Direitos de Propriedade Intelectual – TRIPs
- Anexo 2 - Entendimento sobre Regras e Procedimentos de Solução de Controvérsias
- Anexo 3 - Mecanismos de Revisão de Política Comercial – TPRM
- Anexo 4 - Acordo Plurilaterais de Comércio (acordos originados na Rodada

¹⁶⁶ JOHANNPETER, Guilherme Gerdau. *Antidumping: Prática desleal no comércio internacional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1996. p. 10-40.

¹⁶⁷ THORSTENSEN, VERA. *OMC-Organização Mundial de Comércio: as regras do comércio internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais*. 2.ed. São Paulo: Aduaneiras: 2001, p.41-42. ISBN 85-7129-290-6.

Tóquio): Aeronaves Civis, Compras Governamentais, Produtos Lácteos (posteriormente encerrado), e Carne Bovina (posteriormente encerrado)

Para o cumprimento das normas foi elaborado com base ao princípio de transparência, um sistema preventivo sob dois alicerces: 1) notificações periódicas das políticas implementadas, que os Estados-Membros devem fazer à OMC; e 2) o exame dessas políticas que estão sendo desenvolvidas pelos membros¹⁶⁸.

Com tudo, depois da Rodada Uruguai, realizaram-se outras Conferências Ministeriais, a primeira delas foi em Singapura em dezembro de 1996, cujo objetivo era fortalecer a OMC como foro para negociações, além disso, foi reconhecida a integração dos países em desenvolvimento como relevante para a expansão do comércio.

Em maio de 1998 teve a segunda Conferência Ministerial de Genebra, reconheceu-se a importante contribuição do Sistema Multilateral de Comércio ao crescimento, emprego e estabilidade, através da promoção da liberalização e expansão do comércio. Além disso, fixaram o programa de trabalho para a terceira Conferência Ministerial.

Neste sentido a terceira Conferência Ministerial foi realizada em Seattle, 1999, que ficou denominada como a Rodada do Milênio¹⁶⁹, a qual não se realizou por diferenças entre os principais setores no comércio internacional¹⁷⁰, assim como também manifestações públicas que dificultaram o processo¹⁷¹.

A quarta Conferência Ministerial foi em Doha, 2001, onde tinha como ênfase o combate ao protecionismo, as relações entre o regionalismo como o multilateralismo, a acessão de novos membros, investimentos, concorrência, transparência de compras governamentais, facilitação de comércio eletrônicos entre outros temas.

No que diz respeito ao crescimento dos acordos regionais entre os países que não conformam um bloco regional (Japão, Hong Kong China, Coréia e Índia), que consideram-se prejudicados nas suas exportações vêem a necessidade de reforçar as normas e a necessidade de aumento de grupos regionais do comércio, e com o crescente

¹⁶⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. **Sistema de preventivo**. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/tir_s/tpr_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

¹⁶⁹ Em Seattle, a Organização Mundial de Comércio teve uma reunião, onde os países iam a debater pontos importantes para o avanço da liberalização do comércio.

¹⁷⁰ Entenda-se como principais atores no comércio internacional à União Européia, Estados Unidos e Japão.

¹⁷¹ Segundo Pimentel, o fracasso da Conferência Ministerial de Seattle se deveu a que *o mundo virtual e o real se confundiram nas manifestações em torno da conferência de Seattle, vista como o centro de uma conspiração global contra tudo o que é bom e descente, por alguns, e como o centro dos debates legítimos do comércio internacional, por outros – sem mencionar as posições intermediárias*. PIMENTEL, Luiz Otávio. Propriedade

temor de que tais acordos regionais acabem criando barreiras aos países que não se integraram a tais acordos, o tema acordos regionais e o fortalecimento de regras para a sua formação, deve antepor posições definidas pela CE e o MERCOSUL contra membros até agora independentes, que se sentem prejudicados nas suas exportações para tais grupos¹⁷².

2.2 A Estrutura da OMC

A ata final da Rodada Uruguai, estabelece uma nova estrutura da OMC, a qual reformula através da antiga estrutura do GATT, que ajustava-se com as necessidades daquela época, mas a participação de outros países servirá a favor de uma adequada administração das normas do comércio mundial.

A OMC é uma organização que se encarrega das políticas comerciais funcionando para atrair a discussão de temas relacionados ao comércio, meio ambiente, investimentos, concorrências e cláusulas sociais com a finalidade de continuar o processo de negociação na área do comércio, visando sempre uma maior liberalização do comércio de bens e serviços.

A estrutura da OMC esta estabelecida no artigo IV da Ata Final da Rodada de Uruguai, contendo a seguinte estrutura:

2.2.1 Conferência Ministerial¹⁷³

A Conferência Ministerial é o órgão supremo, composto pelos representantes de todos os países membros, que irão reunir-se pelo menos a cada dois anos. Este órgão tem autoridade para tomar decisões sobre todos os assuntos no âmbito dos Acordos Multilaterais e estabelecer os comitês. Normalmente, é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e/ou Ministros do Comércio Externo dos países membros (art. IV.1, AC) .

intelectual. In: BARRAL, Welber (Org.). *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. p. 69.

¹⁷² THORSTENSEN, VERA. *OMC-Organização Mundial de Comércio: as regras do comércio internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais*. 2.ed. São Paulo: Aduaneiras: 2001, p.421-426. ISBN 85-7129-290-6.

¹⁷³ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Organograma*. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

Pode-se dizer que, as atividades da OMC desenvolvem-se através de aproximadamente 30 comitês ou grupos de trabalho, onde os delegados dos países membros possuem lugar efetivo. São normalmente diplomatas credenciados em Genebra e/ou técnicos dos ministérios envolvidos, enviados especialmente para as reuniões. Além disso, a Conferência Ministerial pode criar entidades subordinadas ou novos comitês e assim foram estabelecidos três comitês durante a Rodada de Uruguai: Comércio e Desenvolvimento; restrições por motivos de Balanços de Pagamento (BOP) e Orçamento, Finanças e Administração. Em Marraqueche decidem a criação do Comitê de Comércio e Meio Ambiente. Em 1996 foi criado o Comitê de Acordos Regionais e na Conferência Ministerial de Singapura em dezembro de 1996 foram criados Grupos de Trabalho sobre comércio e Investimentos, Comércio e Concorrência e sobre Transparência das Compras Governamentais¹⁷⁴.

2.2.2 O Conselho Geral¹⁷⁵

O Conselho Geral é o corpo diretor da OMC, composto pelos representantes de todos os membros, possuindo a função de desempenhar as funções da Conferência nos intervalos entre as suas reuniões que devem reunir-se nos intervalos das reuniões da Conferência Ministerial para desempenhar e atuar como Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), tem seu próprio presidente e está encarregado de solucionar conflitos na área do comércio internacional e contém todo um conjunto de regras e procedimentos para dirimir controvérsias sobre as regras estabelecidas pela OMC (art. IV.3, AC). Prevêem uma fase de consultas entre as partes, e se necessário, o estabelecimento de grupos de peritos para examinar a questão e finalmente, conta também com um órgão de apelação quando for solicitado, para consulta¹⁷⁶.

O Conselho também desempenha as funções de órgão examinador das políticas comerciais, que possui seu presidente e estabelece um conjunto de regulamentos, para o cumprimento das referidas funções (art. IV.5, AC). Além disso, cumpre com a função de examinar periodicamente as políticas comerciais de cada membro da OMC, com a

¹⁷⁴ THORSTENSEN, Vera. O papel da organização mundial de comércio na nova ordem econômica internacional. Debates. n.15. São Paulo: *Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung*, 1998. p.47.

¹⁷⁵ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Organograma*. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

finalidade de confrontar a legislação com a prática comercial de países membros da organização através das regras estabelecidas nos acordos, assim como também, oferecer aos demais membros do sistema uma visão global da política seguida por cada membro, dentro do princípio de transparência. Os países desenvolvidos como Estados Unidos, União Européia e Japão, são examinados a cada dois anos. No Brasil o processo deve ser examinado a cada quatro anos¹⁷⁷.

2.2.3 O Conselho de Bens, de Serviços e de Propriedade Intelectual¹⁷⁸

Estes Conselhos estão subordinados ao Conselho Geral. Foram criados para regularizar cada um dos principais segmentos, resultados da Rodada de Uruguai: Conselho de Comércio de Bens, Conselho de Comércio e o Conselho de Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio. Estes conselhos têm órgãos subsidiários, os quais estabelecem seus próprios regulamentos, a aprovação é feita pelo Conselho Geral (art. IV.5, AC)¹⁷⁹.

2.2.4 A Secretaria¹⁸⁰

O artigo VI da Ata final da Rodada de Uruguai, estabelece a secretaria, chefiada por um diretor geral designado pela Conferência Ministerial. O Diretor Geral designa pessoal e determina os deveres e obrigações de acordo com o regulamento designado pela Conferência Ministerial. O corpo técnico da OMC é composto atualmente por cerca de 500 técnicos. O Diretor e o Secretariado têm responsabilidade de caráter internacional, não devendo pedir nem receber instruções específicas de algum governo ou outra autoridade externa a OMC¹⁸¹.

¹⁷⁶ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Organograma*. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

¹⁷⁷ THORSTENSEN, Vera. O papel da organização mundial de comércio na nova ordem econômica internacional. Debates. n.15. São Paulo: *Fundação Konrad-Adenaver-Stiftung*, 1998. p. 47.

¹⁷⁸ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Organograma*. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

¹⁷⁹ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Organograma*. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

¹⁸⁰ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Organograma*. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

¹⁸¹ THORSTENSEN, Vera. O papel da organização mundial de comércio na nova ordem econômica internacional. Debates. n.15. São Paulo: *Fundação Konrad-Adenaver-Stiftung*, 1998. p.47.

2.2.5 O Processo decisório¹⁸²

O processo decisório é por consenso, isto é, se nenhum dos membros presentes formalmente objetar à decisão proposta. Quando a decisão não pode ser tomada por consenso, deve ser tomada por votação (art. IX, AC) e as decisões são acolhidas por maioria de votos emitidos (cada país representa um voto). Nas reuniões da Conferência de Ministros e do Conselho Geral cada membro tem um voto¹⁸³.

As decisões definidas pela maioria existem nas seguintes circunstâncias: quando se trata de interpretação das medidas previstas nos acordos e quando se trata de pedidos de derrogações temporárias das obrigações por parte de um membro a maioria é de três quartos dos votos, e no caso de alterações dos acordos, cuja competência pertence exclusivamente à Conferência e cuja votação poderá ser decidida por maioria de dois terços (art. X.1, AC); a admissão de um membro na OMC precisa de dois terços dos membros (art. XII.2, AC), segundo a natureza da disposição considerada e nos casos de modificações no próprio Acordo sobre a OMC e sobre o processo decisório exigem a aceitação de todos os membros por consenso¹⁸⁴.

Entretanto, existem cinco normas dos acordos da OMC que são tomadas por consenso e não podem ser alteradas: o artigo IX do AC, que trata do processo decisório, os artigos I e II do GATT 1994 (cláusula NMF e o dispositivo sobre os cronogramas tarifários dos Membros), o artigo II.1 do GATS (cláusula NMF no âmbito deste Acordo)¹⁸⁵.

2.3 Princípio de Não-Discriminação

O princípio de Nação mais favorecida antecede o Tratado celebrado entre a Inglaterra e Juan, Duque de Borgonha e Conde de Flandes em 1417, como uma tentativa de buscar a igualdade de todas as partes no comércio internacional. Neste Tratado tiveram

¹⁸² ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Organograma*. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

¹⁸³ Pode-se dizer que, o processo decisório da OMC segue a prática do processo do GATT 1947.

¹⁸⁴ LACARTE MURÓ, Julio *Ronda Uruguay del Gatt: la globalización del comercio mundial*. Montevideo: FCU. 1994, p.203-229.

¹⁸⁵ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Organograma*. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

uma noção do princípio da Nação Mais Favorecida, que estabelecia aos mercadores de cada parte transitar com seus bens e mercadorias, quer dizer que, podiam comercializar entre eles reciprocamente, a única exceção era para não comercializar armas. Podiam ficar no território do outro Estado, garantindo assim o direito à estadia, sujeito a legislações de policiamento dos portos e das cidades. Neste sentido, consagrava-se a proteção da navegação de uma parte contratante nos portos de outra, para este fim era necessária o preenchimento de formulários, onde se estabelecia o alcance desta proteção informando que as partes poderiam desfrutar desse direito, que estipulava a igualdade dos navios de cada parte contratante serão tratados da mesma forma que se tratava aos navios das outras quatro nações.¹⁸⁶

Na verdade, o aparecimento da Cláusula de Nação mais Favorecida foi na Inglaterra e Bretanha em 1486, onde estabeleceram que os comerciantes da Inglaterra gozariam de todas as franquias como gozavam os outros comerciantes estrangeiros que mantinham relação e comunicação com comerciantes de Bretanha e seriam tratados igualmente como as outras nações que freqüentam Bretanha. Em seguida, instituiu-se outro Tratado com o mesmo benefício para os comerciantes de Bretanha no território inglês. Assim também o princípio da liberdade e da seguridade do comércio, que naquela época preocupou os mercadores e objeto de todos os tratados do comércio até então, surgiu o princípio da igualdade de tratamentos das nações intervenientes no intercâmbio¹⁸⁷.

Os países membros do GATT aceitam a cláusula de nação mais favorecida (o princípio básico de funcionamento do GATT), pelo qual as nações comprometem-se a estender a todos os países membros qualquer concessão ou vantagem comercial efetuada a um deles. Por tanto, nenhum país pode conceder a outros países vantagens comerciais especiais sem que fosse aplicado automaticamente aos demais, nem exercer discriminação. Trata-se de favorecer ao comércio multilateral frente às posições do período entre guerras que favorecia o comércio bilateral onde definitivamente, era um obstáculo para a expansão do comércio internacional¹⁸⁸.

¹⁸⁶ ARBUET VIGNALI, Heber. *Lecciones de história de las relaciones internacionales*. Montevideu: FCU, 1993. t.1, p. 121-140.

¹⁸⁷ ARBUET VIGNALI, Heber. *Lecciones de história de las relaciones internacionales*. Montevideu: FCU, 1993. t.1, p. 121-140.

¹⁸⁸ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

O princípio NMF está regulamentado no artigo I do Acordo Geral, contempla a exigência funcional entre todas as partes contratantes que concederam incondicionalmente as demais partes qualquer favor, privilégio ou imunidade que afete os direitos alfandegários, cargas, regulamentos e demais formalidades aplicáveis aos produtos originários de outro país destinado a ele¹⁸⁹.

Cabe-se assinalar que, o objetivo deste princípio é garantir que apliquem os princípios do Acordo Geral e os compromissos adotados nas rodadas de negociações comerciais, o que leva a prática dos benefícios econômicos do comércio multilateral tanto aos exportadores como também aos importadores. Este princípio permite que os produtos sejam consumidos com menores preços, o que reforça o princípio das vantagens comparativas¹⁹⁰ na produção mundial, onde reduz até o mínimo a proteção interna. Assim mesmo, através deste princípio, os países podem esperar novas oportunidades comerciais multilaterais como resultado da quantidade de acordos bilaterais negociados durante a rodada do GATT, e que tais oportunidades não sejam afetadas por posteriores discriminações.¹⁹¹

O princípio da Nação Mais Favorecida paralisa toda a intenção de discriminação procedentes de alguns pontos de origens, particularmente os países pequenos ou fracos politicamente. Desta forma, a não-discriminação contribui à regularidade, ordenação e previsibilidade de um sistema de comércio baseado em normas¹⁹².

No entanto, este princípio estabelece uma exceção para os acordos preexistentes à aplicação do GATT, Zonas de Livre Comércio ou Uniões Aduaneiras com acordos próprios e aos países periféricos preferências alfandegárias¹⁹³.

¹⁸⁹ INGRAM, James C, DUNN JR, Robert M. *Economia internacional*. 3ed. trad. Alfredo Díaz. México: McGraw-Hill, 1999. p. 20-25.

¹⁹⁰ As vantagens comparativas foram introduzidas na economia por David Ricardo, implica, portanto, a especialização de cada país na exportação do produto do qual tem vantagens comparativas, isto é, a especialização de um bem através do custo oportunidade, onde se oferece a possibilidade na reorganização da produção mundial. KRUGMAN, Paul R. *Economia Internacional: Teoria e pratica*, p.13-30.

¹⁹¹ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

¹⁹² Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 7-9.

¹⁹³ OMC. *Regionalismo: las normas de la OMC*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regul_s.htm>. Acesso 30 mar.2002.

2.4 Artigo XXIV do GATT¹⁹⁴:

No Artigo XXIV do GATT estabelece as regras aos países que conformaram uma zona de livre comércio ou uma união aduaneira, pode-se dizer que antes da criação do Acordo Provisório já existiam formas de integração regional, esses acordos encontram-se no parágrafo segundo do artículo I, que, exime expressamente a obrigação do princípio de não-discriminação ou Nação Mais Favorecida, no entanto, as diretrizes do artigo XXIV estabelecem normas aplicáveis às uniões aduaneiras e zona de livre comércio, onde se incluem a notificação e o respectivo exame pelas partes contratantes atuando em forma coletiva¹⁹⁵.

Cabe-se assinalar que, a norma regula sobre o essencial das trocas comerciais e os membros devam estabelecer respeito aos terceiros ou seja, uma política comercial que não tenha um conjunto maior de incidência, nem seja mais restritiva às normas anteriormente aplicadas pelos membros individualmente antes do acordo¹⁹⁶.

Os países que estabelecem uma união aduaneira não poderão estabelecer uma tarifa alfandegária comum superior às tarifas individualmente aplicadas antes da conformação do acordo, pois, trata-se de reduzir as tarifas alfandegárias e não aumentá-las para que não sejam muito restritivas.

Contudo, através da cláusula de anterioridade, ficaram excluídos da nação mais favorecida aqueles acordos que assinalam o artigo I do GATT 47' nos seus anexos A, B, C, D, E, e F, e que, naquela época estavam em vigor como são as preferências imperiais britânicas, as preferências concedidas pela União Aduaneira de Benelux (Acordo Comercial entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) e as Concedidas pela União Francesa. No entanto, mediante sucessivas rodadas de negociações multilaterais chegaram a reduzir estas preferências¹⁹⁷.

¹⁹⁴ OMC. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regul_s.htm>. Acesso 30 mar.2002.

¹⁹⁵ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

¹⁹⁶ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

¹⁹⁷ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

Dito artigo exime do princípio da Nação Mais Favorecida aqueles países que conformam uma zona de livre comércio ou uma união aduaneira, mas nunca imaginaram que a Europa se aprofundara até o ponto de chegar a uma União Européia através do Tratado Único Europeu, onde se concentram umas séries de Tratados, protocolos que são realmente complexos em sua análise¹⁹⁸.

No entanto, o parágrafo 8 faz uma definição da zona de livre comércio e da união aduaneira, onde assinala que ambos devem eliminar os direitos aduaneiros e outras restrições ao essenciais as trocas comerciais dos produtos originários dos territórios aduaneiros constitutivos¹⁹⁹.

Os membros das uniões aduaneiras devem aplicar essencialmente os mesmos direitos e demais regulamentações do comércio às trocas comerciais, em outros termos os membro terão que estabelecer uma tarifa alfandegária comum e uma política comum²⁰⁰.

Os acordos comerciais tendem à criação do comércio, levando a eliminação da proteção alfandegária para uma abertura do comércio mais ou menos completo entre os participantes e que não sejam utilizados como cobertura de acordos limitados em caráter discriminatório. Na verdade, os acordos devem criar comércio e não criar obstáculos e muito menos desviá-los.

O artigo XXIV tenta limitar a discriminação ao impor um elevado custo (político), no seu parágrafo 5 que estabelece as condições que devem cumprir as uniões aduaneiras e as zonas de livre comércio com a finalidade de evitar efeitos prejudiciais sobre o comércio em terceiros países. Neste sentido, a limitação se baseia nas uniões aduaneiras e as tarifas alfandegárias comuns não devendo ser superiores ou restritivos aos impostos alfandegários de cada parte contratante. Se a tarifa alfandegária se fixa em um nível que aumente os impostos alfandegários consolidados de alguns de seus membros individuais, no parágrafo 6 se estabelece que será neste caso aplicado o artigo XXVIII²⁰¹. Este procedimento prevê a retirada ou modificação de concessões alfandegárias negociadas

¹⁹⁸ OMC. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em:

<http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 mar.2002.

¹⁹⁹ OMC. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 mar.2002.

²⁰⁰ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

²⁰¹ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

previamente, com a possibilidade de reduções alfandegárias compensatórias, tendo em conta as novas oportunidades de acesso ao mercado criados aos produtos que trate das reduções de tarifas alfandegárias de outros membros da união aduaneira²⁰².

O parágrafo 7 do artigo XXIV estabelece os requisitos para uma maior transparência dos acordos propostos. Os acordos devem ser notificados rapidamente ao GATT para serem examinados pelas partes contratantes, onde poderão formular recomendações. Prevê o estabelecimento dos acordos provisórios, a constituição de uma zona de livre comércio ou união aduaneira tem um prazo normalmente dilatado, na verdade, a finalidade deste parágrafo é evitar possíveis preferências discriminatórias, no parágrafo 5.c que estabelece um plano e um programa para o estabelecimento, num prazo razoável de uma união aduaneira ou zona de livre comércio, se as partes contratantes trabalhando coletivamente e constatarem que não é provável o plano e o programa a condução da constituição de uma zona de livre comércio ou uma união aduaneira, ou que não o farão num prazo razoável deverão formular recomendações. O acordo não deverá manter-se ou entrar em vigor a menos que se modifique de conformidade com essas recomendações²⁰³.

A partir de 1972, decidiu-se que os acordos deverão notificar-se após a assinatura do acordo. É importante ressaltar que as partes no acordo devem facilitar seu texto a seus interlocutores. Comerciais, para que desta forma estes possam examinar minuciosamente as conseqüências que implica nos seus interesses comerciais e econômicos. Neste sentido, os grupos de trabalho examinam os acordos e logo apresentam um informe ao Conselho, na atualidade existem grupos encarregados especificamente nos acordos regionais²⁰⁴.

Estes grupos de trabalho²⁰⁵ são grupos com participação aberta, e os países partes no acordo intervêm sempre neste mesmo plano que as demais delegações. O informe do grupo de trabalho reflete as opiniões de todas as partes participantes, este grupo era

²⁰² O artigo XXIV determina a comparação de direitos e outros regulamentos impostos por uma união e aqueles aplicados por cada um de seus membros antes da Formação do acordo. THORSTENSEN, Vera. *OMC – organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2.ed.. São Paulo: Aduaneiras, 2001. p. 245.

²⁰³ OMC. *Regionalismo: las normas de la OMC*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/regul_s.htm>. Acesso 30 mar.2002.

²⁰⁴ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 12.

²⁰⁵ Até antes de 1996 eram denominados grupos de trabalho *ad hoc*, na atualidade são Comitês em Acordos Regionais Comerciais. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: labor del comité de acuerdos comerciales regionales (CACR)*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanis/tratop_s/region_s/regcom_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

adotado pelo Conselho, que é o órgão reitor das partes contratantes, onde reflete as opiniões de todos os participantes, caso necessário se consignam nele opiniões distintas. Este trabalho pode servir às partes contratantes de base para que, trabalhando coletivamente, adotem uma decisão final acerca da conformidade do acordo com o artigo XXIV ou formulem recomendações às partes dos acordos provisórios²⁰⁶.

O parágrafo 4 estabelece que as decisões das partes contratantes serão por uma maioria composta de dois terços dos votos emitidos, mas tradicionalmente, as decisões tomadas no marco do GATT que requeriam uma atuação positiva de uma ou várias partes contratantes tem se adotado por consenso²⁰⁷.

No entanto, o parágrafo 10 estabelece que as partes contratantes poderão, mediante decisão tomadas por uma maioria de dois terços, aprovar proposições de zonas de livre comércio ou uniões aduaneiras que não se ajustam aos critérios anteriormente indicados, com a condição que referidas proposições tenham como resultado final o estabelecimento de uma união aduaneira ou de uma zona de livre comércio²⁰⁸.

Cabe-se assinalar que, as normas do regionalismo não eram utilizadas com muita frequência e, segundo seus autores tinham previsto como um elemento secundário nas relações comerciais mundiais. No entanto, a situação mudou em 1957, ao notificar o GATT sobre o Tratado de Roma²⁰⁹ pelo qual se estabelecia a Comunidade Econômica Européia (CEE). O estabelecimento da Comunidade foi um fato de relevância, sendo a primeira vez que as partes contratantes do Acordo Geral interpretassem o artigo XXIV, e também pela primeira vez supor a presença de importantes interesses comerciais e econômicas por todos os lados²¹⁰.

Neste sentido, as partes, ao fazerem o exame de compatibilidade das normas do Tratado de Roma com o Artigo XXIV não chegaram a um acordo e a respeito da

²⁰⁶ OMC. *Regionalismo: las normas de la OMC*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regul_s.htm>. Acesso 30 mar.2002.

²⁰⁷ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

²⁰⁸ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

²⁰⁹ Mediante o Tratado de Roma em 1957, criou-se a Comunidade Econômica Européia, este documento econômico tem profundas implicações políticas, mas que não são explícitas; são deixadas pra uma melhor elaboração no futuro. Este tratado cria uma união econômica de largo alcance entre os antigos inimigos , França e Alemanha, e Itália, Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos. INGRAM, James C. *Problemas de Economia Internacional*. São Paulo, Pioneira, 1974, p.112.

compatibilidade pelas mudanças introduzidas nas tarifas alfandegárias consolidados dos Estados membros da CEE também não chegaram a um consenso. Tem-se falado que, no intento de fazer compatíveis às disposições do Acordo Geral com uma evolução política de extraordinária importância se procedeu às transações e interpretações que posteriormente menosprezaram a autoridade e a claridade das regras do Acordo Geral sobre os acordos comerciais regionais²¹¹.

No entanto, surgiram questionamentos à respeito de que tipos de efeitos comerciais teriam os países não membros à aplicação de uma média aritmética simples não ponderada das tarifas alfandegárias aplicados pelos Estados membros da CEE desde 1º de janeiro de 1957, afirmando-se por terceiros países²¹².

Pode-se dizer que, no passado mais de 50 grupos de trabalhos foram criados para ver a compatibilidade das zonas de livre comércio e uniões aduaneiras. Ditos grupos de trabalho não conseguiram atingir conclusões unânimes sobre a sua compatibilidade com o artigo XXIV do Acordo Geral. Pode ser significativo o fato de que os grupos de trabalho tenham examinado os acordos com uma demora superior a dois anos. Neste sentido, os grupos de trabalho ao examinar os acordos poderiam correr o risco de analisá-los de maneira superficial na medida que se apresentem novos acordos regionais²¹³.

Não se pode generalizar todas as formas de integração mundial, tomando em consideração um bloco, uma vez que, a maioria dos blocos não chegam a cumprir seus objetivos nas datas estabelecidas nos acordos provisórios, mas é importante fazer uma análise sistêmica das possíveis consequências que poderia produzir a integração²¹⁴.

Pode-se dizer que, as normas do Acordo Geral sobre Acordos Regionais não se utilizaram muito na primeira década de existência do GATT e constituíam um elemento secundário nas relações comerciais internacionais. No entanto, esta situação mudou a partir da notificação do Tratado de Roma em 1957 que cria a Comunidade Econômica Européia (CEE), que foi o acontecimento de muita importância política e econômica, isto

²¹⁰ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 14.

²¹¹ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 14-15.

²¹² Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 7-9.

²¹³ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 14-15.

²¹⁴ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 1-5.

significou que as partes contratantes analisaram e interpretaram pela primeira vez as disposições do Artigo XXIV do GATT, assim como também suspeitaram a presença de importantes interesses comerciais e econômicos por todos os lados. No entanto os integrantes da proposta para a formação da Comunidade Econômica Européia por um lado, nem os interlocutores comerciais por outro lado, não puderam alcançar um acordo a respeito da compatibilidade do Tratado com o artigo XXIV nem a respeito da compensação pelas mudanças introduzidas nas tarifas alfandegárias consolidados nos Estados-membros da CEE²¹⁵.

O Tratado de Roma, foi elaborado considerando as regras do Acordo Geral, o seu exame colocou em manifesto opiniões diametrais opostas sobre a sua compatibilidade com algumas das disposições do Artigo XXIV, onde se formularam questões a respeito das conseqüências comerciais que poderiam causar aos países não membros a aplicação de uma média aritmética simples não ponderado dos impostos alfandegários aplicados pelos Estados membros da CEE desde primeiro de janeiro de 1957, na qual afirmava-se por terceiros países que o enfoque desta classe teria como conseqüência um aumento importante dos impostos alfandegários estabelecidos sobre os produtos que nesse momento teriam interesse em exportação e que estariam em conflito com o estabelecido no parágrafo 5 do Artigo XXIV a qual não deveria estabelecer uma tarifa alfandegária comum superior a um nível mais elevado em conjunto que ao vigente posterior da união²¹⁶.

No entanto, foram formulados algumas objeções à associação da Comunidade com os territórios de ultramar, constituídas por territórios de França e a União do Benelux. Ainda que a associação tenha se apresentado como um conjunto de zonas de livre comércio bilateral, os não membros consideraram que procedia a desmantelá-las efetivamente o limite máximo imposto a uma parte importante categórica de preferências em vigor no momento em que se estabeleceu o Acordo Geral, criando assim um novo e mais amplo sistema de preferências. Por isto, não chegou a nenhum acordo sobre a compatibilidade do Tratado de Roma com o Artigo XXIV, e as partes contratantes

²¹⁵ PATTERSON, G. *Discrimination in international trade, the policy issues 1945-1965*. Princeton: Princeton University Press. 1966. p. 6-80.

²¹⁶ PATTERSON, G. *Discrimination in international trade, the policy issues 1945-1965*. Princeton: Princeton University Press. 1966. p. 6-80.

acordaram que havia várias questões importantes e que não tinham as informações necessárias para o exame do mencionado Tratado²¹⁷.

O Conselho percebeu a necessidade de melhorar os exames de compatibilidade nos acordos com o artigo XXIV do GATT. Em 1992, o Presidente em seu discurso inaugural assinalou que era importante proceder uma revisão substancial por parte dos Grupos de Trabalho para cumprir o cometido que lhes incumbe em virtude do artigo XXIV, especialmente com o objetivo de fazer conclusões claras e objetivas ao analisar a compatibilidade dos acordos com as regras multilaterais. Estendendo-se no período de 1993-1994 onde não se efetuou a mencionada revisão. Na Rodada Uruguai, não modificou o procedimento de exames existentes do Grupos de Trabalho²¹⁸.

Por outro lado, as Zonas de Livre Comércio e as Uniões Aduaneiras estão obrigadas a notificarem a sua integração as partes contratantes. Em relação especialmente aos acordos provisórios, assim como também as partes contratantes tem que formular recomendações as partes ao acordo, se depois de ter estudado o plano e o programa para o estabelecimento de uma união aduaneira ou zona de livre comércio, chegarem à conclusão de que o acordo em questão não oferece probabilidades de resultar o estabelecimento de uma união aduaneira ou de uma zona de livre comércio no prazo previsto ou consideram que este prazo não é razoável²¹⁹, então se as partes do acordo provisório não terão como por em vigor esse acordo se não estão dispostos a modificá-lo e conforme as devidas recomendações²²⁰.

Na verdade, a notificação fazia-se com a intenção de conseguir a aprovação das partes contratantes antes de adotarem as primeiras medidas na aplicação do acordo. Exemplo: O exame do Tratado de Montevideu pelo que se estabeleceu em 1960 a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) finalizou muito antes do que este entrasse em vigor. O mesmo aconteceu com o Tratado de Roma assinado em 25 de

²¹⁷ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 13-21.

²¹⁸ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 7-9.

²¹⁹ Entenda-se como prazo razoável de 10 anos em casos excepcionais, no entanto se as partes de um acordo provisório que ache 10 anos é pouco tempo eles darão ao Conselho de Mercadorias

²²⁰ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

março de 1957, notificou-se de imediato as partes contratantes e entrou em vigor em primeiro de janeiro de 1958²²¹.

Alguns problemas dos grupos de trabalho era não terminar seus informes antes da entrada em vigor de um acordo comercial. Como consequência ao prazo entre a firma e entrada em vigor do acordo era breve, ou seja, pouco tempo para analisar o acordo antes de entrar em vigor. Exemplo: O NAFTA que foi ratificado em 1993 e que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994, mas no mesmo mês os membros não deram sua conformidade ao estabelecimento de um grupo de trabalho, no mesmo sentido pode-se citar o caso a ampliação da União Européia em primeiro de janeiro de 1995 com a incorporação de Áustria, Finlândia e Suécia, produziu-se antes que tivesse um grupo de trabalho²²².

Neste sentido, a análise dos acordos regionais pelos grupos de trabalhos *ad hoc* tem-se realizado posteriormente a seu estabelecimento, devendo-se ao fato de que algumas vezes o lapso entre a assinatura e a entrada em vigor seja breve e em outros casos, somente tem se efetuado a notificação depois que o acordo tenha sido ratificado pelos órgãos legislativos nacionais²²³, o que deixa pouco tempo para o análise antes da entrada em vigor²²⁴.

Outro problema para os grupos de trabalho radicava na interpretação das disposições dos acordos provisórios. Uma vez que, o artigo XXIV estabelece que os acordos provisórios devem compreender um plano e um programa para o estabelecimento, em um prazo razoável da zona de livre comércio ou união aduaneira, mas, não se definem os significados de acordo provisório, plano e programa em um prazo razoável²²⁵.

Neste sentido, a inexistência de definições tem provocado controvérsias ao qualificar um determinado acordo, podem classificar-se como provisório ou está orientado de forma clara e inequívoca ao estabelecimento de uma zona de livre comércio ou uma união aduaneira, dentro de um prazo claramente definido. No entanto, terceiros países tem

²²¹ Organización Mundial de Comércio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 16.

²²² Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 16.

²²³ Um exemplo é o NAFTA que ratificou o seu tratado de constituição em 1993 e começou a vigorar o primeiro de janeiro de 1994.

²²⁴ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 16.

²²⁵ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

reclamado sobre a inexistência de um ponto final definitivo para o período de transição em não haver estipulado nenhuma data de referência no texto do acordo²²⁶.

Outra deficiência tem-se visto na obrigação dos membros dos acordos preferenciais de informar, depois do exame ao Conselho de Trabalho. Mas em 1971 as partes contratantes trabalhando coletivamente encarregaram ao Conselho do GATT que estabelecesse um calendário para fixar datas ao exame dos informes de análise dos acordos preferenciais a cada dois anos, todavia, a falta de um modelo a seguir e as divergências de opiniões entre as partes contratantes sobre o objetivo das obrigação em informar e a falta de apresentar os informes respectivos pelas partes contratantes referem-se que o processo de estabelecimento das zonas de livre comércio e uniões aduaneiras tem socavado a eficácia deste sistema²²⁷.

Outro obstáculo dos Grupos de Trabalho não permitiam chegar a um consenso sobre a compatibilidade dos diversos acordos tem sido a interpretação do requisito do Artigo XXIV sobre a “parte substancial de todo o comércio”, houve diferentes divergências de opiniões no que diz respeito ao alcance da liberalização no acordo notificado desde o ponto de vista das medidas e não dos setores abrangidos, assim como também o grau em que se tem desmantelado as medidas alfandegárias e não alfandegárias aplicadas ao comércio dentro da zona²²⁸.

No entanto, o parágrafo 8) sobre os efeitos da aplicação do presente acordo estabelece que os membros de uma zona de livre comércio ou união aduaneira podem exercer seu direito de aplicar no comércio realizado dentro das zona os direitos ou restrições no artigos XI, XII, XIV, XV e XX do mesmo corpo de leis à respeito dos intercâmbios comerciais dos produtos originários dos territórios constitutivos da dita zona de livre comércio²²⁹.

Outro requisito do artigo XXIV para que os obstáculos comerciais não sejam um conjunto mais elevados nem resultem mais rigorosos. O parágrafo 5 do artigo XXIV limita para as uniões aduaneiras sobre a tarifa alfandegária em comum, onde estabelece

²²⁶ GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADE. *El informe del grupo de trabajo sobre “Comunidade Economica Europea – Acuerdo de asociación com Túnez y Marruecos”*. 18S/163. Ginebra.1970.

²²⁷ Organización Mundial de Comércio. *El regionalismo y el sistema mundial de comércio*. Ginebra. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 14-18.

²²⁸ THORSTENSEN, VERA. *OMC – organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 ISBN 85-7129-290-6, p. 244-247.

²²⁹ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

que a união não tenha em conjunto um nível mais elevado ou mais restritivos que os aplicados anteriormente pelos territórios constitutivos da união²³⁰.

Na prática tem se estabelecido a tarifa externa comum como a média ponderada ou o imposto mais baixo dos países que fazem parte da união. Uma questão que surge é estabelecer uma comparação entre as oportunidades de acesso aos mercados antes e depois da união. É necessário proceder um exame país por país e produto por produto sobre os efeitos dos aumentos das tarifas alfandegárias²³¹.

Quando foi examinado o Tratado de Roma, existiram terceiros países afirmando que os membros de uma união aduaneira ou zona de livre comércio não deveriam estabelecer obstáculos sobre comércio de nenhuma terceira parte contratante concreta, tanto que a CEE considerava que esta interpretação seria incompatível com o requisito dos direitos e demais regulamentações impostas ao estabelecer-se a união e que não foram em conjunto mais elevado ou mais restritivos que os existentes antes de constituir a união. A CEE tem interpretado que este requisito é aplicável aos terceiros países considerados em conjunto e não em separados e que não impeça o estabelecimento, com obstáculos ao comércio de um setor ou sub-setor. Em várias ocasiões os terceiros países tem manifestado a sua preocupação no que diz respeito à aplicação desta disposição nos grupos de trabalho estabelecidos para examinar posteriores ampliações da CEE²³².

No entanto, os tipos consolidados (no caso de que uma parte contratante se propunha aumentar um direito consolidado ao ingressar em uma união aduaneira), o procedimento normal do Acordo Geral para a modificação das listas, estabelecido no artigo XXIV. Ao prever um ajuste compensatório, o parágrafo 6 do artigo XXIV estabelece que será devidamente considerado a compensação que resulte logo das reduções efetuadas no direito correspondente aos demais membros da união. Não obstante há discrepância no momento em que devem levar-se em conta as negociações encaminhadas para determinar a compensação (antes e depois do estabelecimento da união aduaneira), à natureza da compensação e à necessidade ou não de ter consideração

²³⁰ BRASIL. *Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948*. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

²³¹ Organización Mundial de Comércio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 14-16.

²³² Organización Mundial de Comércio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 715-18.

também nas reduções alfandegárias efetuadas pelos membros da união aduaneira à respeito de outras partidas²³³.

Pode-se dizer que, os Grupos de Trabalho encarregados sobre a análise dos diversos acordos comerciais estava em crise, tal crise foi gerada porque cerca de 20 grupos de trabalho criados para examiná-los não tinham um critério único para orientá-los, nem respostas a questões extremamente sensíveis, conhecidas como questões sistêmicas, que não estavam definidas no corpo da legislação do GATT, e que os mesmos grupos de trabalho não lograram definir. Por tais motivos, era difícil concluir sobre a compatibilidade dos acordos com às normas do GATT²³⁴.

Observando a necessidade do Conselho Geral aprimorar as regras sobre a compatibilidade e seu exame, foi criado os Comitês de Acordos Regionais de Comércio para acelerar o processo de exame dos acordos notificados, também de se tentar avançar no entendimento das chamadas questões sistêmicas²³⁵.

Em 1996, a Organização Mundial de Comércio estabelece Comitês de Acordos Regionais de Comércio através da Decisão do Conselho Geral de 06/02/1996. Estes comitês têm a faculdade de examinar os acordos regionais de forma individual com a finalidade de considerar as implicações sistêmicas dos acordos para o Sistema Multilateral de Comércio e a relação entre eles. Além de ser um fórum para a discussão dos problemas sistêmicos que são comuns na maioria, ou talvez em todos os acordos²³⁶.

Dito comitê tem as seguintes faculdades: realizar a compatibilidade dos acordos regionais como os acordos às regras da OMC; apresentar recomendações; desenvolver procedimentos para o melhoramento dos exames dos acordos regionais; discutir relações conceituais que estão surgindo na aplicação do Artigo XXIV igual ao seu entendimento e chegar a um consenso sobre a interpretação da mesma norma; e terá que informar anualmente ao conselho geral sobre suas atividades através de um relatório²³⁷.

²³³ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p. 715-18.

²³⁴ THORSTENSEN, VERA. *OMC – organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 ISBN 85-7129-290-6, p. 238.

²³⁵ THORSTENSEN, VERA. *OMC – organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 ISBN 85-7129-290-6, p. 238.

²³⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: labor del comité de acuerdos comerciales regionales (CACR)*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanhis/tratop_s/region_s/regcom_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

²³⁷ THORSTENSEN, VERA. *OMC – organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 ISBN 85-7129-290-6, p. 242.

O comitê sobre acordos regionais nas suas atividades dividiram as suas regras em procedimento e seu programa de trabalho em duas partes, a primeira divisão refere-se a análise dos acordos notificados e a Segunda refere-se à forma de fazer a notificação, quer dizer sobre as informações requeridas para a análise, o formato de sua apresentação e a periodicidade das notificações²³⁸.

Até hoje não tem se decidido os critérios de interpretação do conceito ‘parte substancial de comércio’, assim como também não foi decidido como se avaliar o impacto do conceito ‘outras regras de comércio’, que se referem a regras não tarifárias no funcionamento de ditos acordos, tais como regras de origem, direitos antidumping e direitos compensatórios ou salvaguardas²³⁹.

O Comitê também chegou a um acordo sobre as recomendações de procedimento para a apresentação dos informes requeridos sobre o funcionamento dos ACR, que tinham por objetivo atingir a uniformidade na apresentação de ditos informes; essas recomendações foram adotadas pelo Conselho do Comércio de Mercadorias, o Conselho de Comércio e Serviços e o Comitê de Comércio e Desenvolvimento. Elaborou-se também um calendário para a apresentação dos informes bienais sobre o funcionamento das uniões aduaneiras e as zonas de livre comércio em 1999²⁴⁰.

2.5 Parte IV e a Cláusula de Habilitação

A parte IV²⁴¹ do Acordo Geral estabelece a possibilidade dos países desenvolvidos adotar medidas especiais para fomentar a expansão das importações dos países em desenvolvimento, ou seja, não se permite estabelecer discriminações contra outros países em desenvolvimento, quando ampara o tratamento preferencial concedido a todos os países em desenvolvimento e não somente a um subgrupo²⁴².

²³⁸ THORSTENSEN, VERA. *OMC – organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 ISBN 85-7129-290-6, p. 242.

²³⁹ THORSTENSEN, VERA. *OMC – organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 ISBN 85-7129-290-6. p. 244.

²⁴⁰ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Informe Anual, 1999*. 1.v. Ginebra: 1999, p. 107-108. ISBN: 92-870-3209-6.

²⁴¹ A parte IV do Acordo Geral sobre Comércio e Desenvolvimento está contida nos artigos XXXVI, XXXVII e XXXVIII.

²⁴² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: la cláusula de habilitación*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regenb_s.htm>. Acesso 20 mar. 2002.

No entanto, a Cláusula de Habilitação foi adotada na Conferência Ministerial de Tóquio de 1979, onde diversas disposições estipularam que as partes contratantes do GATT possam conceder um trato diferenciado, mais favorável e de maior participação para os países em desenvolvimento²⁴³.

Neste sentido, as concessões comerciais outorgadas aos países em desenvolvimento no Sistema Generalizado de Preferências (SGP) de 25 de junho de 1971, exime das disposições do artigo I aos países em desenvolvimento, inicialmente por um período de 10 anos. O apartado c) do parágrafo 2 da mencionada Cláusula aplica esse regime aos acordos regionais ou mundiais concluídos entre partes contratantes em desenvolvimento com a finalidade de reduzir ou eliminar mutuamente os impostos alfandegários e medidas não alfandegárias²⁴⁴.

O parágrafo 2c) permite os impostos alfandegários um tratamento claramente diferenciado dado as medidas não alfandegárias, uma vez que, não estabelece critérios específicos para a redução ou eliminação mutua dos impostos alfandegários, tanto que as medidas relativas aos obstáculos não alfandegários tem que adotar a conformidade com os critérios ou condições que possam fixar as partes contratantes. Outra condição é que o acordo não deverá constituir um obstáculo para a eliminação dos impostos alfandegários e as restrições não alfandegárias ao comércio em concordância com o princípio de não-discriminação (NMF)²⁴⁵.

O parágrafo 3 da Cláusula de Habilitação tem uma disposição similar ao parágrafo 4 do Artigo XXIV, onde se destina a facilitar e fomentar o comércio dos países em desenvolvimento e não por obstáculos ou criar dificuldades indevidas ao comércio de outras partes contratantes²⁴⁶.

O parágrafo 4 regula a transparência, onde se deverá notificar as partes contratantes sobre as modificações, ou retirada de membros ao trato diferenciado e mais favorável

²⁴³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: la cláusula de habilitación. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regenb_s.htm>. Acesso 20 marz. 2002.

²⁴⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: la cláusula de habilitación. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regenb_s.htm>. Acesso 20 marz. 2002.

²⁴⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: la cláusula de habilitación. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regenb_s.htm>. Acesso 20 marz. 2002.

²⁴⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: la cláusula de habilitación. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regenb_s.htm>. Acesso 20 marz. 2002.

assim outorgado para a celebração de consultas e a petição de qualquer parte interessada a respeito de todas as dificuldades ou questões que possam surgir²⁴⁷.

O Comitê de Comércio e Desenvolvimento tem a competência para supervisionar a aplicação das disposições do GATT estabelecidas em favor aos países em desenvolvimento, principalmente a Parte IV do Acordo Geral e a Cláusula de Habilitação²⁴⁸.

Por outro lado, as exceções estabelecidas no artigo XXV permite que as partes contratantes, atuando de forma conjunta, autorizem exceções das obrigações estabelecidas em virtude do Acordo Geral. Ditas exceções tem se utilizado para eximir-se das obrigações do parágrafo 1 do artigo 1º para autorizar acordos regionais. No entanto, as 28 exceções das obrigações do artigo 1º outorgadas desde o início do GATT tem afetado preferências conhecidas pelos países desenvolvidos a países em desenvolvimento de forma não recíproca, na maioria dos casos com o propósito declarado de fomentar o desenvolvimento econômico destes últimos mediante um aumento de seus ingressos na exportação²⁴⁹.

2.6 Entendimento Relativo à interpretação do artigo XXIV²⁵⁰

Na Rodada Uruguai, estabelece-se o entendimento relativo à interpretação do Artigo XXIV, onde se esclarece diversos aspectos da aplicação do parágrafo 5 do artigo XXIV, proporcionando orientações sobre os métodos a seguir ao comparar a incidência geral dos direitos de aduanas e demais cargas aplicadas às importações antes e depois do estabelecimento de uma união aduaneira. Em síntese, a avaliação deverá basear-se em uma média ponderado dos tipos alfandegários e os direitos de aduanas percebidos,

²⁴⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: la cláusula de habilitación. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regenb_s.htm>. Acesso 20 marz. 2002.

²⁴⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: la cláusula de habilitación. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regenb_s.htm>. Acesso 20 marz. 2002.

²⁴⁹ Veja-se, a exceção outorgada em dezembro de 1994 à Comunidade Européia referente ao trato preferencial concedido às importações procedentes dos Estados ACP em virtude do Quarto Convênio de Lomé.

²⁵⁰ O entendimento relativo ao artigo XXIV do Acordo geral, explicou os seguintes pontos: que o prazo de formação de uma zona de livre comércio ou união aduaneira poderá exceder os 10 anos só em casos excepcionais e que a união, será avaliada tomando em consideração a incidência geral dos direitos e outros regulamentos sobre o comércio aplicáveis antes da união deve se basear no exame global da média ponderada das alfandegárias aplicadas. Dito exame se baseará nas estatísticas de importação durante um período de três anos, com valores e quantidades por linha tarifária, desagregados segundo a origem do país membro da OMC. Além disso, o secretariado da OMC será o responsável pelo cálculo. THORSTENSEN, VERA. *OMC* –

tomando para tal finalidade, consideração dos tipos aplicados, além disso, considera-se como prazo para o estabelecimento de uma união aduaneira ou zona de livre comércio 10 anos, salvo casos excepcionais, onde requer uma explicação mais completa²⁵¹.

O parágrafo 6 do entendimento relativo do artigo XXIV estabelece que ao cumprir com o previsto no apartado a) do parágrafo 5 sobre a compensação quando estas sejam necessárias, a qual deverão iniciar-se antes que se aplique a tarifa alfandegária exterior comum com reajuste compensatório. Neste sentido, quando um ou vários membros constitutivos da união aduaneira necessita elevar a tarifa alfandegária aplicado a um produto determinado, devem ter também em consideração, ao decidir sobre as reduções compensatórias das tarifas alfandegárias aplicadas a outros produtos, as reduções das tarifas alfandegárias aplicadas a este produto pelos demais membros²⁵².

O parágrafo 7 estabelece que qualquer parte contratante que decida conformar uma união aduaneira ou zona de livre comércio ou participar de um acordo provisório tendente à formação de uma união aduaneira ou zona de livre comércio deverá notificar de imediato às partes contratantes facilitando o projeto da união ou zona de livre comércio, para que desta forma possam formular as recomendações pertinentes. Neste sentido, as partes contratantes ao analisarem o acordo provisório e determinarem que não oferece as probabilidades de resultar o estabelecimento uma união aduaneira ou uma zona de livre comércio no prazo previsto no acordo, consideram que o prazo não é razoável ou as Partes Contratantes formulam recomendações. Esta não entrará em vigor se eles não fizerem as modificações formuladas pelas partes contratantes²⁵³.

Quando as partes desejarem fazer alguma modificação substancial no acordo provisório estas deverão comunicar as partes contratantes, as quais poderão iniciar as consultas sobre elas, se a modificação parece que pode comprometer ou diferir indevidamente o estabelecimento da união aduaneira ou zona de livre comércio²⁵⁴.

organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001 ISBN 85-7129-290-6, p. 240.

²⁵¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

²⁵² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

²⁵³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

²⁵⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

O entendimento relativo ao artigo XXIV requer que todos os acordos notificados sejam examinados por um grupo de trabalho. Se o acordo provisório não tem um programa ou planejamento o grupo de trabalho recomendará em seu informe ditos planejamentos ou programas, além de reafirmar a obrigação dos membros dos acordos de apresentar um informe cada dois anos²⁵⁵.

No parágrafo 12 do artigo XXIV, estabelece-se que poderá recorrer-se às disposições relativas à solução de controvérsias sobre aplicação das questões derivadas da aplicabilidade das disposições do artigo XXIV. Neste sentido o poderá recorrer-se ao órgão de solução de diferenças quando as medidas que afetem a sua observância adotadas pelos governos ou autoridades regionais ou locais dentro do território de um membro. Neste sentido fica esclarecido a incerteza referente a condição de um grupo especial poder examinar questões derivadas a um acordo que tenha sido examinado por um grupo de trabalho estabelecido no marco do artigo XXIV²⁵⁶.

Pode-se dizer que, na Rodada Uruguai, reforçou-se o sistema de solução de controvérsias para o cumprimento das normas estabelecidas pela OMC aos países membros, de forma em que os países membros aplicam as normas concernentes aos acordos regionais.

As normas de origem são utilizadas em conexão com à aplicação de instrumentos de política comercial, como tarifas alfandegárias ou medidas antidumping e compensatórias ou medidas de salvaguarda, em condições diferentes em função da origem. O objetivo na verdade é harmonizar as normas de origem entre os países membros da OMC em um prazo de três anos, mediante a realização de um programa detalhado de trabalho, e estabelecer disposições destinadas a garantir durante o período de transição a transparência e os direitos de procedimento dos exportadores. Ainda que o acordo não abranja expressamente a elaboração de normas de origem no marco de acordos de estabelecimento de zonas de livre comércio. Neste sentido a avaliação das normas de origem influirá provavelmente nas normas de origem das futuras zonas de livre comércio, além de uma maior transparência nas normas²⁵⁷.

²⁵⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

²⁵⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

²⁵⁷ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo*: las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/trapop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

A respeito tudo Comitê sobre Acordos Regionais de Comércio ao debater sobre as relações existentes entre as disposições dos Acordos Regionais em matéria de normas de origem referente ao conceito “as demais regulamentações comerciais” do artigo XXIV e a Declaração Comum acerca das Normas de Origem Preferenciais, os Estados-membros tem dado os seguintes posicionamentos:

- 1) O termo “preferências” é fundamental, no sentido de que um Acordo Comercial das normas de origem não estão idealizadas para determinar o país de origem aos efeitos de Nação Mais Favorecida (NMF), o propósito na verdade é estabelecer se as mercadorias cumprem as condições necessárias para receber um trato preferencial no comércio que se desenvolve dentro do Acordo. Ou seja, as normas de origem preferenciais não constituem outras regulamentações comerciais, por definição, não afetam ao comércio a terceiros.
- 2) O artigo XXIV não contém nenhuma definição e das demais regulamentações comerciais, existe um amplo entendimento de que elas se referem a todas as medidas (não tarifárias) que afetam ao comércio. Além disso, mencionou-se que, no Acordo da OMC sobre Normas de Origem, vinculam-se as normas de origem com as medidas comerciais em duas instâncias, fato que leva uma melhor conexão entre as normas de origem preferenciais e as demais regulamentações comerciais.
- 3) Manifestou-se que as normas de origem promovem um grau de integração dentro de um Acordo Regional maior daquele que já existia antes da celebração do mesmo, e é provável que se produza um desvio do mercado. Para beneficiar-se de um trato preferencial, as companhias compreendidas no âmbito dos Acordos Regionais tenderão a aumentar a utilização de fontes de abastecimento nacionais, consequentemente os provedores externos terão repercussões desfavoráveis nas oportunidades comerciais.
- 4) A necessidade de uma avaliação caso por caso das normas de origem preferenciais indicaria claramente se tais normas tinham efeitos restritivos do comércio para terceiros países²⁵⁸.

2.7 O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS)

A inclusão do GATS como tema comercial importante no âmbito multilateral foi na década de setenta os Estados Unidos queria a inclusão dos serviços nas negociações no âmbito do GATT, mas isto não foi possível porque os países em desenvolvimento não aceitaram a sua inclusão. A oposição para a inclusão se deve ao medo na exigência da abertura de seus mercados internos no setor de serviços em troca de maior acesso aos mercados de bens dos países desenvolvidos e seu respectivo domínio sobre o comércio internacional de serviços, excluindo assim aos países em desenvolvimento²⁵⁹.

Neste sentido, somente incluiu-se a negociação dos serviços na Rodada Uruguai, após sete anos criaram o GATS (General Agreement on Trade in Services), que têm princípios e regras acordadas no plano multilateral e juridicamente obrigatórias que regerão de modo flexível o comércio internacional de serviços, tendo por finalidade a sua liberalização progressiva. O GATS faz parte do quadro jurídico da OMC, e o Conselho de Comércio e Serviços está vinculado ao Conselho Geral da OMC²⁶⁰.

Geralmente o comércio de serviços é definido como um comércio que pratica-se através de quatro modos de subministro: 1) transfronteiriço (serviços subministrados desde o território de um Estado membro ao território de outro Estado-membro); 2) consumo no estrangeiro (serviços subministrados no território de um membro aos consumidores de outro); 3) presença comercial (subministro dado a qualquer tipo de estabelecimento comercial ou profissional de um Estado-membro a outro Estado-membro); e presença temporal de pessoas físicas (refere-se aos serviços subministrados por nacionais de um país no território de outro)²⁶¹.

O GATS possui 29 artigos e encontram-se, subdivididos: Preâmbulo; Parte I (Do alcance de definição); Parte II (Das obrigações e disciplinas gerais); Parte III (Dos compromissos específicos); Parte IV (Da liberalização progressiva); Parte V (Das disposições Institucionais); e Parte VI (Das disposições finais)²⁶².

²⁵⁸ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Comité de Acuerdos Comerciales Regionales*. WT/REG/W/37. Disponível em <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 mar. 2002.

²⁵⁹ MERCADANTE, Araminta de Azevedo. Comércio de serviços. In: BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis. Diploma Legal, 2000. p.108-110.

²⁶⁰ MERCADANTE, Araminta de Azevedo. Comércio de serviços. In: BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis. Diploma Legal, 2000. p.108-110.

²⁶¹ Note-se que o GATS não aplicável às medidas que afetem a pessoas físicas que tratem de aceder ao mercado de trabalho de um membro nem às medidas em matéria de cidadania, residência ou trabalho com caráter permanente.

²⁶² ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Regionalismo: las normas básicas sobre servicios*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 marz. 2002.

Dentre as principais obrigações assumidas no âmbito do GATS temos a cláusula de nação mais favorecida, que significa igualdade de tratamento para todos os serviços e prestadores de serviços dos Estados-membros participantes do GATS. Melhor dito, cada membro deverá conceder imediatamente e incondicionalmente os serviços e prestadores de serviços de qualquer Estado-membro, um tratamento não menos favorável do que aquele que foi concedido a serviços e prestadores de serviços similares de qualquer outro país. (Artigo II do GATS)²⁶³.

O presente Acordo não impedirá nenhum de seus membros de ser parte ou de celebrar um acordo que liberalize o comércio de serviços e não impedirá nenhum de seus membros ser parte de um acordo que estabeleça a plena integração, isto é, uma integração que conceda aos cidadãos partes no acordo o direito de livre acesso aos mercados de emprego das partes, incluindo medidas concernentes às condições de salário, outras condições de emprego e benefício sociais (Artigo V – Integração Econômica e Artigo V bis – Acordo de Integração de Trabalho)²⁶⁴.

O artigo V do Acordo Geral sobre Serviços (GATS) prevê a integração econômica dos acordos de serviços, este é uma exceção ao princípio de NMF, onde se tem consignado nas listas anexas do GATS exceções que outorgam a determinados países um tratamento diferenciado ou preferencial por um certo período. Mas a condição é que tenham uma cobertura setorial e substancial, estabelece-se a ausência ou a eliminação no essencial de toda discriminação entre as partes para a eliminação das medidas discriminatórias existentes, e/ou a proibição de novas medidas discriminatórias²⁶⁵.

A respeito do Comitê sobre Acordos Regionais de Comércio, ao analisar os parâmetros para determinar a compatibilidade de um acordo regional com o artigo V, aparecem opiniões diferentes a respeito do alcance da liberalização dentro do critério da “cobertura setorial substancial”, em particular sobre excluir-se um ou mais setores de uma integração econômica. Alguns membros assinalam dois posicionamentos:

- 1) Alega-se que o uso da expressão “números de setores”(Artigo V.1) não quer dizer que se referem que todos os territórios sejam abrangidos por um acordo regional para cumprir como o critério de “cobertura setorial substancial”.

²⁶³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: las normas básicas sobre servicios*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 mar. 2002.

²⁶⁴ MERCADANTE, Araminta de Azevedo. Comércio de serviços. In: BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis. Diploma Legal, 2000. p.108-110.

²⁶⁵ Artigo V do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços.

- 2) Outra perspectiva diferente é que a flexibilidade que outorga a palavra “substancial” não permite a exclusão de um setor de um acordo de integração econômica²⁶⁶.

Outras questões surgidas para a análise da compatibilidade pelos Comitês sobre Acordos Regionais de Comércio, sobre o parágrafo 2 do artigo V sobre a interpretação de “um processo mais amplo de integração econômica ou liberalização do comércio”, onde surgiram dois questionamentos a seu respeito:

- 1) A interpretação de “um processo mais amplo de integração econômica” podendo interpretar-se como um processo que implicaria na eliminação de obstáculos ao comércio, não só de serviços como também de mercadorias;
- 2) Sobre a compatibilidade de um acordo de integração econômica com o artigo V no parâmetro de “um processo mais amplo de integração econômica”, refere-se especificamente à redução dos obstáculos ao comércio entre as partes em um acordo de integração econômica²⁶⁷.

O parágrafo 3 estabelece a flexibilidade no que se refere à ausência ou à eliminação, no essencial, de toda discriminação. Além de permitir que os países em desenvolvimento concedam um trato mais favorável às empresas provedoras de serviços que sejam propriedade ou tenham sob controle de pessoas físicas das partes do dito acordo, sem prejuízo das obrigações estipuladas no parágrafo 6 (Artigo V.3)²⁶⁸.

Na verdade, a finalidade deste artigo é alcançar um regime normativo mais aberto para os serviços, neste sentido os governos tem consolidado compromissos de liberalização nas listas de compromissos específicos²⁶⁹.

Neste sentido, segundo o nível de integração ou liberalização dos serviços dos países que mantêm relações comerciais, os membros da OMC podem solicitar aos acordos de integração regional (em matéria de comércio de serviços novos ou existentes), que apliquem o artigo V do GATS, titulado Integração Econômica, equivalente aos serviços do artigo XXIV do Acordo Geral e aos países em desenvolvimento, a cláusula de

²⁶⁶ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Comité de Acuerdos Comerciales Regionales*. WT/REG/W/37. Disponível em <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 mar. 2002.

²⁶⁷ ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. *Comité de Acuerdos Comerciales Regionales*. WT/REG/W/37. Disponível em <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 mar. 2002.

²⁶⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: las normas básicas sobre servicios*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 mar. 2002.

²⁶⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: las normas básicas sobre servicios*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 mar. 2002.

habilitação. Além dos acordos que prevêem a plena integração dos mercados de trabalho também podem ficar excetuados das obrigações NMF²⁷⁰.

Pode-se dizer que, no artigo V fica esclarecido que os provedores de serviços de um membro da OMC seja de terceiros à respeito do acordo e que realize operações comerciais substantivas antes da assinatura do acordo de integração regional no território de uma de suas partes, terão direito ao trato concedido em virtude do acordo²⁷¹.

O parágrafo 7 estipula as modificações substanciais que deverão ser notificadas ao Conselho do Comércio de Serviços toda a ampliação ou modificação significativa do mesmo, Além do mais, deverá facilitar ao Conselho toda informação pertinente que venha pedir. O Conselho poderá estabelecer um grupo de trabalho para analisar tal acordo ou a ampliação ou modificação do mesmo (Artigo V.7)²⁷².

Na verdade, o parágrafo 7 contém alguns dos requisitos destinados para garantir a transparência dos acordos propostos. No entanto, os acordos provisórios deverão informar periodicamente sobre a sua aplicação, onde também se poderá estabelecer um grupo de trabalho para a análise de ditos informes, os quais poderão servir para a formulação de recomendações que estimem apropriados aos membros dos mencionados acordos²⁷³.

Finalmente, o parágrafo 8 proíbe a compensação de um membro que seja parte do acordo pelos benefícios comerciais que possam resultar de tal acordo para qualquer membro (Artigo V.8)²⁷⁴.

²⁷⁰ MERCADANTE, Araminta de Azevedo. Comércio de serviços. In: BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis. Diploma Legal, 2000. p.108-110.

²⁷¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: las normas básicas sobre servicios*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 marz. 2002.

²⁷² ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: las normas básicas sobre servicios*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 marz. 2002.

²⁷³ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: las normas básicas sobre servicios*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 marz. 2002.

²⁷⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. *Regionalismo: las normas básicas sobre servicios*. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 marz. 2002.

CAPÍTULO III: REGIONALISMO E MULTILATERALISMO.

Dando seqüência ao segundo capítulo, depois de ter analisado o artigo XXIV, analisaremos uma parte da teoria da integração econômica, especificamente da união aduaneira, assim como possíveis efeitos que causam as uniões aduaneiras no comércio internacional através da teoria econômica.

Pode-se dizer que, a teoria pura ou ortodoxa das uniões aduaneiras origina-se na obra de Viner²⁷⁵, quem demonstrou sob certos aspectos, que o movimento da união aduaneira não necessariamente é um movimento na mesma direção do livre comércio, ou seja, do ponto de vista do bem-estar mundial uma união aduaneira poderia ter efeitos benéficos (criação do comércio) como adversos (deslocamento do comércio).

Em matéria de comércio internacional, existem dois processos paralelos, por um lado, o Sistema Multilateral de comércio e por outro lado, os Acordos Regionais.

O Sistema Multilateral de Comércio está crescendo cada vez mais, com o número de membros. A Rússia está em processo de análise para ser incluído no sistema, no entanto, a maioria dos membros pertence a uma forma de integração econômica regional.

Além disso, temos que considerar que a União Européia, o NAFTA e a ASEAN são integrações de grande escala, o primeiro aprofunda a integração, chegando na atualidade a ser uma união econômica, além do mais, temos que lembrar que sua integração deve-se à hipótese de um possível conflito entre a Alemanha e a França.

²⁷⁵ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p.41-44.

No entanto, temos outros tipos de integração, como Mercosul, Pacto Andino, ALADI que apresentam dinâmica regional, mas mesmo assim, os fundadores do GATT não tiveram outra saída para estabelecer a exceção ao princípio de não-discriminação, uma vez que, naquela época, existiam outras formas de integração.

Não se pode tomar como referência somente à União Européia²⁷⁶ para generalizar os demais acordos regionais, pois alguns deles não cumpriram os prazos estabelecidos nos Tratados de Constituição de um Organismo Regional.

3.1 Teoria da União Aduaneira

Shaposnik faz uma análise da teoria da integração, onde vê as causas da crise da integração, isto é, as forças externas que influenciaram à integração latino-americana para chegar a tal crise, e assinala as vantagens da integração latino-americana para neutralizar, o poder econômico político das corporações transnacionais e dos grupos oligárquicos internos que tem impedido o desenvolvimento. Dita integração faria a inserção dos países membros em melhores condições no âmbito internacional²⁷⁷.

A integração é o processo de unificação de uma sociedade que trata de transformar ou adequar seu sistema econômico, político e cultural para fazer frente às novas necessidades sociais. Porém, integrar uma sociedade não consiste só em suprir as barreiras afetadas mas também, desenvolver as solidariedades que as unem²⁷⁸.

A teoria da integração econômica insere-se no âmbito da teoria das tarifas alfandegárias que se ocupa dos efeitos discriminatórios das barreiras comerciais sobre bases geográficas. No entanto, estudiosos desta teoria tem se limitado sobre tudo a um estudo dos efeitos das uniões aduaneiras sobre o bem-estar²⁷⁹.

Viner demonstrou que o seguinte argumento é incorreto “...O livre comércio eleva ao máximo o bem-estar mundial; uma união aduaneira diminuiu as tarifas alfandegárias e constitui portanto um movimento em direção ao livre comércio, em

²⁷⁶A União Européia através do Tratado de Maastrich estabeleceu a União econômica e monetária, ou seja, um aprofundamento da integração.

²⁷⁷SCHAPOSNIK, Eduardo C. *As teorias da integração e o mercosul: estratégias*. Florianópolis: UFSC, 1997. 250p.

²⁷⁸Gustavo Lagos In: SCHAPOSNIK, Eduardo C. *As teorias da integração e o mercosul: estratégias*. Florianópolis: UFSC, 1997, p. 190.

²⁷⁹Gustavo Lagos In: SCHAPOSNIK, Eduardo C. *As teorias da integração e o mercosul: estratégias*. Florianópolis: UFSC, 1997, p. 190.

consequência, uma união aduaneira aumentará o bem-estar mundial ainda quando não conduza a um máximo de tal bem-estar...”²⁸⁰

Na verdade a integração econômica é uma parte da teoria do comércio internacional, onde se ocupa dos agrupamentos de mercados, mas esta teoria tem se desenvolvido considerando a análise de diversas consequências das uniões aduaneiras. É evidente que os agrupamentos de mercados podem ser de várias formas como zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e união total.

Na verdade, a teoria da união aduaneira pode definir-se como a área da teoria alfandegária que se ocupa nos efeitos dos câmbios discriminatórios das barreiras comerciais sobre as bases geográficas. Dita teoria pode derivar de várias fontes: a especialização da produção de acordo com a vantagem comparativa, que contribui no argumento clássico dos benefícios do comércio internacional; as economias de escala; as variações dos termos de intercâmbio; as mudanças forçadas no sentido da eficiência devidos à maior competência estrangeira; uma modificação da tarifa de crescimento econômico²⁸¹.

Neste sentido, Viner assinalava que uma união aduaneira terá mais probabilidades de funcionar na direção do livre comércio, realizando avaliações em termos de sua consequência a área da união aduaneira somente ou para o mundo em conjunto:

a) Quanto maior for a área econômica da união aduaneira e por tanto o margem potencial para a divisão interna do trabalho²⁸²;

b) Quanto menor for o nível médio das tarifas alfandegárias sobre as importações provenientes do resto do mundo em comparação com o nível que prevaleceria ausente na união aduaneira;

c) Quanto maior for a correspondência da classe de produtos das indústrias de custos altos entre as diversas partes da união aduaneira protegidas por tarifas alfandegárias em ambos países membros antes do estabelecimento da união aduaneira, quer dizer que,

²⁸⁰LIPSEY, R. G. and LANCASTER, K.J. *The general theory of second best*, Review of Economic Studies, vol.XXIV(1), num. 63, 1956-1957. p.34.

²⁸¹VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p. 41.

²⁸²A divisão internacional de trabalho não é só o de permitir a importação de bens que não possam se produzir em um lugar, senão o de permitir que os recursos do lugar se dediquem totalmente à produção dos bens em que resultem aptos, enquanto o resto se obtém em outras partes. ROBBINS, Lionel. *Economic planning and international order*. Londres: Macmillan. 1937, p.120-122.

quanto menor for o grau de competitividade ou maior o grau de rivalidade dos países membros à respeito das indústrias protegidas antes da união aduaneira;

d) Quanto maiores forem as diferenças nos custos unitários das indústrias protegidas do mesmo tipo nas diversas partes da união aduaneira e, por isso, enquanto maiores sejam as economias que possam derivar-se do livre comércio no que toca a estas indústrias dentro do área da união aduaneira;

e) Quanto maior for o nível das tarifas alfandegárias nos mercados de exportação potenciais fora da área da união aduaneira em condições de livre comércio e, por tanto, quanto menor for o prejuízo resultante da redução do grau de especialização na produção entre o área da união aduaneira e o resto do mundo;

f) Quanto maior for o conjunto de indústrias protegidas para que haja um alargamento do mercado se traduzirá em custos unitários menores que da possível importação dos bens correspondentes provenientes do resto do mundo;

g) Quanto menor seja o conjunto de indústrias protegidas para as que um alargamento do mercado não se traduzem em custos unitários menores que da possível importação dos bens correspondentes provenientes do resto do mundo e que sem embargo poderiam expandir-se sob a união aduaneira²⁸³.

Neste sentido, para o livre comércio as uniões aduaneiras não são boas ou más, os fatores supra citados são os determinantes. Por outro lado, uma união aduaneira universal seria o equivalente ao livre comércio universal²⁸⁴.

A medida que a integração econômica seja parcial, ou seja, entre um grupo limitado de países, introduz-se um elemento de discriminação nas concessões que se efetuam, eliminam-se as travas comerciais ou se unificam as políticas econômicas entre os países membros, mas não ao resto do mundo. Este duplo aspecto do avanço em portas fechadas (integração fechada) em direção a integração e sua correlativa emergência de discriminações frente aos países não membros surgem uns dos debates chaves da integração²⁸⁵.

Neste sentido, a distinção do regionalismo feitas com uma política comercial exterior aberta e os blocos fechados ou estratégico para obter ganhos às custas de outros,

²⁸³ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p. 41.

²⁸⁴ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p. 41.

²⁸⁵ TUGORES QUES, Juan. *Economia internacional e integración económica*. 2 ed. Madrid: McGraw-Hill, 1997. p.142.

se os atuais blocos no mundo se degeneram em blocos estratégicos, isso seria um caso em prejuízo dos terceiros países.

Por outro lado, a integração regional serve como estágio para confrontar os desafios da globalização, onde os países fortalecem-se para ter uma melhor participação no âmbito internacional, o artigo XXIV do GATT, estabelece os requisitos que devem ser cumpridos para evitar a discriminação frente a terceiros países.

3.1.1 Exemplo empírico²⁸⁶ de uma união aduaneira

Para formar uma união aduaneira é necessário a mudança de padrões tarifários entre os países que formam a união, bem como entre os países membros da união e o mundo exterior. Analisaremos os efeitos das mudanças tarifárias sobre o volume de comércio e os preços e tentaremos indicar quais mudanças no bem-estar econômico podem ser esperadas à luz das políticas visadas.

Em nossa suposta análise, que existem apenas três países: Colômbia, Venezuela (os países que conformam uma união aduaneira) e Brasil representará o mundo exterior. Suponhamos também que as curvas da oferta e da procura venezuelana por Café, O_c e P_c , tenham forma indicada no quadro 1, e para que o Café possa ser produzido tanto na Colômbia como no Brasil, sobre condições de custos constantes. As curvas para estes dois países são denominados O_c e O_b . Os preços relevantes para o café (em termos de Cacau) também são dados na tabela 1. A tarifa venezuelana em relação ao mundo exterior é considerada 50%.

Pode-se dizer que, antes da conformação da união aduaneira entre Colômbia e Venezuela, temos a seguinte situação: na ausência de quaisquer importações, o preço do café na Venezuela é 180 unidades de cacau. Este preço é indicado pela interseção entre as curvas de oferta e procura venezuelana por cacau. Mas o preço do café nunca chegará a este nível na Venezuela, porque os venezuelanos podem adquirir café do produtor estrangeiro mais barato, neste caso o Brasil, e após o pagamento da tarifa são capazes de obter cada saco de café por 120 unidades.

²⁸⁶ Exemplo baseado nas teorias da união aduaneira de Jacob Viner (1950).

Então, os produtores venezuelanos fornecerão 30 sacos de café, porque até na quantidade remanescente, neste caso 60 sacos, será importada do Brasil. A curva de oferta efetiva da formação da união aduaneira é, por tanto, a reta em negrito no quadro 1.

Após terem formado uma união aduaneira, a Colômbia e a Venezuela, entre estes dois países são eliminados as tarifas alfandegárias, embora a tarifa face ao mundo exterior permaneça no nível, usual digamos, 50%. Agora é possível aos residentes venezuelanos adquirir seu café na Colômbia por 100 unidades, 20 unidades mais barato que o preço brasileiro, que ainda inclui a carga tarifária.

Com o barateamento do café importado, uma maior quantidade do mesmo será adquirida. A indústria venezuelana de café reduzirá sua produção para 20 sacos, e os venezuelanos comprarão 80 sacos de café adicionais da Colômbia. As importações aumentam de 60 para 80 sacos.

Este aumento nas importações resulta de um movimento para uma posição de comércio mais livre daquele que prevalecia antes da abolição da tarifa colombiana-venezuelana. Referimo-nos a esta expansão de comércio entre os países como efeito criador de comércio da união aduaneira. O efeito criador de comércio deve-se ao efeito produtivo, efeito consumo.

Cabe-se assinalar que, a criação de comércio devida à produção ocorre porque antes da formação da união o preço do café brasileiro, incluindo a tarifa, era de 120, e as manufaturarias venezuelanas podiam produzir até 30 sacos (ponto A na curva de oferta) a um preço inferior a isto. Depois que o café estrangeiro se torna disponível aos venezuelanos ao preço de 100, os manufaturarias venezuelanos podem produzir apenas 20 sacos a um preço inferior a este (ponto C na curva da oferta). Consequentemente, a quantidade CD (igual a 10 sacos) será fornecida por fontes externas, levando a um maior comércio internacional, havendo assim criação de comércio.

Neste caso há um ganho de bem-estar para os residentes venezuelanos envolvidos neste processo. O custo dos recursos para produzir a quantidade CD de café é igual à área sob a curva de oferta venezuelana, AJIC. Quando os sacos são importados da Colômbia em vez de serem produzidos internamente, os venezuelanos precisam pagar 100 unidades por saco. O custo total para a Venezuela é de DJIC. A diferença entre os custos para os produtores venezuelanos e o custo de importação constitui uma poupança líquida aos residentes venezuelanos igual ao triângulo sombreado ADC. Esta poupança líquida para

os residentes venezuelanos igual ao triângulo sombreado ADC. Esta poupança líquida pode ser interpretada como um aumento no bem-estar econômico devido aos efeitos criadores do comércio da união aduaneira.

Similar aos ganhos de bem-estar resultantes da poupança no custo de produção existe um ganho de bem-estar no lado do consumo devido à criação de comércio. O consumo de café na Venezuela expande-se de 90 para 100 sacos com a diminuição no preço de café que se segue à formação da união aduaneira. A utilidade total obtida pelos residentes venezuelanos do custo adicional pode ser estimada pela área sob curva de procura, BFLK. Mas os venezuelanos precisam pagar uma quantidade igual a apenas FLKE pelos 10 sacos adicionais de café, e experimentam um ganho de bem-estar igual ao triângulo sombreado BFE.

Finalmente, pode-se dizer que, os ganhos totais de bem-estar provenientes da criação de comércio após a formação da união aduaneira, são o resultado dos efeitos consumo e produção. A magnitude destes efeitos de bem-estar depende principalmente das seguintes variáveis : a) a magnitude da tarifa pré-união, b) a inclinação da curva de oferta e c) a inclinação da curva de procura. Se a tarifa pré-união for maior, os ganhos de bem-estar da abolição da tarifa tenderão a ser mais elevados. Na figura podemos observar isto como uma separação maior entre o preço de oferta da Colômbia. Os triângulos ADC e BFE que mostram, que os venezuelanos forem menos inclinadas. Para estabelecer este ponto, precisamos lembrar que a diferença entre as curvas de oferta brasileira e colombiana é dada, fixando desta forma as distâncias entre AD e BE. Quanto menos inclinadas as curvas de oferta e procura venezuelanas, maiores as distâncias CD e EF, e maior a área dos triângulos .

A união aduaneira pode conseguir assegurar todo o mercado da união para o país-membro. Contudo, freqüentemente pode ser válido que o país-membro não seja o produtor mundial mais eficiente do bem. Este é o caso do exemplo apresentado aqui, onde o Brasil é um produtor com custo mais baixo. Somente porque a Colômbia está dentro da união e os produtos do Brasil são discriminados por uma tarifa, é possível que a Colômbia obtenha o mercado da união.

Após a formação da união, a Venezuela não mais compra do produtor mais eficiente dentro do mundo, mas simplesmente do produtor mais eficiente dentro da

união, neste caso a Colômbia. A consequência disto é o deslocamento do comércio do produtor de custo baixo para o produtor de custo alto.

Em vez de importar 60 sacos de café (no quadro 1 igual AB, DE ou GH) do Brasil, a Venezuela importará 80 sacos de café da Colômbia. Vimos anteriormente que os 20 sacos de café adicionais de importação de café são devidos à criação de comércio, dos quais foram analisados os efeitos de bem-estar naquele momento. Aqui focalizaremos nossa atenção nos 60 fardos que foram anteriormente importados do Brasil e são agora importados da Colômbia.

Ao importar os 60 sacos de café da Colômbia, o Brasil pagava um preço de 80 unidades de trigo por fardo de algodão aos exportadores brasileiros. Os pagamentos totais eram iguais à área GHKL. Os consumidores venezuelanos precisavam pagar adicionalmente uma tarifa de 50% (igual à área ABHG), que tornava os pagamentos totais efetuados pelos consumidores venezuelanos os proventos das tarifas se destinavam aos coletores de impostos aduaneiros venezuelanos, representando desta forma, simplesmente uma redistribuição da renda dentro da Venezuela. Vital para nossos propósitos é que os venezuelanos precisem pagar à fonte exterior, no Brasil, um total de GHKL.

Após a formação da união aduaneira, os residentes da Venezuela precisam pagar aos exportadores colombianos um total igual a DEKJ pela mesma quantidade de café. Neste sentido, os pagamentos para os produtos aumentaram o equivalente a DEHC, que é apresentado pela área hachurada no quadro 1. O café não é mais fornecido pelo produtor mundial mais eficiente, mas sim pelo produtor mais eficiente da união.

Como a formação da união é responsável pela transferencia do produtor mundial de custo mais baixo dentro da união, podemos dizer que haverá prejuízos de bem-estar, devido aos efeitos divergentes do comércio da união aduaneira. A magnitude dos prejuízos é apresentada pelo tamanho do retângulo DEHG.

O efeito bem-estar líquido de uma união econômica é a diferença entre seus efeitos criadores de comércio e de deslocamento do comércio.

Pode-se dizer que, na análise anterior pode ser estendida no caso de curvas de oferta que são menos flexíveis. Neste caso, geralmente a tarifa não é paga exclusivamente pelo país importador, mas recai parcialmente sobre o país exportador. Os ganhos e perdas

de bem-estar não mais podem ser estimados comparando-se simples triângulos, e a geometria torna-se envolvida.

Finalmente, cabe-se assinalar que, as implicações políticas de nossa análise da formação da união aduaneira até agora são bastante claras: embora seja possível que os ganhos do bem-estar devidos à criação de comércio, também é possível que o inverso seja válido. Neste sentido, a formação de uma união aduaneira não só levará a um aperfeiçoamento no bem-estar econômico. Este fato é claramente atestado pelo comportamento observável dos países. Alguns países tentam formar uniões aduaneiras porque os ganhos esperados são maiores que as perdas esperadas, e outros de assim fazê-los pelos motivos opostos.

Outros ganhos da união, o tamanho do mercado é alargado em forma considerável, e com isto as oportunidades de produção em larga escala e métodos de distribuição. Ao mesmo tempo, os monopólios existentes podem ser enfrentados pela concorrência externa mais intensiva dos produtores localizados nos países membros. Também as firmas estabelecidas em um mercado seguro precisarão repentinamente defender sua posição de mercado em relação aos novos concorrentes. A eficiência reforçada nas indústrias envolvidas pode ser um importante subproduto da formação da união, assim como também, o fortalecimento a nível internacional.

Tabela 1:

País Produtor	Colômbia	Brasil
Preço do produtor de café (em termos de cacau)	100	80
Tarifa venezuelana (50%)	50	40
Preço venezuelano incluído a tarifa	150	120

3.2 Criação de Comércio

A criação de comércio é o mecanismo de ampliação das transações comerciais entre os países membros de uma união aduaneira, a partir da unificação dos preços dos produtos na região após a queda das barreiras tarifárias. Isto é, os produtores domésticos menos eficientes em cada país membro são preferidos em favor de produtores mais eficientes em outros países membros.

Neste sentido, poderemos definir a criação do comércio como o mecanismo de ampliação das transações comerciais entre os países membros de uma união aduaneira, a

partir da unificação dos preços dos produtos na região após a queda das barreiras tarifárias. Em outros termos, os produtores domésticos menos eficientes em cada país membro são preteridos em favor de produtores mais eficientes em outros países membros.

Embora a criação de comércio em decorrência das reduções tarifárias fosse o principal objetivo da integração, que era vista como uma forma de ampliar a escala de produção para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que não era possível de ser implementada no espaço econômico de cada país isoladamente. Neste sentido a estratégia da integração foi bem sucedida na Europa e fracassada na América Latina, ao contrário, as tentativas de integração econômica que se iniciaram aproximadamente na mesma época do processo de integração europeu, foram incapazes, até meados da década de 1980, de criar um modelo estável para a formação de uma simples área de livre comércio²⁸⁷.

Pode-se dizer que, a criação de comércio é a substituição de uma fonte nacional de abastecimento, mais cara, de um ou mais países participantes por outra fonte de abastecimento, mais barata, de um país associado²⁸⁸.

3.3 Desvio de Comércio

O desvio de comércio é aquele mecanismo de redução do comércio com os países não membros da união aduaneira, em benefício do aumento de comércio intra-regional. Isto é, produtos importados de fora da região passam a ser preteríveis por produtos produzidos na região, em função da estrutura tarifária externa comum e da liberalização intra-regional.

No entanto, o desvio de comércio é o mecanismo de redução do comércio com os países não membros da união aduaneira, em benefício do aumento do comércio intra-regional. Quer dizer que, os produtos importados de fora da região passam a ser preteríveis por produtos produzidos na região em função de estrutura da tarifa externa comum e da liberalização intra-regional²⁸⁹.

Os países em desenvolvimento através da integração regional como alternativa para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento que seria irrealizável nas dimensões de

²⁸⁷ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p. 41.

²⁸⁸ GONÇALVES, Renato. *Economia Internacional*. uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 70-104. ISBN 85-352-0257-9.

pequenas economias periféricas. Isto foi uma das razões que levaram Prebisch e os economistas da CEPAL a defender a necessidade da integração das economias latino-americanas²⁹⁰.

Neste sentido, o deslocamento de comércio é a substituição de uma fonte de abastecimento mais barato, de terceiros países que outra fonte de abastecimento, mais caro de um país associado, em consequência da supressão da tarifa alfandegária aos países associados. A criação de comércio faz que os intercâmbios se baseiem mais na vantagem comparativa, sendo que, o deslocamento de comércio faz o contrário²⁹¹.

3.4 Efeitos da Integração Regional no Comércio e nos Investimentos

Pode-se dizer que, uma preocupação a saber é, se um acordo de integração regional desvia as oportunidades de investimentos internacionais em direção aos países membros? A análise tradicional considera que os fatores de produção se vêm retidos dentro das fronteiras nacionais e que a liberalização do comércio conduz a reajustes dentro de cada país. Os progressos da liberalização das oportunidades de investimentos internacionais das capitais fazem que este suposto de imobilidade dos fatores sejam muito menos realista e, em alguns casos, totalmente inadequado. Assim, pode haver desvio dos investimentos, quer dizer que, uma reordenação dos investimentos estrangeiros em direção da zona, em favor das oportunidades de investimentos estrangeiros em direção à terceiros países²⁹².

As repercussões que um acordo de integração exerce sobre as exportações de terceiros países e sobre as oportunidades de investimentos estrangeiros vêm determinadas ou condicionadas em grande medida pelas políticas comerciais que adotem os governos membros, tanto inicialmente, como durante a vigência do acordo.

Os terceiros países podem e devem tentar compensar qualquer redução do acesso aos mercados dos países membros de um acordo, associando-se ao acordo; persuadindo a outros terceiros países na conformação de novos acordos ou promovendo

²⁸⁹ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p. 41.

²⁹⁰ GONÇALVES, Renato. *Economia Internacional*. uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 70-104. ISBN 85-352-0257-9.

²⁹¹ GONÇALVES, Renato. *Economia Internacional*. uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 70-104. ISBN 85-352-0257-9.

²⁹² GONÇALVES, Renato. *Economia Internacional*. uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 70-104. ISBN 85-352-0257-9.

reduções multilaterais dos obstáculos ao comércio para fazer com que diminua a margem de discriminação.

3.4.1 Efeitos da Integração Econômica no Comércio

Viner acreditava que a criação de comércio beneficiava os países membros interessados, no entanto, o desvio de comércio prejudica pelo menos os membros que pagam um custo (excluindo a tarifa alfandegária) mais elevados pelos bens importados²⁹³.

Tem demonstrado-se que a liberalização de comércio regional, ainda que seja acompanhada de desvio de comércio, pode beneficiar o país importador.

Nota-se que, o desvio de comércio reduz as exportações enviadas aos terceiros países membros do acordo de integração regional, e é mais provável que se produza quando é substancial a margem de preferência outorgado aos países membros.

Naturalmente, não se pode descartar a possibilidade de que alguns terceiros países possam resultar perdedores quando leva em consideração todos os efeitos que o acordo de integração regional exerce sobre seu comércio. No entanto a importância atribuída ao desvio de comércio por Viner não teve consideração a outros efeitos em terceiros países, o que criava, segundo pode manter-se, um lado pessimista nas perspectivas previstas enquanto que as repercussões dos acordos de integração regional sobre terceiros países²⁹⁴.

Todo aumento do preço de um produto de exportação beneficia em geral a terceiros países, contrário sensu, todo aumento do preço de importação na maioria das vezes prejudica a ele.

A totalidade dos terceiros países não ganharam nem perderam com a formação de uma união aduaneira se o acordo exerce o efeito de manter invariável o volume dos bens e serviços comercializados entre cada um dos terceiros países e os países membros. Pode-se dizer que, nas condições gerais, tem um conjunto de impostos alfandegários

²⁹³ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p. 41.

²⁹⁴ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMERCIO. *Regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Genebra: Secretaria da OMC, 1995. p. 49-63. ISBN 92-870-3101-0.

exteriores comuns, em geral, um conjunto de políticas comerciais exteriores comuns que garantem o cumprimento desta condição²⁹⁵.

Quando se trata de uma zona de livre comércio, não existe tarifa alfandegária comum nem políticas econômicas comuns, mas pode fazer-se um reajuste equivalente a cada uns dos impostos alfandegários dos membros para preservar as correntes comerciais entre os terceiros países e a zona. Dito reajuste exigirá uma baixa dos impostos alfandegários (comuns) no caso de não fazer-se, os membros reduzirem suas importações procedentes de terceiros países. No caso de não fazer-se o reajuste, alguns dos terceiros países ganharam e outros perderam, os impostos alfandegários se ajustarão em alguns casos à subida e em outros à queda²⁹⁶.

Pode-se dizer que os efeitos no estabelecimento de um acordo de integração regional exerce sobre o bem-estar de terceiros países dependerá das circunstâncias particulares (como o conjunto dos produtos de exportação e importação, e se o acordo de integração regional estimula o crescimento nos países membros), o qual e somente poderá avaliar-se caso por caso.

3.4.2 Efeitos da Integração Econômica nos Investimentos

Ao constituir-se uma integração regional as preferências alteram os incentivos das empresas localizadas dentro e fora da zona de livre comércio, que vai influenciar nos investimentos diretos, sempre e quando esta integração não varie a regulamentação dos investimentos.

Neste sentido, a criação de uma união aduaneira a zona de livre comércio aumenta além de várias outras maneiras, os investimentos estrangeiros diretos que chegam do exterior, a vantagem do estabelecimento nos países membros.

Os investimentos de terceiros países dentro da união ou zona de livre comércio servem para captar o mercado da integração, quando as empresas radicadas em terceiros países terão o incentivo de estabelecer novas instalações de produção em um país membro e servir aos outros membros do acordo de integração regional com exportações interiores à zona.

²⁹⁵ KEMP, M. C.; WAN, H. *An Elementary Proposition Concerning the formation of customs unions*. International Economic Review. 1976. p.20-40.

Nota-se que, se as empresas estrangeiras são mais eficientes que as nacionais, os investimentos estrangeiros diretos compensarão em certas medidas qualquer prejuízo de bem-estar relacionada com a diminuição das importações, resultante de uma maior discriminação contra as importações procedentes de terceiros países²⁹⁷.

Neste sentido, os efeitos da liberalização no interior da zona de livre comércio exercerá sobre o crescimento das rendas *percapita* e farão que aumentem o incentivo para o fluxo de investimentos estrangeiros diretos, na medida em que esse crescimento de renda induz às empresas a prevenir um crescimento do mercado e talvez ulteriores reduções de seus custos unitários. Além do mais, se a conformação de uma união aduaneira implica que as medidas não alfandegárias, discriminam em favor das empresas nacionais se convertem em preferências de âmbito regional, aumentará ainda mais a vantagem de estabelecer-se no interior da união²⁹⁸.

Na medida em que o aumento dos investimentos não seja financiado mediante uma tarifa mais elevada de poupança na zona de livre comércio ou em outras partes, tem que desviar os investimentos estrangeiros diretos fazendo que abandonem um ou mais destinos fora da zona de acordo da integração regional²⁹⁹.

3.5 A liberalização através dos acordos regionais e através da OMC.

Os acordos de integração comercial o aplicados plenamente, eliminam impostos alfandegários principalmente no que refere-se em seus intercâmbios comerciais. Uma vez que, se procura a eliminação dos obstáculos ao comércio.

As reduções das tarifas alfandegárias NMF levam ao desaparecimento grande parte do incentivo para obter um acesso preferencial aos mercados dos países desenvolvidos. Na verdade as tarifas alfandegárias altas são impostas aos produtos têxteis e aos vestuários, para os quais os obstáculos efetivos tem sido as restrições aplicadas no marco do Acordo Multilateral de fibras, e a respeito dos quais a maioria dos países

²⁹⁶ KEMP, M. C.; WAN, H. *An Elementary Proposition Concerning the formation of customs unions*. International Economic Review. 1976. p.20-40.

²⁹⁷ FIZGERALD, E. V. *The potential Impact of NAFTA on the Latin American Economy*, Queen Elizabeth House, Development Studies Working Paper n° 68, 1994, p.53

²⁹⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMERCIO. *Regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Genebra: Secretaria da OMC, 1995. p. 49-63. ISBN 92-870-3101-0.

²⁹⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMERCIO. *Regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Genebra: Secretaria da OMC, 1995. p. 49-63. ISBN 92-870-3101-0.

desenvolvidos membros dos acordos de integração regional tem acordado sobre acordos especiais com seus interlocutores em desenvolvimento³⁰⁰.

No entanto, os impostos alfandegários não constituem obstáculos significativos ao comércio entre os países desenvolvidos, seguem tendo importância nos países em desenvolvimento. Por diversas razões, nem os acordos de integração regional nem as iniciativas multilaterais tem tido êxito no logro de compromissos de consolidação ou de redução importantes anterior à Rodada Uruguai.

Em virtude do Acordo sobre a OMC, os países em desenvolvimento tem contraído amplos compromissos de consolidação, principalmente os países da Ásia e América Latina, e agora 61% das importações dos países em desenvolvimento está sujeita a consolidações

No que diz respeito às medidas não alfandegárias, tanto o comércio mundial e o regionalismo tem se consagrado cada vez mais nas medidas não alfandegárias. Geralmente os impostos alfandegários se apoiam em uma grande série de regulamentações que abrangem todos aos demais aspectos do regime aplicável a os produtos importados.

Os acordos concordados na Rodada Uruguai abrangem medidas não alfandegárias que são inerentes a quase todos os regimes comerciais, tais como valorização das aduanas, regulamentações sanitárias e fitosanitárias ou normas técnicas, enquanto que outras são puramente optativas, como licenças de importação, salvaguarda ou medidas compensatórias e antidumping. Na verdade o objetivo tem sido estabelecer diretrizes para a aplicação de medidas não alfandegárias, que incluem transparência, previsibilidade e garantias de procedimento para os exportadores³⁰¹.

A Rodada Uruguai tem atingido através de seus acordos um alcance mundial nas medidas não alfandegárias mais extensas em relação à Rodada Tóquio, uma vez que, estes acordos não adquiriram alcance multilateral pois muitos países em desenvolvimento optaram por não aceitar nenhum ou somente alguns deles. Isto deve-se, ao critério adotado

³⁰⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMERCIO. *Regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. p. 49-63. ISBN 92-870-3101-0.

³⁰¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMERCIO. *Regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. p. 49-63. ISBN 92-870-3101-0.

na Rodada Uruguai todo único, garantindo assim a estes instrumentos um alcance multilateral mais que plurilateral³⁰².

3.6 O Regionalismo e o Multilateralismo

O regionalismo no sentido de conformação de blocos econômicos regionais através dos processos de integração regional é regulado pelo Artigo XXIV do GATT/OMC. As estimativas dos efeitos diretos que os acordos exercem sobre as importações de terceiros países variam em função do acordo com o bloco que se examinado e da metodologia a empregar-se. É evidente que não se poderia generalizar o conjunto de blocos econômicos só tomando em consideração alguns deles, quando cada um deles têm regulamentações de conformação diferente que outros blocos econômicos, mas é claro que, um importante enviesado por defeito em muitos exames é que não se encontra a repercussão que o aumento do ritmo de crescimento econômico nos membros dos acordos de integração regional exerce sobre a sua demanda de importações procedentes de terceiros países³⁰³.

Um dos objetivos importantes da OMC é obter a redução substancial dos impostos alfandegários, dos impostos aduaneiros e dos obstáculos ao comércio.

Tanto o regionalismo como o multilateralismo compartilham o mesmo objetivo. No entanto que, a diferença poderia radicar nas ambições regionais que são maiores que as multilaterais.

Estes dois processos paralelos; o primeiro a proliferação de acordos regionais e a importância do sistema multilateral. O segundo vem crescendo pelo número de membros, como também aqueles que estão querendo sua inclusão. No entanto, vêm-se assinando numerosos acordos regionais, alguns deles de grande escala regional como a União Européia e o NAFTA, outros apresentam dinâmicas regional; o MERCOSUL, o PACTO ANDINO, a ASEAN e a EFTA. Existem também, associações mistas como o Mercosul e a U.E³⁰⁴.

³⁰² KEMP, M. C.; WAN, H. *An Elementary Proposition Concerning the formation of customs unions*. International Economic Review. 1976. p.20-40.

³⁰³ LAFER, Celso. A omc face à globalização e à regionalização. V.6, nº 2, setembro –1997. Política Externa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/unir/webunir/BILA/08/integrac/inter1.htm>> Acesso em: 15 mar. 2002.

³⁰⁴ LAFER, Celso. A omc face à globalização e à regionalização. V.6, nº 2, setembro –1997. Política Externa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/unir/webunir/BILA/08/integrac/inter1.htm>> Acesso em: 15 mar. 2002.

No entanto, com a proliferação dos acordos, tornam-se preocupação de terceiros países e estudiosos, que acham que é uma forma de solapar os esforços multilaterais tais o caso do Bhagwati.

Os países que conformam a U.E e o MERCOSUL lembram que o processo de regionalização deve ser visto como um processo complementar ao Sistema Multilateral de Comércio³⁰⁵.

Pode-se dizer que, a OMC dispõe com o arcabouço jurídico para o exame das relações entre o multilateralismo e a integração regional, mas limita-se basicamente na análise dos aspetos comerciais dessa realidade econômica complexa.

As políticas de integração econômica podem ser positivas ou negativas. As medidas negativas são remoção de barreiras ao comércio internacional ou as restrições ao processo de liberalização comercial. As políticas positivas de integração são as modificações dos instrumentos existentes e a criação de instituições para permitir o aprofundamento da unificação dos mercados e seu efetivo funcionamento.

Pode-se dizer que, a teoria da integração econômica conta com duas vertentes teóricas: 1) baseada em conceitos tradicionais da teoria pura do comércio internacional, que baseia-se no conceito de vantagens comparativas estática de especialização comercial³⁰⁶; 2) a da teoria do desenvolvimento, onde incorporam-se aos debates idéias de economias crescentes de escala e a preocupação com forças externas, isto é, a integração econômica entre países em desenvolvimento seria um instrumento para viabilizar escalas mínimas de produção para o aprofundamento do processo de substituição de importações³⁰⁷.

As bases da teoria da integração econômica foram criadas por Jacob Viner partindo da teoria pura do comércio internacional. A sua contribuição foi a distinção entre os efeitos da criação de comércio e desvio de comércio na criação de uma união aduaneira³⁰⁸.

³⁰⁵ Os países do Mercosul salientam o forte incremento de suas importações de terceiros países após a assinatura do Tratado de Assunção, e a União Européia destacou a complementaridade entre processo de integração regional e multilateralismo. CAMPOS, Arnaldo Anacleto de; BIANCHINI, Walter. Comércio internacional: histórico, principais instituições e a participação brasileira. In: SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT/BRASIL. *O desenvolvimento do comércio mundial*. São Paulo: Escola Sul, [2000]. p.25.

³⁰⁶ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p.41-44.

³⁰⁷ Inspirada por argumentos protecionistas, tais como o conceito de List (1841) de indústria nascente e por conceitos da teoria do desenvolvimento.

³⁰⁸ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p.41-44.

Viner estabelecia mediante um modelo teórico, onde a união aduaneira só seria válida como uma segunda melhor alternativa na impossibilidade de uma política de redução tarifária multilateral, que seria a melhor alternativa³⁰⁹.

O Multilateralismo, expressa-se nos critérios de tratamento igualitário e de não-discriminação (NMF) aos Estados-membros, de tal modo, que nenhum agente econômico poderá ser tratado de forma diferente às partes nacionais em razão da sua origem estrangeiro.

Através das diversas rodadas de negociações, em especial as rodadas Tóquio, Kenedy e Uruguai, os países foram avançando em diversas áreas como a redução³¹⁰ dos subsídios, a regulamentação do comércio dos serviços e os acordos sobre agricultura.

No entanto, tem-se discutido que a opção do multilateralismo era contraposta à concretização dos acordos regionais, mas o mesmo texto do GATT autoriza à conformação de acordos regionais sempre que se orientem à promoção do comércio e que não sejam discriminatórios. Além disso, discute-se se há discriminação ou não nas vantagens outorgadas a um sócio da integração e esta não sejam estendidas ao resto das nações. Na verdade, esta exceção contraria o espírito do multilateralismo³¹¹.

Na verdade, foi a partir dos anos 50 que diversas regiões começaram a estabelecer acordos econômicos: As comunidades européias do Carvão e Aço, a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), o Grupo Sub-regional Andino, O Mercado Comum Centro-americano e o Mercado Comum do Caribe (CARICOM) formam concretos acordos de livre comércio e alguns deles avançaram até conformar uniões aduaneiras e uniões monetárias. Na verdade foi avançando a conformação de grupos regionais e subregionais de integração ao extremo, salvo casos excepcionais como Japão, Coréia do Sul, China e Singapura, que todos os demais países fazem parte de um ou vários acordos de integração Econômica³¹².

A dinâmica regional avança paralelamente e com maior velocidade que o processo multilateral.

³⁰⁹ VINER, Jacob. *The customs union issue*. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p.41-44.

³¹⁰ Entenda-se somente redução e não a eliminação dos subsídios.

³¹¹ Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p.29-49.

³¹² Organización Mundial de Comercio. *El regionalismo y el sistema mundial de comercio*. Ginebra. Ginebra: Secretaría da OMC, 1995. ISBN 92-870-3101-0. p.29-49.

Pode-se dizer que, tanto o regionalismo como o multilateralismo tem coexistido no GATT, e seguem coexistindo nas normas da OMC, disposições referentes à integração econômica com o princípio da não-discriminação.

3.6.1 Posicionamentos sobre o Regionalismo e o Sistema multilateral de Comércio:

Para Marcos Figueiras, tratando-se sobre blocos econômicos que, no mercado internacional os blocos econômicos exercem força centrípeta entre seus parceiros comerciais, onde se atrai negócios de maior volume para o mercado ampliado e que podem afastar o ingresso de bens e serviços através de barreiras protecionistas, além de contribuir para o desvio do comércio com terceiros países³¹³.

Para Tinergen, existem duas gerações de regionalismo: a primeira delas correspondem com o processo de Tinergen denominam “integração positiva ou ativa”, cujo objetivo final é construir certas estruturas econômicas sob o amparo de um projeto político mais ambicioso; e as segundas denominado “integração passiva ou negativa”, cujo objetivo é o simples fato de desmantelamento das barreiras ao comércio³¹⁴.

Para Fausto de Quadros ao referir-se aos processos de integração assinala o seguinte:

Qualquer processo de integração jurídico-política é caracterizado pela existência permanente de conflitos, potenciais ou atuais, entre os interesses do todo integrado (os interesses comunitários ou que se vão comunitarizado) e os interesses das comunidades menores (interesses estaduais, no caso dessas comunidades serem Estados), entre o movimento da integração propriamente dita e a resistência que lhe opõem essas comunidades menores, no caso de elas serem Estados, as soberanias dos Estados³¹⁵.

Além disso, faz a seguinte assertiva:

Perante este fenômeno a ordem jurídica da integração pode *em teoria* adotar uma das duas posições: ou afirmar a exclusividade dos fatores de integração, eliminando logo à nascença a ponderação dos interesses das comunidades menores, que nesse caso se diluirão totalmente no interesse comunitário; ou, concretamente no caso de as comunidades menores serem Estados, aceitar a coexistência entre a

³¹³ FIGUIERAS, Marcos Simão. Mercosul no contexto latino-americano, p.15.

³¹⁴ Aput DEBLOCK, C. & ÉTHIER, D. Une intégration régionale stratégique: le cas nordaméricain. *Revue études Internacionales*, vol XXIV, n. 3, sep., p.595-629. Quebec. 1993.

³¹⁵ QUADROS, Fausto de. *Direito das comunidades européias e direito internacional público*: contributo para o estudo da natureza jurídica do direito comunitário Europeu. Lisboa: Coleção teses. 1991. p. 251.

integração e a estadualidade, dando aos interesses estaduais autonomia dentro do processo de integração³¹⁶.

Odete Maria de Oliveira, ao referir-se à regionalização manifesta-se a respeito:

A evolução do regionalismo e de seus blocos de integração tornou a questão complexa e a Rodada Uruguai não evoluiu o necessário à interpretação do artigo XXIV do Acordo Geral, ocupando-se apenas em fixar um período de tempo de dez anos como máximo para a formação de áreas econômicas de preferência e em determinar que grupos de trabalho examinassem os acordos regionais de integração, remetendo suas informações ao Conselho de Comércio de Mercadorias, consolidando assim o problema, em vez de solucioná-lo³¹⁷.

Além disso, assinala o seguinte:

Por outro lado, uma política de coexistência entre os dois sistemas – multilateralismo e regionalismo— assentada em base sólida, de mútuo apoio e consenso, poderá lograr interessante resultado entre os negociadores, constituindo, por si só, uma boa razão³¹⁸.

Vera Thorstensen afirma que para chegar ao grande objetivo perseguido pela integração econômica é importante ter uma forte vontade política, além disso, apresenta a seguinte reflexão:

No jogo do comércio internacional, até há pouco tempo, eram os EUA que ditavam as regras. Com a concretização do grande mercado em 1992, com a manutenção de seus mercados as importações e com o fortalecimento de sua capacidade exportadora, a CE passa de expectadora a ditadora de regras no mundo comercial. Não são mais alguns Estados Europeus pulverizados atuando na arena internacional. Agora é um bloco que fala em uníssono, que se sabe usar todo o seu peso nas negociações comerciais³¹⁹.

Eduardo Schapónisk ao tratar sobre o regionalismo da América Latina estabelece as vantagens para neutralizar a transnacionalização da economia e da cultura porque:

- A produtividade e o poder de concorrência aumentam;
- Melhora os níveis tecnológicos através do processo de industrialização para nivelar-se com os níveis tecnológicos do mundo desenvolvido;

³¹⁶ QUADROS, Fausto de. *Direito das comunidades européias e direito internacional público*: contributo para o estudo da natureza jurídica do direito comunitário Europeu. Lisboa: Coleção teses. 1991. p. 251.

³¹⁷ OLIVEIRA, Maria Odete de. Regionalismo. In: BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis: Diploma Legal. 2000. p. 323.

³¹⁸ OLIVEIRA, Maria Odete de. Regionalismo. In: BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais*. Florianópolis: Diploma Legal. 2000. p. 326.

³¹⁹ THORSTENSEN, Vera. *Tudo sobre comunidade européia*, p.3.

- Preserva-se a democracia como bem-comum, e alivia as tensões sociais;
- Permite-se a utilização racional de suas reservas monetárias externas, frente à escassez da dívida e às necessidades de importação;
- Permite o fortalecimento no cenário internacional pelo abastecimento de matérias-primas consideradas estratégicas, assim como também consegue defender os preços de seus produtos no mercado mundial;
- Constitui uma forma eficaz de levar adiante a relação com os Estados Unidos, cuja permanência e predomínio na região não se pode ignorar;
- Aumenta as defesas para diminuir a vulnerabilidade externa³²⁰.

Teothonio dos Santos, refere-se à integração regional da seguinte maneira:

Contudo, é fundamental lembrar que os processos de integração visam não somente a defesa dos interesses empresariais das zonas envolvidas, mas também incluem uma visão ofensiva. Trata-se de favorecer a concentração e centralização econômica dentro de novos padrões tecnológicos capazes de garantir o aumento de produtividade, a rebaixa de custos e portanto a competitividade dos produtos regionais no mercado mundial.

Além disso assinala o seguinte:

A atual conjuntura indica pois dois movimentos aparentemente opostos, mas interdependentes. O processo de globalização da economia mundial que reúne todas as nações e regiões dentro de um movimento único que integra o conjunto de humanidade numa civilização planetária, na qual as necessidades do planeta se sobrepõem às lógicas particulares. Mas, ao mesmo tempo, para situar-se neste mundo global, as nações assim como as regiões e os diferentes agentes sociais vêm-se obrigados a fortalecerem-se localmente para competir nessa economia mundial³²¹.

Estrella Faria define o termo de integração da seguinte forma:

A expressão econômica é recente, passando a ser empregadas, em seu sentido atual, depois da Segunda Guerra Mundial: Período caracterizado pela elevada interdependência econômica, pelo surgimento de novos pólos industriais e pela transnacionalização da capital. Com ela designa-se situações ou processos envolvendo a combinação de economias separadas em regiões econômicas mais alargadas, para usar a definição de Peter Robson. Em outras palavras 'integração econômica' consistente em reiterar a significação econômica das fronteiras políticas existentes entre os países³²².

Welber Barral e Geraldo Reis, ao referirem-se aos blocos regionais e comércio intra-regional manifestam o seguinte:

A globalização – que pressupõe ampla liberdade de comércio – e o surgimento dos blocos econômicos- que exigem algum sistema de preferência entre seus membros, contrariando a

³²⁰ SHAPÓNISK, Eduardo C. *Teorias da integração e o Mercosul: estratégias*, p.155-156.

³²¹ SANTOS, Teothonio dos. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana*, p.43.

³²² FARIA, José Ângelo Estrella, *O mercosul: princípios, finalidades e alcance do tratado de Assunção*, p.xi.

lógica liberal-, embora apresentem essa aparente contradição, na verdade são processos interligados e complementares. Através da participação em blocos, os Estados podem reforçar a sua capacidade competitiva para enfrentar a concorrência acirrada em mercados globalizados³²³.

Celso Lafer disse que os acordos regionais de comércio, ainda que não contrariem a ‘letra do acordo GATT, contrariam seu espírito, propôs que na Conferência Ministerial de Singapura seja emitido uma declaração sobre o regionalismo e a compatibilidade com a OMC e o desejo de fortalecer as regras que regem os acordos regionais³²⁴.

Além disso, Lafer aduz que a proliferação de acordos regionais teriam preocupado alguns países e autores como Bhagwati, da Columbia University, quem vêem nesses instrumentos uma forma de solapar os esforços multilaterais (lógica da fragmentação)³²⁵.

Cabe ressaltar, que Bhagwati, é um crítico do regionalismo, entende que as áreas comerciais não são complementares à liberalização global e assim dificultam e tendem a substituí-las³²⁶.

Sérgio Lima, refere-se à cláusula de Nação Mais Favorecida (NMF) dizendo o seguinte:

Constata-se, portanto, que a cláusula de nação mais favorecida não será aplicada no caso de maiores vantagens atribuídas a outros Estados pelos Estados partes, em função da participação destes em zonas de livre comércio e uniões aduaneiras³²⁷.

Ricardo Seitenfus, ao tratar da OMC faz a seguinte assertiva:

(...) os processos de integração econômica, como por exemplo a União Européia e o Mercosul, que são constituídos sobre a base de uma discriminação tarifária com relação aos terceiros países, continuam a provocar dificuldades para uma liberalização tarifária ampla e sem restrições (...) ³²⁸.

Para Ianni, ao tratar sobre o regionalismo e globalismo assinala o seguinte:

³²³ BARRAL, Welber, REIS, Geraldo Antônio dos Reis. Globalização e o novo regulatório do comércio internacional: a inserção brasileira. *Ensaio FEE – véspera dos 500 anos*. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, ano 20, n. 1, Porto Alegre, 1999. p. 182.

³²⁴ LAFER, Celso. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira*, Livraria do Advogado: Porto Alegre. 1998. ISBN 85-7348-059-9. p.49.

³²⁵ LAFER, Celso. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira*, Livraria do Advogado: Porto Alegre. 1998. ISBN 85-7348-059-9. p.57.

³²⁶ TUGORES QUES, Juan. *Economia internacional e integración económica*. 2 ed. Madrid: McGraw-Hill, 1997. p. 75.

³²⁷ LIMA, SÉRGIO Mourão Corrêa. *Tratados internacionais no Brasil e integração*, p.134.

(...) Em lugar de ser um obstáculo à globalização, a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transacional. O globalismo tanto incomoda o nacionalismo como estimula o regionalismo. Tantas e tais são as tensões entre o globalismo e o nacionalismo que o regionalismo aparece com a mais natural das soluções para os impasses e as aflições do nacionalismo. O regionalismo envolve a formação de sistemas econômicos que redesenham e integram economias nacionais, preparando-as para os impactos e as exigências ou as mudanças e os dinamismos do globalismo (...) ³²⁹.

Para Chakravarthi Raghavan, os Comitês sobre Acordos Regionais, ao avaliar com outros critérios a compatibilidade dos acordos regionais, com o Sistema Multilateral de Comércio, pode afetar à maioria de países em desenvolvimento por sujeitá-los a novos critérios, a menos que os velhos culpáveis –como a União Européia e o NAFTA- sejam examinados nesses termos ³³⁰.

Na verdade, tanto o multilateralismo como o regionalismo constituem fenômenos que respondem a fatores políticos e econômicos variados. A OMC dispõe com o arcabouço legal para o exame das relações entre o multilateralismo e o regionalismo, mas esta simplesmente limita-se a análise dos aspectos comerciais dessa realidade econômica e política complexa.

Mediante o GATT de 1947 aprovou-se o artigo XXIV, cuja interpretação foi dada na Rodada Uruguai, que criou a OMC, este artigo é uma exceção ao princípio da Cláusula da Nação Mais Favorecida, a qual foi concedida em casos de formação de áreas de livre comércio ou uniões aduaneiras.

Neste sentido é faculdade da OMC verificar se a integração criada, ao estabelecer preferências regionais, não prejudicou os demais membros da OMC.

O artigo XXIV do GATT permaneceu no entanto, limitado à determinação dos direitos e obrigações inerentes aos membros da OMC decorrentes da formação de um acordo regional. Esse escopo jurídico limitado, somado à complexidade de alguns acordos regionais explicam a falta de análise abrangentes na OMC do fenômeno de integração regional. Assim, por exemplo, os exames de acordos feitos na OMC não têm aprofundado em questões tais como desvio ou criação de comércio, os efeitos da formação de blocos

³²⁸ SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*, p.159.

³²⁹ IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p.127.

³³⁰ RAGHAVAN, Chakravarthi. *La OMC pone sus ojos en bloques regionales: el regionalismo mirando com otros ojos*. Disponível em: <www.tercermundoeconomico.org.uy>. Acesso 20 jun. 2002.

para a economia internacional ou seu eventual impacto para uma macro-governança econômica mais coerente em escala planetária³³¹.

O Secretário Geral salientou as dificuldades específicas do Artigo XXIV, ao longo de suas cinco décadas de existência. Seus conceitos por serem muito amplos, prestar-se-iam a variadas interpretações. Até hoje está em discussão sobre o alcance e significado das expressões ‘parte substancial do comércio’, ‘regulamentos de comércio’ e ‘superiores ou mais restritivos’, que são *standards* jurídicos e, como tais, normas de conteúdo variável e não tipificação rígida de condutas³³².

A OMC, não sendo uma integração aprofundada, vai mais além de uma integração pouco aprofundada da interdependência econômica. Eis então, a relevância da dimensão do tema da compatibilidade do regionalismo com o multilateralismo econômico.

Na verdade, através da conformação de blocos econômicos regionais se busca a paz pelo comércio, uma vez que, a União Européia antes da sua unificação teve grandes guerras no coração da Europa, assim como também uma causa de sua integração era a hipótese de uma possível guerra entre Alemanha e França, atualmente querendo associar-se com o Leste Europeu por motivos de dimensão política e de segurança, e de maneira alguma refere-se a não existência de problemas políticos e de segurança. Assim como a União Européia, o Mercosul, tem seu antecedente nos acordos de Argentina e Brasil, na segunda metade dos anos 80, que tinha como objetivo a redução do potencial de tensões entre ambos os países, especialmente no âmbito nuclear (estratégico militar) e no campo dos valores, voltado para a consolidação da democracia e dos direitos humanos, depois do término dos regimes militares-autoritários.

A teoria econômica e os estudos empíricos sobre os acordos regionais não são inequívocos quanto aos benefícios ou prejuízos dos acordos para os que dele fazem parte. Essa foi conclusão a que chegou o recente relatório da Carnegie Endowment intitulado “Reflexões sobre o regionalismo”, preparando sob a direção de Jaime Serra³³³.

³³¹ LACARTE MURÓ, Julio. *Ronda Uruguay del Gatt: la globalización del comercio mundial*. Montevideo: FCU. 1994, p.203-229.

³³² LAFER, Celso. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira*, Livraria do Advogado: Porto Alegre. 1998. ISBN 85-7348-059-9, p.51.

³³³ LAFER, Celso. *A omc face à globalização e à regionalização*. V.6, nº 2, setembro –1997. Política Externa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/unir/webunir/BILA/08/integrac/inter1.htm>> Acesso em: 15 mar. 2002.

A complexidade da matéria e a necessidade de compreender, nas circunstâncias atuais, a dimensão do regionalismo coberta pelo standard do artigo XXIV levou aos membros da OMC a criação, em 1996 do Comitê de Acordos Regionais de Comércio. Esse novo órgão subsistiu os diferentes grupos de trabalho *ad hoc* anteriormente estabelecidos para o exame de tais acordos. Recebeu também o mandato para examinar as implicações dos acordos regionais o Sistema Multilateral de Comércio. O comitê vem se reunindo desde meados de 1996 e tem acelerado o processo de exame de acordos importantes como o NAFTA, o Mercosul e a Comunidade Européia ampliada após adesão da Áustria, Finlândia e Suécia³³⁴.

Pode-se dizer que, os temas abrangidos pelo artigo XXIV não esgotam o problema do regionalismo, existem outros fatores como, circunstâncias econômicas, a geografia, constituem fatores determinantes do fenômeno. Como exemplo, a importância dos elos entre geografia, comércio e investimentos esteve certamente presente quando houve a criação da União Européia assim como o Mercosul³³⁵.

Igualmente, outro fator importante para a integração é o fator político, exemplo: a cooperação franco-germânica na segunda pós-guerra com a finalidade de evitar um novo conflito europeu. Foi a solidez das instituições comunitárias que, ao término da Guerra Fria, permitiu, politicamente, a aceitação da reunificação da Alemanha e de seu papel econômico preponderante sem tensões excessivas, graças à efetiva inserção daquela país no marco europeu.

Neste sentido, são vários pontos a serem considerados na análise dos blocos regionais, mais para tal fim é necessário estabelecer uma norma ampliada e revisada para a análise dos acordos regionais.

Como se sabe, o comércio é a chave principal para a paz a nível internacional, porque na verdade dissolve preconceitos, dilui falácias sobre estrangeiros, forasteiros e favorece benefícios mútuos em lugar do exclusivismo de soluções autárquicas.

Tal foi a visão que levou à negociação do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio –GATT no pós-guerra mundial, tendo em vista o papel desempenhado pela autarquia e o protecionismo nacionalista na exacerbação de tensões internacionais na década de 30.

³³⁴ LAFER, Celso. A omc face à globalização e à regionalização. V.6, nº 2, setembro –1997. Política Externa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/unir/webunir/BILA/08/integrac/inter1.htm>> Acesso em: 15 mar. 2002.

Tanto o regionalismo como o multilateralismo têm se atualizado desde 1947, quando foi negociado o GATT, e seguiram com a liberdade ensejada pelo término das polaridades definidas, tendências semelhantes em matéria de alargamento e aprofundamento.

No caso da OMC, seu alargamento será de escala universal quando a Rússia, se tornar membro. O alargamento explica a diluição dos conflitos de concepção quanto à maneira de organizar a economia mundial, que caracterizava o mundo das polaridades definidas.

3.6.2 Os acordos regionais são uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio GATT/OMC?

Não podemos asseverar que os países se integram para formar fortalezas, não existe nenhuma prova contundente a este respeito, nem de maior protecionismo por parte dos membros das zonas de livre comércio nem de uniões aduaneiras.

Um dos objetivos gerais do Acordo da OMC e entre outras é a redução substancial dos impostos alfandegários e dos demais obstáculos ao comércio. Neste sentido, tanto as iniciativas regionais como multilaterais compartilham este objetivo geral dentro de suas respectivas esferas de aplicação.

Alguns blocos, como a União Européia tem ido mais longe a nível regional que o próprio Sistema Multilateral de Comércio, pelo menos o papel das tarifas alfandegárias no comércio mundial tem diminuído em forma considerável nas rodadas de negociações multilaterais do GATT, que tem logrado os direitos da Nação Mais Favorecida que aplica os países desenvolvidos à maioria de produtos industriais que chegam a níveis muito baixos.

Pode-se dizer que, a maioria dos membros dos acordos de integração regional tem seguido aplicando medidas não tarifárias às importações procedentes de todos os interlocutores comerciais.

Existem poucos acordos que tratam sobre produtos agropecuárias ou de serviços, além da Comunidade Européia, ou que estabelecem normas sobre outras questões de grande importância para as relações comerciais internacionais, tais como proteção da propriedade intelectual e os investimentos.

³³⁵ LAFER, Celso. A omc face à globalização e à regionalização. V.6, nº 2, setembro –1997. Política Externa.

Os membros da OMC subscreveram todos os principais acordos concordados, que abrangem as mercadorias incluindo agricultura, os serviços e a proteção da propriedade intelectual e vários acordos não são tão abrangentes como o Sistema Multilateral de Comércio.

É evidente a frequência do reconhecimento das iniciativas de integração regionais e multilaterais se complementam entre si, no lugar de representar alternativas de procura de uma maior abertura do Comércio. Aceitando níveis mais elevados de obrigações que os acordos multilaterais, em alguns casos os membros dos acordos regionais tem ido muito mais longe no plano plurilateral do que era possível no plano multilateral.

Ao contrário da OMC, que ido mais longe que a maioria dos acordos de integração regional em várias esferas, complementando o processo de liberalização regional e estendendo-se a essas disciplinas a todos os interlocutores comerciais presentes e futuros sobre uma base mundial. Além de prever o órgão de solução de diferenças fortalecido, assim como uma função de vigilância, que juntos darão maior transparência e previsibilidade às políticas comerciais e econômicas³³⁶.

No entanto, alguns dos acordos regionais tem aprofundado e em outros casos tem aumentado em números, surgindo assim debates a seu respeito, se tais acordos estimulam o crescimento e os investimentos, se facilitam a transferência de tecnologia, deslocam as vantagens comparativas nas atividades com maior valor agregado, dão credibilidade aos programas de reformas ou induzem a uma maior estabilidade e cooperação política.

As tendências mais recentes do comércio intra-regional e extra-regional permitem chegar a algumas conclusões de caráter relativo à respeito da questão de qual foi a característica predominante na economia mundial na década de oitenta e no início de noventa, a saber, a regionalização ou o multilateralismo. Cabe-se assinalar que, o fato das ligações comerciais intra-regional estarem claramente mais desenvolvidas na Europa, considerando a longa tradição da União Européia e o estágio avançado de sua integração econômica.

Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/unir/webunir/BILA/08/integrac/inter1.htm>> Acesso em: 15 mar. 2002.

³³⁶ FISCHER, Bernhard A globalização e a competitividade dos blocos regionais: uma visão comparativa. debates. n. 15. São Paulo: *Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung*, 1998. p.13-32 . ISBN 85-85535-70-9.

As exportações da União Européia vão para os países vizinhos. Contudo a participação das exportações extra-bloco não decaiu mais depois de 1980. O processo de conclusão de Mercado Interno teve pouco impacto sobre a importância relativa ao comércio intra-bloco até 1993. Pode-se dizer que, o comércio intra-bloco foi tradicionalmente menos importante para os Estados Unidos que para a Europa. Embora as exportações dos Estados Unidos para os países de América Latina sejam consideradas parte das relações comerciais regionais³³⁷.

Pode-se dizer que, há pelo menos dois indícios de que os esquemas de integração regional da América Latina podem ser rotulados de regionalismo aberto. Primeiro, comparando os períodos de 1986-1990 e 1991-1995, as mudanças nas tarifas de crescimento das importações na América Latina foram menos pronunciadas para as importações intra-bloco do que para as importações provindas do resto do mundo³³⁸.

Na verdade, o desafio do regionalismo, embora não deixe de ser importante, está subordinado ao desafios do multilateralismo. Além disso, a meta de uma integração de *jure*, assim como as políticas contundentes a uma maior integração de fato, podem constituir-se em meios para enfraquecer os oligopólios entrincheirados localmente, os especuladores e os cartéis de distribuição. Ao mesmo tempo, a regionalização pode trabalhar no sentido de fortalecer a eficiência e a credibilidade do Estado e das políticas econômicas em geral, necessárias para chegar à estabilidade política e macroeconômica, assim como para o crescimento dos investimentos. Cabe destacar que, através da regionalização, os responsáveis políticos nos países em vias de desenvolvimento podem reduzir o risco de sua exclusão da dinâmica de crescimento da globalização³³⁹.

O desempenho realizado pelos blocos regionais vem aumentando, uma vez que, até o 30 de abril de 2002 tem se notificado 143 acordos regionais. Pode-se dizer que, o comércio internacional entre os principais blocos econômicos regionais, CE+EFTA, NAFTA e Ásia –Pacífico (Japão, China, Coreia, Hong Kong China, Taipé Chinesa e ASEAN), compreendem 32 países ou territórios, são os responsáveis por 80% de todas as exportações mundiais, um total estimado, em 2000 de US\$ 6,4 trilhões. Os níveis do

³³⁷ FISCHER, Bernhard A globalização e a competitividade dos blocos regionais: uma visão comparativa. debates. n. 15. São Paulo: *Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung*, 1998. p.13-32 . ISBN 85-85535-70-9.

³³⁸ FISCHER, Bernhard A globalização e a competitividade dos blocos regionais: uma visão comparativa. debates. n. 15. São Paulo: *Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung*, 1998. p.13-32 . ISBN 85-85535-70-9.

³³⁹ FISCHER, Bernhard A globalização e a competitividade dos blocos regionais: uma visão comparativa. debates. n. 15. São Paulo: *Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung*, 1998. p.13-32 . ISBN 85-85535-70-9.

comércio intra-bloco já atingem 69% dentro de CE+EFTA, 46% dentro da Ásia-Pacífico e 40% dentro do NAFTA³⁴⁰.

TABELA I
COMÉRCIO INTERNACIONAL DE MERCADORIAS POR ACORDOS
REGIONAIS E POR PAÍSES SELECIONADOS – 2000³⁴¹ (US\$ BILHÕES E %)

	Exportações		Importações	
	US\$	%	US\$	%
MUNDO	6.358	100	6.662	100
CE (Total)	2.240	35	2.627	39
-CE (extra 15)	855	13	959	14
-CE (intra 15)	1.385	22	1.668	25
NAFTA	1.225	19	1.690	25
-EUA	782	12	1.258	19
-CANADÁ	277	4	249	4
-MÉXICO	166	3	183	3
ÁSIA-PACÍFICO	1.658	26	1.468	22
-JAPÃO	479	8	380	6
-CHINA	249	4	225	3
-COREIA; HONG KONG CHINA, TAIPE CHINA; E ASEAN	930	15	863	13
AMÉRICA DO SUL	150	2,4	180	2,7
-MERCOSUL	85	1,3	88	1,2
-BRASIL	55	0,9	58	0,9
-ARGENTINA	26	0,4	25	0,4

Fonte: WTO, 2001

A formação de blocos regionais de comércio é uma realidade e a integração regional crescente será a resposta inevitável às pressões oriundas das forças globalizadoras da economia mundial. Quase todos concordam que os blocos regionais serão realidade do comércio nos próximos anos, existindo incertezas, ou seja, se estes blocos se fecharão impondo barreiras ao comércio mundial ou serão abertos, promovendo a liberalização externa e até fortalecendo o multilateralismo³⁴².

Cabe-se salientar que, nos anos 90 existia uma grande preocupação sobre os processos de regionalização como uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio da

³⁴⁰ THORSTENSEN, Vera. *OMC – organização mundial de comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. 2.ed.. São Paulo: Aduaneiras, 2001. ISBN 85-7129-290-6, p. 20.

³⁴¹ Tabela apresentada conforme THORSTENSEN, Vera. *OMC – Organização Mundial de Comércio: as regras do Comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais*. São Paulo: Aduaneiras, 2001, p.20-21.

OMC, uma vez que, induzia-se para um cenário de blocos econômicos regionais fechados e guerras comerciais. No entanto, dito processo acabou se consolidando em blocos abertos³⁴³, onde o crescimento do comércio intra-regional vem se fazendo com a manutenção dos laços comerciais com os demais parceiros internacionais, em um processo denominado construção de blocos (building blocs) com o objetivo de se atingir a liberalização global do comércio³⁴⁴.

O regionalismo aberto definido pela CEPAL através do Secretário Executivo da CEPAL, Gert Rosenthal, vê o conceito do regionalismo aberto como um processo de integração com grande grau de informalidade. Para ele esse seria um processo de interdependência econômica em nível regional, impulsionando tanto acordos preferenciais de integração como por outras políticas em um contexto de abertura e harmonização, como o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de constituir, na medida do possível, um estímulo a uma economia internacional mais aberta e transparente.

Segundo Celso Lafer o Mercosul representa o regionalismo aberto, onde faz a seguinte assertiva:

A formação do regionalismo aberto adotado pelo Mercosul não só favoreceu contatos e a negociação com outros países e regiões, mas converteu-se em símbolo de uma nova e dinâmica presença da América do Sul no Mundo globalizado da década de 1990³⁴⁵.

Além disso agrega:

Essa Forma de regionalismo aberto oferece aos negociadores de tratados uma multiplicidade de opções no momento de adotar formas de liberalização. Para o Mercosul, regionalismo aberto significa abertura para o comércio com outros membros da OMC. Não significa levantar barreiras para aumentar o comércio intra-regional mas, ao contrário, ampliar o mercado

³⁴² THORSTENSEN, Vera. (et al.). *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994, p.33-34.

³⁴³ Um exemplo de regionalismo aberto seria o APEC, que dentre seus objetivos é manter o crescimento e o desenvolvimento do mundo inteiro; aumentar os interesses recíprocos baseados na interdependência regional; promover e reforçar o sistema aberto e multilateral do comércio internacional; reduzir os diferentes obstáculos ao comércio de produtos, de serviços e de investimentos. IDA, Ryuichi. APEC: regionalismo aberto ou mundialismo regional?. In: CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coord.). *Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio?: a OMC e o Brasil*. São Paulo: LTr, 1998. p. 258.

³⁴⁴ THORSTENSEN, Vera. *OMC – organização mundial de comércio.*, Op. Cit., p.23.

³⁴⁵ LAFER, Celso. A omc face à globalização e à regionalização. V.6, nº 2, setembro –1997. Política Externa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/unir/webunir/BILA/08/integrac/inter1.htm>> Acesso em: 15 mar. 2002.

regional para os membros da OMC às oportunidades de comércio e investimento. Significa igualmente o intercâmbio com os países da Europa, Ásia, África e Estados Unidos, sem concentrações³⁴⁶.

Neste sentido, podemos citar como exemplo de regionalismo aberto: o Mercosul; a U.E através de seus Tratados de associação com outros blocos; a própria Nafta; o Aseam; entre outros blocos econômicos que estão se alargando e abrindo cada vez mais suas economias na direção do multilateralismo.

Na verdade, o que se pretende é uma defesa frente a possibilidade de regionalismo fechado onde blocos poderiam formar-se com a finalidade de criar fortalezas e desta maneira será uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio representado pela OMC.

Por fim, o regionalismo pode e deve ser visto como processo complementar do Sistema Multilateral de Comércio. Conceitualmente essa complementação corresponde a uma aplicação no plano internacional, do princípio de subsidiariedade, e contudo, a articulação da pluralidade das comunidades – a de vocação universal, representada pela OMC, e as de escopo regional -, mediante o reconhecimento da dualidade de regimes jurídicos, que devem ser compatíveis e congruentes mas não tendem, necessariamente, à convergência pela identidade. A razão da existência dessa dualidade reside na idéia de que há matérias que, por sua complexidade e sensibilidade política, podem ser melhor equacionadas em um âmbito associativo menor do que em escala universal³⁴⁷.

³⁴⁶ LAFER, Celso. A omc face à globalização e à regionalização. V.6, nº 2, setembro –1997. Política Externa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/unir/webunir/BILA/08/integrac/inter1.htm>> Acesso em: 15 mar. 2002.

³⁴⁷ LAFER, Celso. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira*, Livraria do Advogado: Porto Alegre. 1998. ISBN 85-7348-059-9, p.96.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Primeiramente, o regionalismo não representa a primeira vista, ser uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio, uma vez que a maioria de blocos econômicos regionais estão se associando com outros blocos e terceiros países como o Chile e a Bolívia aderiram ao Mercosul.

Os países têm percebido que conformar um bloco econômico é mais benéfico que participar de forma individual no cenário internacional, através da conformação dos blocos econômicos fortalece-se para melhor concorrer a nível multilateral.

O artigo XXIV do GATT estabelece a exceção ao princípio de não-discriminação pelo qual os países podem conformar uma zona de livre comércio ou união aduaneira. Dita exceção permite a formação de blocos regionais desde a criação do GATT até a atualidade.

O entendimento relativo ao citado artigo XXIV, faz a interpretação sobre a sua aplicação, mas ainda falta esclarecer e reforçar dita norma, com a finalidade de evitar que um acordo de integração econômica crie problemas à terceiros países, aos membros ou ao Sistema Multilateral de Comércio. É evidente que falta aclarar a cláusula relativa ao essencial dos intercâmbios comerciais.

Na verdade, a Organização Mundial de Comércio tem que melhorar os procedimentos para a revisão dos acordos multilaterais, quando o exame dos acordos regionais tenham se realizado depois da formação dos blocos regionais. Reformas sobre a interpretação do artigo XXIV podem esclarecer disposições fundamentais, ou examinar

outras modificações destinadas a melhorar a proteção de terceiros países que negociam com blocos regionais.

Existem diversos autores que afirmam que há ameaça do regionalismo sobre o Sistema Multilateral de Comércio de uma forma empírica, ou seja, através de supostos econômico e complexos, onde determinam o deslocamento e criação de comércio pelos blocos econômicos regionais. É evidente que, a exceção contida no artigo XXIV permite a discriminação.

Até a atualidade não existiu nenhum caso concreto de deslocamento e ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio. Os blocos regionais, caso queiram fechar-se e estabelecer fortalezas para proteger o seu comércio, assim então, seriam uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio e possivelmente seria o fim da OMC.

A maioria dos países membros da OMC pertencem a uma forma de integração, isto quer dizer que, cada vez mais estão eliminando os obstáculos ao comércio e estão preparando-se para o seu fortalecimento e para concorrer em um mercado mais competitivo.

Uma questão importante é a transparência, enquanto os países que conformam um bloco econômico devem dar mais informação ao Comitê de Acordos Regionais de Comércio, isso ajudará a dissipar dúvidas sobre a possível ameaça ao Sistema Multilateral.

A multiplicidade de teorias abstratas sobre as uniões aduaneiras, demonstra que em certos supostos as uniões aduaneiras criam comércio entre eles e deslocam o comércio em benefício da união.

A União Européia é um caso inédito de integração aprofundada, mas não podemos tomar como referência e generalizar para os demais blocos econômicos, uma vez que, muitos deles apresentam os seus acordos provisórios e no tempo estabelecido não atinge os objetivos.

Muitos blocos econômicos estão se associando com países, como exemplo, o Mercosul com o Chile e a Bolívia, o que demonstra o regionalismo aberto.

O regionalismo aberto reforça o Sistema Multilateral de Comércio, ao aderirem outros países estes estão abrindo suas economias e desta forma se liberaliza o comércio que pouco a pouco será mundial, que é o objetivo da OMC, ou seja liberalizar o comércio.

O regionalismo é compatível com o multilateralismo. O multilateralismo não pode ser tão ambicioso como o regionalismo, que no caso da União Européia alcançou uma moeda única (Euro).

Cabe assinalar que, o regionalismo aberto contribuiu para a liberalização do comércio mundial. Essa ação é reforçada pela aproximação dos acordos regionais como pontos de apoio sobre os quais se desenvolverá o comércio.

O regionalismo é compatível com o multilateralismo, constitui uma importante forma de inserção no processo de globalização.

O multilateralismo, por uma parte, aumenta o volume do comércio mundial e influi sobre os padrões que regem as relações comerciais internacionais. No entanto, incide nas relações inter-estatais e na natureza do comportamento estatal.

Os diferentes processos de integração econômica decorrem das distintas circunstâncias históricas, políticas e econômicas, mas compartilham a necessidade de adaptar-se aos desafios que surgem do sistema internacional.

A integração regional é um mecanismo para abordar os desafios da globalização através da utilização racional dos recursos e da obtenção da melhor relação custo-benefício. Na verdade os Estados perseguem objetivos comuns ou tentam alcançar a competitividade internacional de suas empresas através da criação de áreas de livre comércio, uniões aduaneiras ou acordos setoriais de âmbito regional.

Pode-se dizer que, o regionalismo seria uma ameaça ao Sistema Multilateral de Comércio desde um ponto de vista empírico ou da teoria pura das uniões aduaneiras e econômica, mas até agora não existiu um caso concreto de tal ameaça.

Na verdade, a integração regional serve para os países tornaram-se mais competitivos e serem concorrentes a nível multilateral, quer dizer, não se abre a economia à plena concorrência internacional, senão somente à concorrência dos países vizinhos ou associados que em muitos casos não sejam provedores eficientes.

Tanto o regionalismo como o Sistema Multilateral de Comércio coexistem e caracterizam a dinâmica das Relações Internacionais. As diferentes formas de integração obedecem a distintas circunstâncias históricas, políticas e econômicas mas compartilham o mesmo objetivo, a liberalização dos obstáculos ao comércio, uma em âmbito Universal outra Regional.

Os terceiros países têm o direito de recorrer perante o órgão de solução de controvérsias da OMC quando forem afetados, ou melhor dito, prejudicados pelos blocos regionais que não cumpram com os requisitos contidos no artigo XXIV.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU BONILLA, Sergio Ernesto. **Mercosur e integración**. 2. ed. Montevideo: FCU, 1991. 189p.

ALCA. **Reunión de las cúpulas de Miami**. dezembro de 1994. Disponível em: <www.ftaa-alca.org> . Acesso em: 12 marz. 2002.

ALCA. **Reunión Ministerial de Toronto**. 4 de novembro de 1999. Disponível em: <www.ftaa-alca.org> . Acesso em: 12 marz. 2002.

ALCA. **Reunión de Quito**. Quito, 31 de outubro de 2002. Disponível em <<http://www.ftaa-alca.org>>. Acesso em: 1 nov. 2002.

ALBUQUERQUE, José Augusto G. **Relações internacionais e sua construção jurídica: aspectos históricos, jurídicos e sociais**. São Paulo: FTD, 1998. Série ALCA; v.1. 176p.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993. 204p.

ANDIC, Suphan; TEITEL, Simons. **Integración económica**. trad. Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Econômica, 1977. 692p.

ANTOKOLETZ, Daniel. **Tratado de derecho internacional público: en tiempo de paz e en tiempo de guerra**. Buenos Aires: LA FACULTAD, 1938. 480p.

ARAÚJO, Nadia de...[et. al.]. **Código do Mercosul: tratados e legislação**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998. ISBN 85-7147-086-3. 513p.

ARBUE T VIGNALI, Heber. **Lecciones de história de las relaciones internacionales**. Montevideu: FCU, 1993. t.1, p. 121-140.

BARRAL, Welber; REIS, Geraldo Antônio dos Reis. Globalização e o novo regulatório do comércio internacional: a inserção brasileira. **Ensaio FEE – véspera dos 500 anos**. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, ano 20, n. 1. p. 179-208. Porto Alegre, 1999.

BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. 516p.

BARRAL, Welber. De Bretton Woods a Seattle. In: BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. p.19-39.

BELLOTTI, Manoel Lelo (et al.). **Simón Bolívar**. São Paulo: Ática, 1983. p.8-100.

BRASIL. **Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994**. Promulga a ata final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Publicada no DOU, de 31 de dezembro de 1994.

BRASIL. **Lei nº 313, de 30 de julho de 1948**. Autoriza o poder executivo a aplicar provisoriamente o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, reajusta a tarifa das alfândegas e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov>> Acesso em: 23 mar. 2002.

CAMPOS, Arnaldo Anacleto de; BIANCHINI, Walter. Comércio internacional: histórico, principais instituições e a participação brasileira. In: SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT/BRASIL. **O desenvolvimento do comércio mundial**. São Paulo: Escola Sul, [2000]. p.9-27.

CASELLA, Paulo Borba. **Mercosul: exigências e perspectivas: integração e consolidação de espaço econômico (1995-2001-2006)**. São Paulo: LTr, 1996. 320p. ISBN: 85-7322-098-8.

CASELLA, Paulo Borba, MERCADANTE, Araminta Azevedo (coord.). **Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio**. São Paulo: LTR, 1998. 854p. ISBN 85-7322-427-4.

CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes. **Integração: direito e dever**. São Paulo: Ltr, 1992. 288p.

COHEN, Isac. Após o NAFTA: implementação da cláusula de adesão. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). **Mercosul e Nafta: o Brasil e a integração hemisférica**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1995. p.268-278.

COSTA, Ligia Maura. **OMC: manual prático da Rodada do Uruguai**. São Paulo: Saraiva, 1996, p.1-10.

DEBLOCK, C. & ÉTHIER, D. Une intégration régionale stratégique: le cas nordaméricain. **Revue Études Internationales**, vol XXIV, n. 3, sep., p.595-629. Quebec. 1993.

EL-AGRAA, Ali M. International Economic Integration. In: David Greenaway (ed.), **current issues in international trade**, London: MacMillan, 1985, p. 184-192.

FARIA, José Ângelo Estrella. **O mercosul**: princípios, finalidades e alcance do Tratado de Assunção. Brasília: MRE/SGIE/NAT, 1993. 193p.

FARIA, Werter R. Os processos latino-americanos de integração. IN: CASELLA, Paulo Borba (Coord.). **Mercosul**: integração regional e globalização. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p305-322.

FIGUERAS, Marcos Simão. **Mercosul no contexto latino-americano**. 2.ed. São Paulo: ATLAS, 1996. p. 15-30.

FISCHER, Bernhard. **A globalização e a competitividade dos blocos regionais**: uma visão comparativa, debates. n. 15. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998. p.13-32 . ISBN 85-85535-70-9.

GOLÇALVES, Reinaldo...[et al]. **A nova economia internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 1-145. ISBN 85-352-0257-9.

HALAJCZUK, Bohdan T. e MOYA DOMÍNGUEZ, María Teresa Del R. **Derecho internacional público**. Buenos Aires: EDITAR, 1978. 799p.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. trad. Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 364p. ISBN 85-326-1993-2.

IANI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 324p. ISBN 85-200-041-0.

IDA, Ryuichi. APEC: regionalismo aberto ou mundialismo regional?. In: CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coord.). **Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio?**: a OMC e o Brasil. São Paulo: LTr, 1998. p. 252-266. ISBN 85-7322-427-4.

INGRAM, James C, DUNN JR, Robert M. **Economia internacional**. 3ed. trad. Alfredo Díaz. México: McGraw-Hill, 1999. p. 20-25.

INMETRO. **Acordo sobre Barreiras Técnicas – OMC**. Disponível em <http://www.inmetro.gov.br/pt_tbt.htm> . Acesso em 20 jul. 2002.

JOHANNPETER, Guilherme Gerdau. **Antidumping**: Prática desleal no comércio internacional. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1996. 130p. ISBN: 85-7348-009-2.

KRUGMAN, Paul R. **Economia internacional**: Teoria e pratica. trad. Celina Martins Ramalho Laranjeira. São Paulo: MAKRON books, 2001. 797 p. ISBN: 85.346.1228-5.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira.** Livraria do Advogado: Porto Alegre. 1998. 168p. ISBN 85-7348-059-9.

LAFER, Celso. **A OMC face à globalização e à regionalização.** V.6, nº 2, setembro – 1997. Política Externa. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/unir/webunir/BILA/08/integrac/inter1.htm>> Acesso em: 15 mar. 2002.

LACARTE MURÓ, Julio. **Ronda Uuruguay del Gatt: la globalización del comercio mundial.** Montevideo: FCU. 1994, p.203-229.

LAVINAS, Lena Cardeleial, FROTA, Liana Maria, NABUCO, Maria Regina (org.). **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1994. 311p. ISBN 85-286-0466-7.

LEVI, Maurice D. **Finanzas internacionales.** trad. Jaime Gómez Mont. México: McGraw-HILL, 1997. p.623-645. ISBN: 0-07-037687-5.

LIMA, Sérgio Mourão Corrêa. **Tratados internacionais no Brasil e integração.** São Paulo: LTR, 1998. 231p. ISBN: 85-7322-510-6.

MAGARIÑOS, GUSTAVO. **Comercio e integración: mundo-continente-región.** tomo I. Montevideo: FCU, 1994. 212p.

MAIA, Jayme De Mariz, **Economia internacional e comércio exterior.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998. p.167-203. ISBN 85-224-1854-3.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coord) **Acordo geral sobre tarifas aduaneiras e comércio – Instrumentos básicos.** Tomo I. São Paulo: IDIRI, 1988.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo. Comércio de serviços. In: BARRAL, Welber. **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais.** Florianópolis. Diploma Legal, 2000. p.105-131.

MERCOSUL. Legislação e textos básicos. 3. ed.. Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Senado Federal. Brasília: 2000. 545p.

MERCOSUL. **Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção).** Assunção, 26 de março de 1991. Disponível em <<http://www.mercosul.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

MERCOSUL. **Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto).** Ouro Preto, 17 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

MERCOSUL. **Estrutura do Grupo Mercado Comum.** MERCOSUL/GMC/Res. n.º 20/95. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

MERCOSUL. **Protocolo de Brasília**. Brasília, 17 de dezembro de 1991. Disponível em <<http://www.mercosul.org.uy>>. Acesso em: 20 out. 2002.

MERCOSUL. **Protocolo de Olivos**. Olivos, 18 de fevereiro de 2002. Disponível em <<http://www.ftaa-mercosur.org>>. Acesso em: 20 out. 2002.

MUNDO LATINO, **Acuerdo de Catagena (Pacto Andino)**: Acuerdo de integración subregional. Disponível em: <<http://www.mundolatino.org/i/politica/Tratados/pacandin.htm>>. Acesso em 20 marz 2001.

NOGEIRA, Aline Gomes. O Brasil frente à rodada do milênio na OMC. **Revista de Direito Econômico Internacional**, nº. 06, dez. 1999. Disponível em <<http://www.ccj.ufsc.br.80/~rdei/rdei6/aline.html>>. Acesso em: 30 mar.2001.

OLIVEIRA, Odete Maria De. **União Européia**: processo de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999. 486P. ISBN 85-7394-238-4.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Regionalismo. In: BARRAL, Welber de Oliveira (Org.). **O Brasil e a OMC**: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. p.309-327.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. **Comité de Acuerdos Comerciales Regionales**. WT/REG/W/37. Disponível em <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 mar. 2002.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. **Declaração Ministerial – 14 de noviembre de 2001**. WT/MIN(01)DEC/W/1. Disponível em <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 21 dez. 2001.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. **Informe Anual, 1999**. 1.v. Ginebra: 1999, p 107-108. ISBN: 92-870-3209-6.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMÉRCIO, **Informe anual 1999**: globalização e comércio. 2.v.Ginebra: 1999, p. 183. ISBN 92-870-3209-6

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE COMERCIO. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.wto.org/wto/about/organsn2.htm>>. Acesso 20 marz. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. **Regionalismo**: as normas básicas sobre mercancias. Disponível em <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/regatt_s.htm>. Acesso 20 marz. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. **Regionalismo**: la cláusula de habilitación. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/regenb_s.htm>. Acesso 20 marz. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. **Regionalismo:** las normas básicas sobre servicios. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/refac_s.htm>. Acesso 23 marz. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. **Regionalismo:** Hechos y cifras. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/regfac_s.htm>. Acesso 30 marz. 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. **Regionalismo:** las normas de la OMC. Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/regrul_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. **Regionalismo:** labor del comité de acuerdos comerciales regionales (CACR). Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/region_s/regcom_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. **Sistema de preventivo.** Disponível em: <http://www.wto.org/spanish/tratop_s/tir_s/tpr_s.htm>. Acesso 30 marz.2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMERCIO. **Regionalismo y el sistema mundial de comercio.** Ginebra: Secretaria da OMC, 1995. 110p. ISBN 92-870-3101-0.

ORNELAS, WALDECK. **Integração regional, soberania e política para as regiões debates.** n. 15. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998. p.145-154 . ISBN 85-85535-70-9.

PATTERSON, G. **Discrimination in international trade, the policy issues 1945-65,** Princeton: Princeton University Press. 1966. p. 6-80.

PEREIRA, Adriano José. Liberalismo econômico e processo de integração na América Latina. In: VENTURA, Deisy de Freitas Lima; ILHA, Adayr da Silva (Org.). **O mercosul em movimento II.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p.99-100.

PIMENTEL, Luiz Otávio (org.). **Mercosul no cenário internacional.** Direito e sociedade: Curitiba, 1998. v.2. p.6-80.

PIMENTEL, Luiz Otávio. Propriedade intelectual. In: BARRAL, Welber de Oliveira (Org.). **O Brasil e a OMC:** os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. p. 69-78.

PROENÇA, Alencar Mello; BIOCCA, Stella Maris. **Encontro internacional de direito da América do Sul, 5:** a integração rumo ao século XXI. Pelotas: EDUCAT, 1996. 651p.

QUADROS, Fausto de. **Direito das comunidades européias e direito internacional público:** contributo para o estudo da natureza jurídica do direito comunitário Europeu. Lisboa: Coleção teses. 1991. 541p.

RAGHAVAN, Chakravarthi. **La OMC pone sus ojos en bloques regionales: el regionalismo mirando com otros ojos.** Disponível em: <www.tercermundoeconomico.org.uy>. Acesso 20 jun. 2002.

RÉGO, Elba Cristina Lima. Do GATT à OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 4-22, jun. 1994. ISSN 0104-5849.

ROBBINS, Lionel. **Economic planning and internacional order.** Londres: Macmillan.1937, p.120-122.

SACERDOTI, Giorgi. A transformação do GATT na Organização Mundial de Comércio. In: CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (Coord.). **Guerra comercial ou integração mundial pelo comércio? A OMC e o Brasil.** São Paulo: LTr, 1998, p.50-69.

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional.** Tradução de Auriphebo Berrance Simões. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. **MERCOSUL e arbitragem internacional comercial:** aspectos gerais e algumas possibilidades. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. p.20-80.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. p. 154-160.

SCHAPOSNIK, Eduardo C. **As teorias da integração e o mercosul:** estratégias. Florianópolis: UFSC, 1997. 250p.

TALAVERA DÉNIZ, Pedro. La regulación del comércio internacional. In: VIDAL VILLA, José María; MARTÍNEZ PEINADO, Javier (Coord.). *Economia mundial.* Madrid: McGraw-Hill, 1995. p. 423-436. ISBN 84-481-1684-4.

THORSTENSEN, Vera. O papel da organização mundial de comércio na nova ordem econômica internacional. Debates. n.15. São Paulo: **Fundação Konrad-Adenaver-Stiftung**, 1998. p31-36.

THORSTENSEN, Vera. **OMC –organização mundial de comércio:** as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. 2.ed.. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 520p. ISBN 85-7129-290-6.

THORSTENSEN, Vera ...[et al]. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos.** São Paulo: Nobel. Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994. 277p.

TUGORES QUES, Juan. **Economia internacional e integración econômica.** 2 ed. Madrid: McGraw-Hill, 1997. p. 57-60.

VANOLI, Alejandro. Globalização e integración económica causas y efectos e incidencia en el Mercosul. In: PROENÇA, Alencar Mello; BIOCCA, Stella Maris. **Encontro internacional de direito da América do Sul, 5: a integração rumo ao século XXI**. Pelotas: EDUCAT, 1996. p. 68-72.

VIDAL VILLA, José e MARTÍNEZ PEINADO, Javier. **Economia mundial**. Madrid: McGraw-hill, 1995. p.221-224.

VINER, Jacob. **The customs union issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. p.41-44.